



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

Câmpus
Goiânia

**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Departamento de Áreas Acadêmicas I
Coordenação de Ciências Humanas e suas Tecnologias
Curso de Licenciatura em História**

Projeto Pedagógico Curso de Licenciatura em História

Goiânia, Junho de 2018

**Jerônimo Rodrigues da Silva
REITOR**

**Adriana dos Reis Ferreira
DIREÇÃO EXECUTIVA**

**José Carlos Barros Silva
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**Amaury França Araújo
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

**Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**Daniel Silva Barbosa
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

**Écio Naves Duarte
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**Maria de Lourdes Magalhães
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS GOIÂNIA**

EQUIPE DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO PROJETO ORIGINAL

**Janira Miranda Sodré
Mad´Ana Desirée Ribeiro de Castro
Walmir Barbosa**

REESTRUTURAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO ATUAL PROJETO

**Departamento de Áreas Acadêmicas I
Coordenação de Ciências Humanas e Filosofia
Colegiado de História
Núcleo Docente Estruturante**

**COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO DO ATUAL
PROJETO**

**Fabiane Costa Oliveira
Flávia Pereira Machado
Marcelo Lira Silva
Maria Abadia Cardoso
Paulo Miguel Moreira da Fonseca
Rafael Gonçalves Borges
Sônia Aparecida Lobo**

CNPJ **10870883/0001-44**
Razão Social **Instituto Tecnológico Federal de Goiás – IFG – GO**
Nome Fantasia **IFG / Campus Goiânia**
Esfera Administrativa **Federal**
Endereço **Rua 75, nº 46, Centro, Goiânia - GO.**
Cidade/UF/CEP **Goiânia – GO – 74055-110**
Telefone/Fax **(62) 3227-2700**
E-mail de contato **gabinete.goiania@ifg.edu.br**
Site da unidade **www.goiania.ifg.edu.br**
Área do Plano

Habilitação, qualificações e especializações:

Habilitação	Licenciatura em História	
Carga Horária de Disciplinas Gerais	2306h	
TCC	108h	
Estágio Curricular	405h	
Prática como Componente Curricular	405h	
Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais	200h	
Carga Horária Total do Curso	3224h	

SUMÁRIO

1.	Apresentação.....	5
2.	Justificativa.....	5
2.1	Realidades e demandas da Licenciatura em História no Estado de Goiás e na Região Metropolitana de Goiânia.....	9
3.	Objetivos.....	12
3.1	Objetivo Geral.....	12
3.2	Objetivos Específicos.....	13
4.	Perfil Profissional do Egresso.....	14
5.	Área de Atuação.....	17
6.	Formas de Acesso.....	17
7.	Funcionamento, Duração, Tempo Mínimo e Máximo.....	18
8.	Turno, Quantidade de Vagas e Periodicidade.....	18
9.	Metodologia.....	18
9.1	Metodologias de Ensino.....	18
9.2	Elementos Norteadores dos Processos Formativos por Período.....	22
9.3	Critérios de Avaliação de Aprendizagem.....	24
9.4	Acessibilidades Comunicacional, Atitudinal, Pedagógica e Arquitetônica.....	27
10	Ações para Permanência e Êxito no Âmbito do Curso.....	32
10.1	Sobre Evasão, Retenção e Êxito.....	33
10.2	Ações para Permanência e Êxito.....	34
11.	Estágio Curricular Supervisionado.....	36
12.	Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular.....	41
13.	Prática como Componente Curricular.....	42
14.	A Dimensão da Pesquisa no Curso de Licenciatura em História.....	48
14.1	Coordenação do Laboratório do Ensino de História (LEHIS-IFG).....	49
14.2	Coordenação das áreas de Pesquisa, de Ensino e de Extensão.....	50
14.3	Trabalho de Conclusão de Curso.....	52

15.	Autoavaliação do curso.....	53
15.1	Aspecto Teórico-Conceitual.....	53
15.2	Estratégias.....	55
15.3	Metodologia.....	56
16.	Organização e Matriz Curricular.....	57
16.1	Estrutura Curricular.....	57
16.2	Eixos Curriculares.....	58
16.3	Núcleos Curriculares.....	62
16.4	Matriz Curricular organizada por períodos.....	65
16.5	Critérios de aproveitamento de experiências anteriores.....	68
16.6	Expedição de diplomas.....	69
17.	Fluxograma.....	69
18.	Ementário.....	71
19.	Tópicos Especiais – Disciplinas Optativas.....	116
20.	Coordenação do Curso de Licenciatura em História.....	117
20.1	Estratégias Democrático-Participativas de Gestão.....	118
21.	Corpo Docente.....	121
22.	Técnico-administrativos.....	122
23.	Infraestrutura: Instalações e Equipamentos.....	123
24.	Referências Bibliográficas e Resoluções, Leis e Decretos.....	125
25.	Anexos.....	131
25.1	Anexo I – Orientações para o desenvolvimento do Estágio do Curso de Licenciatura em História.....	132
25.2	Anexo II – Orientações para Elaboração, Apresentação e Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso.....	155
25.3	Anexo IV – Orientações para o desenvolvimento da Prática como Componente Curricular.....	189
25.4	Anexo V – Orientações para o Funcionamento do Laboratório de Ensino de História.....	198
25.5	Anexo VI – Quadro Comparativo entre Matrizes 2015 e 2018.....	206

1. Apresentação

O presente projeto do Curso de Licenciatura em História, do Departamento das Áreas Acadêmicas I, do Campus Goiânia do IFG, é o resultado das demandas apresentadas pelas novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores do Ministério da Educação (Resolução CNE Nº 2/2015), que estabelecem o mínimo de 3200h para cursos de Licenciatura. Para tal processo, concorreram a avaliação do processo de implementação do último Projeto Político de Curso a partir do primeiro semestre letivo de 2015; a avaliação e elaboração de proposições conduzidas pelos Colegiados de Professores do Curso de Licenciatura em História e de seu NDE, que se desenvolveu entre 2015 e 2017; bem como as novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Licenciatura do IFG (Resolução CONSUP/IFG Nº 31/2017).

2. Justificativa

As profundas mudanças que vêm ocorrendo no âmbito da produção econômica e da reorganização societária daí decorrente, impõem a necessidade de reflexão sobre o papel da educação, em especial sobre o papel da Educação Profissional e Tecnológica. A ênfase neste segmento educacional justifica-se por vários motivos, dentre eles dois merecem destaque. O primeiro diz respeito diretamente à produção e à aplicação de técnicas e tecnologias, que, desde a década de 1970, têm se desenvolvido de maneira intensa, buscando responder às demandas produtivas. Nesse sentido, é significativo o apontamento contido no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) sobre a Educação Profissional e Tecnológica, no qual se afirma que, nela, “os vínculos entre educação, território e desenvolvimento se tornam mais evidentes” (BRASIL, 2007, p. 31). O segundo está relacionado à reestruturação produtiva, que tende, predominantemente, se constituir sob as bases da microeletrônica em substituição aos fundamentos da eletromecânica. Por essa razão, requer níveis de procedimentos cognitivos mais complexos, assentados em construções que privilegiem soluções lógico-formais, colocando em plano secundário aquelas relacionadas à repetição e ao uso estrito dos sentidos tátil e visual.

Diante desta configuração histórica é preciso repensar a educação em outras perspectivas. De modo geral, é necessário que o processo de ensino-aprendizagem no âmbito da educação profissional e tecnológica supere

(...) o histórico de fragmentação, imprevisto e insuficiência de formação pedagógica que caracteriza a prática de muitos docentes da educação profissional de hoje [posto que] implica reconhecer que a docência é muito mais que mera transmissão de conhecimentos empíricos ou processo de ensino de conteúdos fragmentados e esvaziados teoricamente. Para formar a força de trabalho requerida pela dinâmica tecnológica que se dissemina mundialmente, é preciso um outro perfil de docente capaz de desenvolver pedagogias do trabalho independente e criativo, construir a autonomia progressiva dos alunos e participar de projetos interdisciplinares. (MACHADO, 2008, p. 11).

A natureza do trabalho pedagógico, colocada a partir desta historicidade, refere-se também à Educação Básica. Nesse sentido, deve-se salientar a orientação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) de vincular o Ensino Fundamental à compreensão do “ambiente natural e social, do sistema político, das tecnologias, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade” (Art. 32), objetivando a formação do cidadão. Ainda de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ensino Médio deve buscar “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para a o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Art. 22). Todavia, esses objetivos não têm sido satisfatoriamente alcançados, uma vez que tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio é dada a ênfase somente na transmissão de conhecimentos específicos sem uma necessária articulação com as questões relativas à cidadania, ao trabalho, à tecnologia, ao meio ambiente, dentre outras temáticas. Vale ainda destacar que o Ensino Médio tem se constituído apenas como período preparatório para o ENEM e os exames de vestibulares que ainda resistem, o que faz reduzir substancialmente as possibilidades de formação para a juventude.

Além das questões relativas ao processo de ensino-aprendizagem e da proposição de nova formatação para o Ensino Médio, tem-se demandado para a área da educação políticas públicas que visem dar conta dos impactos da reestruturação produtiva em âmbito social e ambiental. Nesse sentido, inúmeros programas têm sido implementados pelo MEC como resposta imediata a essa problemática. São ações que objetivam a ampliação do acesso de setores historicamente excluídos da educação formal e que necessitam enfrentar as novas demandas produtivas e sociais. Como casos emblemáticos dessas ações, citam-se: as discussões e as deliberações relativas às políticas de “cotas” vinculadas à educação pública, que, embora marcadas por um caráter emergencial, visam superar desigualdades sociais que, historicamente, atingem determinados grupos sociais, como os setores mais empobrecidos, os negros, os indígenas, os portadores de necessidades especiais; a articulação da educação profissional com a educação básica e a educação de jovens e adultos.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, diante desta nova configuração social, devem contribuir para a formação de professores que deem conta de responder às problemáticas relacionadas à produção, ao trabalho, aos processos pedagógicos e às necessidades de inclusão educacional da sociedade brasileira.

Historicamente, a educação profissional no Brasil tem sido vanguarda, merecendo destaque enquanto *locus* de ensino-aprendizagem para trabalhadores empobrecidos e necessitados de qualificação profissional. Como tal, a educação profissional fez-se como meio de inserção e/ou reinserção no mundo do trabalho e na sociedade de inúmeros trabalhadores, bem como de promoção do desenvolvimento de exitosa experiência pedagógica que, ao integrar educação geral e educação profissional, acabou por proporcionar um significativo processo educativo.

O resgate dessa trajetória histórica de inclusão social e de acúmulo de conhecimentos sobre um currículo que integra formação geral e formação técnica revela-se imprescindível para se discutir a consolidação da atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no âmbito da Licenciatura. Afinal, o IFG tem contribuído cada vez mais com a formação de professores capazes de articularem conhecimento específico, responsabilidade socioambiental e processos pedagógicos, que ampliem, de maneira qualitativa e cidadã, as possibilidades formativas dos estudantes da Educação Básica. Como parte desse processo, criou-se o curso de Licenciatura em História no ano de 2009. Desde então, esse curso concorre para formar profissionais que possam, além de alcançar uma sólida formação na área específica de atuação, ser promotores de discussões, proposições e ações que estejam vinculadas ao mundo do trabalho, da tecnologia, da cultura, da cidadania e do meio ambiente no interior das instituições educativas vinculadas à Educação Básica, ofertantes ou não de educação profissional.

Ressalta-se que os princípios e as orientações presentes no documento base relativo à criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2007)¹ reafirmam a necessidade de se avançar na efetivação das licenciaturas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Por um lado, isto se coloca em função da reconhecida qualidade e do acúmulo de conhecimentos que vêm se consolidando no interior dessas Instituições. Por outro, a ampliação das licenciaturas se faz premente no sentido de promover o aumento do número de docentes qualificados para atuarem na Educação Básica. Cabe ainda ressaltar que é tarefa de toda licenciatura

¹ Os referidos princípios e orientações estão contidos no Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em 2008, através da Lei nº 11.892, criou-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

formar profissionais habilitados a atuarem em um mundo profundamente marcado por novos tipos de sociabilidade, de comunicação e de relação com a natureza.

Dito isto, faz-se importante destacar a criação do curso de Licenciatura em História do IFG no Campus Goiânia. Esse Campus foi inaugurado em 1942 sendo a primeira unidade do Instituto, na época Escola Técnica Federal de Goiânia. Seu surgimento relaciona-se com o projeto de mudança do caráter da oferta do ensino profissionalizante no país fazendo parte de uma série de reformas educacionais e do mundo do trabalho engendradas pelo Governo Vargas. A mudança da antiga Escola de Aprendizes Artífices da Cidade de Goiás para Goiânia também pode ser contextualizada dentro da política varguista da “Marcha para o Oeste”, da qual a própria cidade de Goiânia faz parte. Hoje, no campus, são oferecidos cursos a) nos eixos tecnológicos de Produção Cultural e Design; Recursos Naturais; Controle e Processos Industriais; Infraestrutura; Informática e Comunicação; Turismo, Hospitalidade e Lazer; e Ambiente e Saúde; b) cursos de graduação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, e Linguística, Letras e Artes; c) cursos de pós-graduação *lato sensu* de Especialização nas áreas de Gestão dos Serviços de Hospitalidade; Matemática; Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica; e Telecomunicações: Prédios Inteligentes; e d) curso de pós-graduação *stricto sensu* no mestrado profissional em Tecnologias de Processos Sustentáveis.

A criação do curso de Licenciatura em História no IFG ocorreu em 2009, sendo o primeiro curso de licenciatura a ser ofertado no Campus Goiânia e o primeiro curso de Licenciatura em História da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. O curso possui hoje 173 alunos matriculados e já formou outros 113. Sua criação estimulou condições internas, tanto em nível teórico-prático quanto cultural, necessárias ao desenvolvimento e sistematização de conhecimentos na área acadêmica e de gestão vinculados à formação de professores. Acrescenta-se que a implantação desse curso contribuiu para a criação de outros cursos de licenciatura no campus Goiânia e em outros câmpus da Instituição, tanto no âmbito das Ciências Humanas quanto das Ciências da Natureza e da Matemática. Entende-se que a implantação do curso de Licenciatura em História também contribuiu para que o espaço da Educação Profissional e Tecnológica se voltasse para a criação de programas e cursos de formação pedagógica e de pós-graduação para docentes e técnico-administrativos.

O licenciado em História, formado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), estará apto a atuar na construção de itinerários formativos fundados na articulação e no diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, o mundo do trabalho e os aspectos formadores do cidadão-trabalhador emancipado. Além disso, a

formação adquirida por esse profissional no IFG tem afirmado a importância de se prezar por compromissos éticos, especialmente em uma sociedade desigual e subalternamente inserida no cenário internacional como é o caso da brasileira. Deste modo, o curso de Licenciatura em História do IFG tem buscado assegurar um percurso formativo que permita aos seus egressos compreenderem e se comprometerem com uma atuação profissional que seja historicamente transformadora. Além disso, a necessária qualidade da formação dos profissionais da História tem orientado o projeto curricular do curso de Licenciatura em História no sentido de assegurar que o mesmo recubra: 1) conhecimentos sobre os debates clássicos que fundaram a ciência da História; 2) a construção do edifício que sedimenta os conhecimentos específicos da área e sua aplicabilidade aos múltiplos objetos da disciplina; 3) as abordagens e correntes que disputaram e disputam a cena historiográfica; 4) as novas tendências da área.

O Brasil tem se deparado com um cenário em que os graduandos não reconhecem a carreira docente como uma opção válida e socialmente validada, como apontam diagnósticos e pesquisas recentes. Enquanto em outros países os melhores alunos são recrutados para a atividade do magistério, temos visto que no Brasil acorrem para esta área, principalmente, os alunos que descartam a possibilidade de ascender – por diversos fatores – às carreiras socialmente melhor reputadas. Reflete-se, nesta avaliação, décadas de desvalorização da área da educação e dos profissionais nela comprometidos. Frente a esse cenário, colocam-se então como desafios às licenciaturas de modo geral e a esta em particular: 1) manter a luta e promover ações voltadas para a formação de professores; 2) atuar constantemente e em todos os âmbitos pela valorização da educação e dos seus profissionais, bem como pela elevação da qualidade da formação dos profissionais da educação, como iniciativas estratégicas para a emancipação dos integrantes do mundo do trabalho; 3) auxiliar na criação de uma sociedade verdadeiramente democrática e no desenvolvimento do país em uma perspectiva soberana, inclusiva e sustentável.

2.1. Realidades e demandas da Licenciatura de História no Estado de Goiás e na Região Metropolitana de Goiânia

De acordo com os dados apresentados pelo Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia (GOIÁS; UFG, 2017)² nos últimos quarenta anos o intenso processo de expansão urbana das cidades circunvizinhas à Goiânia e do próprio

² GOIÁS (GOVERNO DE). UFG. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia**. Goiânia: Governo de Estado de Goiás; IESA/UFG, outubro de 2017.

município por meio do loteamento das suas áreas rurais, reconfiguraram não apenas as dimensões territoriais da Região Metropolitana de Goiânia³, mas também impuseram um aumento significativo da população que habita e circula nesta territorialidade. O número de habitantes da RMG no Censo Demográfico (IBGE, 2010) foi de mais de dois milhões, o que corresponderia a 36,2% do total do estado de Goiás, população esta predominantemente urbana. Goiânia reúne a maior parte desta população, 1.302.001 pessoas (IBGE, 2010), com a estimativa de aumento desta para 1.466.105 pessoas em 2017 (IBGE, 2017). Como a maior cidade da RMG e capital do estado, Goiânia ainda concentra grande parte das atividades comerciais, empregos neste setor e instituições de ensino básico e ensino superior, promovendo deste modo, um intenso fluxo de migração diária entre as cidades que compõem esta região.

No que tange à renda e trabalho em 2010 o percentual da população economicamente ativa da Região Metropolitana de Goiânia de 18 anos ou mais é de 74,24%, no exercício de atividades nos setores agropecuário (2,86%), indústria extrativista (0,11%), indústria de transformação (13,84%), setor de construção (8,35%), setores de utilidade pública (1,03%), comércio (18,83%) e setor de serviços (48,1%) (PNUD; FJP; IPEA, 2010). O que implica afirmarmos que a RMG é predominantemente urbana e o município de Goiânia representa uma parte significativa na distribuição das atividades produtivas e de empregabilidade da população economicamente ativa da região.

Esses dados revelam desta forma, duas questões fundamentais: primeiro que a concentração de pessoas e atividades em Goiânia concorre para que a instituição e o curso de Licenciatura em História contribuam para a democratização do acesso ao ensino superior público e gratuito na RMG, haja vista o recebimento de alunos provenientes das diferentes localidades da região. Demanda revelada ao identificarmos a disparidade entre as matrículas na educação básica, em torno de 87,79% da população da faixa etária 6 a 17 anos estavam matriculadas no ensino básico regular, relacionadas às matrículas no ensino superior dos jovens adultos entre 18 a 24 anos, que correspondem a apenas 21,63% da população da RMG em 2010 (PNUD; FJP; IPEA, 2010).

Por outro lado, a oferta do curso de Licenciatura em História também possibilita a ampliação da oferta de cursos e vagas nas instituições de ensino superior públicas (IES

³ A Região Metropolitana de Goiânia foi criada pela Lei Complementar nº 27 de 30/12/1999 e é composta por vinte municípios: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Guaporé, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás, Trindade. Ressalta-se que a mesma lei criou, também, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia – CODEMETRO (Informações extraídas do sítio da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Governo do Estado de Goiás www.secima.go.gov.br).

públicas) desta área. Ainda hoje apenas duas IES públicas ofertam esse curso na região Metropolitana de Goiânia, quais sejam: a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Instituto Federal de Goiás (IFG).

Outro elemento a ser considerado é a carência de professores licenciados nas mais diversas áreas epistemológicas, este é também um dos maiores desafios para a superação das dificuldades presentes na educação brasileira. Tal realidade foi determinante para a inclusão nas diretrizes de atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a oferta de cursos de licenciatura.

Em 2016 o estado de Goiás contabilizava mais de 60 mil docentes em sala de aula em uma das quatro redes de ensino (federal, estadual, municipal e privada), em relação à formação dos professores atuantes nos diferentes níveis de ensino e modalidades, 83% possuem curso superior (BRASIL, 2016)⁴. Porém, apenas 56,4% dos professores do Ensino Fundamental e 47,8% dos professores do Ensino Médio possuem formação adequada à disciplina que leciona (BRASIL, 2016)⁵. A permanência deste quadro é significativa em 2017 quando o Ministério da Educação apresenta o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, ao identificar que, de acordo com o Educacenso, cerca de 600 mil professores em exercício na educação básica pública no Brasil não possuem graduação ou atuam em áreas diferentes das licenciaturas em que se formaram⁶.

Postas estas questões e apresentados estes dados, a formação de professores licenciados em História voltados para as redes estadual e municipal de educação em Goiás, bem como para aqueles professores dessas redes que atuam na área de História sem que tenham graduação nesta área, constituiu-se assim em uma das determinantes para a oferta do curso de Licenciatura em História no Campus Goiânia do IFG. Desse modo, a oferta desse curso concorreu para o atendimento das exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que prevê a condição de graduado de todos os professores em exercício de profissão e ainda reforçado na meta 15 do Plano Nacional de Educação de 2010 (BRASIL, 2017).

Assim, a oferta do curso de Licenciatura em História no Campus Goiânia do IFG contribui no sentido de permitir aos estudantes de baixa renda que vislumbrem o acesso à educação superior pública no Estado de Goiás. Ao mesmo tempo, a abertura desse curso

⁴ De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2016 (BRASIL, 2016) na rede federal corresponde a 99%; na rede estadual 86%; na rede municipal 88%, na rede privada 73%.

⁵ Os dados apresentados em relação a adequação formação e disciplina lecionada são assim distribuídos: rede federal - ensino fundamental 81,8%, ensino médio 71,9%; rede estadual – ensino fundamental 42,4%, ensino médio 45,2%; rede municipal – ensino fundamental 66,5%, ensino médio 38,8%; rede privada – ensino fundamental 51,5%, ensino médio 58,1% (BRASIL, 2016).

⁶ Informações disponíveis no Portal MEC (portal.mec.gov.br/plano-nacional-de-formacao-professores-educacao-basica).

no IFG compensou a oferta de licenciatura nessa área por IES públicas. Afinal, até então, o que se observou foi a priorização da oferta do curso de História no interior do Estado, enquanto a Região Metropolitana de Goiânia, que polariza 2/5 da população do Estado de Goiás, ficou menos assistida.

Deve-se destacar ainda, que a oferta desse curso buscou desde o início a ampliação das condições de acesso dos estudantes oriundos de escolas públicas aos cursos ofertados gratuitamente. Esse acesso foi garantido mediante a adoção do sistema de cotas aos estudantes oriundos das redes públicas de ensino. Por entender a necessidade de se criar mecanismos não só de acesso à educação pública, mas, sobretudo, de permanência desse estudante em uma instituição educacional de ensino superior que valoriza uma formação de excelência, a coordenação do curso de Licenciatura em História incentiva: a adesão ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBD); a adesão ao Programa Institucional de Residência Pedagógica; o aumento de bolsas de iniciação científica via Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); a ampliação de projetos voltados para a extensão; a oferta de monitoria como forma de dirimir possíveis dificuldades de aprendizagem; a realização de atividades acadêmico-científicas (Semana de História, Colóquios do Laboratório de Ensino de História e Ciclos de Debates); a criação de grupos de estudos; os projetos de ensino; o Laboratório de Ensino de História (LEHIS) por meio dos projetos de pesquisa e ensino, grupos de estudos, atividades, eventos e outras ações desenvolvidas em seu âmbito; entre outras ações. No sentido de proporcionar condições econômicas favoráveis para que os estudantes concluam seus cursos, a coordenação também apoia as bolsas de auxílio estudantil, como a de transporte e alimentação.

3. Objetivos

3.1. Objetivo Geral

- Assegurar a formação de um profissional na área História capacitado para refletir e discutir educação, ciência, tecnologia e cultura historicamente e relacionalmente; para superar o fosso ainda perceptível entre teoria e prática; bem como para atuar na educação básica em seus diversos níveis e modalidades. Objetiva-se também e, sobretudo, formar profissionais com consciência crítica, política e ética, comprometidos com as transformações sociais e as causas das majorias marginalizadas do país por meio de sua intervenção profissional e cidadã. Ademais, intenta-se colaborar para a formação

de docentes que compreendam sua atuação para além do universo da sala de aula, concebendo outros espaços e contextos como fundamentais para a construção de narrativas históricas.

3.2. Objetivos Específicos

- Assegurar que a formação esteja articulada com os demais sistemas públicos de ensino no planejamento, desenvolvimento e avaliação da sua oferta.
- Estimular a necessidade de atualizar-se permanentemente, compreendendo que a formação continuada⁷ é condição fundante de realização de um trabalho próprio do tempo presente, profundamente marcado pelo avanço tecnológico, pelo desenvolvimento de novas formas de comunicação, linguagem e tipos de sociabilidade e pelas transformações socioambientais.
- Contribuir com a formação de professores para a Educação Básica a partir da construção de processos formativos fundamentados na concepção do Currículo Integrado e nas Políticas de Inclusão.
- Concorrer para uma formação que esteja articulada com os demais níveis e modalidades de ensino da Instituição, que seja valorizadora da prática e da integração da teoria com a prática e que seja contextualizada em termos sociais, econômicos e culturais.
- Contribuir, por meio da formação de professores, para a superação da dicotomia entre conhecimento geral e específico, entre ciência e técnica e entre tecnologia e cultura.
- Preparar profissionais com pensamento crítico, visão científica e com habilidades para a produção do conhecimento por intermédio do planejamento e execução de pesquisas nos campos da história, da educação e da educação tecnológica.
- Formar professores de História com competência técnica para o exercício da profissão, seja pelo domínio dos conteúdos da área da História e seu diálogo com as demais áreas

⁷ Formação continuada, educação continuada ou educação permanente possuem profundas semelhanças conceituais e podem ser compreendidas como um processo que se estende por toda a vida em uma situação de desenvolvimento humano e profissional continuado. Esse conceito é perfeitamente aplicado aos profissionais de educação, sobretudo no processo de formação de professores. A formação continuada no processo de formação de professores pode ser previamente recebida por meio de cursos e eventos acadêmicos, oferecidos por instituições de ensino superior (universitárias ou não). Também pode ser compreendido como uma perspectiva de formação de professores em que se busca conciliar três aspectos básicos: a escola como local privilegiado para a formação permanente do professor; a valorização do saber já constituído e constantemente enriquecido; e, o percurso profissional-formativo em curso ao longo de sua carreira. O domínio do saber epistemológico e disciplinar de cada área de conhecimento por parte do professor é essencial, porém, não se pode reduzir a dimensão da formação continuada a esse saber. Outros saberes, a exemplo do saber político, ético e ecológico, também são igualmente importantes na trajetória da formação continuada dos professores.

de conhecimento, seja pelo domínio da tarefa pedagógica, conjugando competências para o exercício qualificado do magistério na área da História.

- Proporcionar uma formação que se apoie na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no processo de formação acadêmico profissional e como método de ensino-aprendizagem.
- Proporcionar aos licenciandos condições teórico-práticas de atuarem como docente que problematize junto com seus alunos da Educação Básica os conhecimentos da História e de suas relações com as demais ciências.
- Proporcionar aos licenciandos conhecimento e domínio de métodos e técnicas de ensino para que levem à formação de adolescentes, jovens e adultos, a partir das suas especificidades enquanto sujeitos da aprendizagem, capazes de exercer o pensamento histórico de maneira crítica e autônoma.
- Contribuir para que os licenciandos sejam capazes de articular os conhecimentos específicos da História com as necessidades sociais de resgate e ampliação dos direitos sociais da cidadania e com a construção do desenvolvimento socioambiental responsável.
- Formar licenciandos capazes de construir um diálogo constante entre a sua área de conhecimento, as demais áreas e o mundo do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.
- Formar professores que compreendam a disciplina historiográfica como um campo de possibilidades transformadoras, na perspectiva da visão crítica sobre as sociedades humanas em sua configuração histórica, no transcurso do tempo.
- Formar professores de história conscientes da influência de outros espaços e contextos (museus, monumentos, cidades, festas populares etc.) no processo de construção da narrativa histórica, sendo então, habilitados a problematizá-los em sua prática pedagógica.
- Colaborar para a formação de professores capazes de promover o debate em torno das questões que envolvem o meio ambiente em sua prática pedagógica, estimulando a educação ambiental.

4. Perfil Profissional do Egresso

O perfil profissional do egresso do Curso de Licenciatura em História deve dar conta de articular o conteúdo exposto na justificativa aos objetivos deste curso. Mas deve também dar conta de articular as referidas justificativas e objetivos à especificidade da

Ciência da História e do ofício de historiador, o que demanda uma breve consideração acerca desta Ciência e deste ofício.

Marc Bloch (2001, p. 55), importante historiador dos *Annales*, afirmava que a história é a “ciência dos homens no tempo” e o tempo é “o plasma em que se engastam os fenômenos, lugar de sua inteligibilidade”. Se assim considerarmos, a história assume-se como o estudo das experiências vividas, que se determinam espaço-temporalmente. Nesse sentido, ao serem recortadas e transformadas em objetos da construção do saber histórico, as experiências vividas são perscrutadas em suas singularidades.

Deste modo, e seguindo as reflexões de José Carlos Reis, pode-se concluir que “o tempo histórico não é algo exterior, que envolveria fenômenos, um ser substancial, uma intuição divina, como acreditou Newton, mas a própria forma dos eventos humanos, que lhes dá identidade e inteligibilidade. O tempo histórico esculpe as formas da experiência vivida. Ele não é um tempo físico ou psicológico ou dos astros ou do relógio, divisível e quantificável, e também não é uma infinidade de fatos sucessivos como a linha é uma infinidade de pontos. Tempo histórico é o das coletividades públicas, das sociedades, civilizações, um tempo comum, que serve de referência aos membros de um grupo”. (2012, p. 34-35).

Com base no exposto, observa-se que o trabalho do historiador com o tempo, em especial com as ações dos homens no tempo, oferece as sociedades contemporâneas ao seu processo investigativo os elementos necessários para suprirem suas carências de orientação histórica. Afinal, o tempo se apresenta à compreensão humana como “devir” (ou seja, como algo que se movimenta e traz transformações) e como “extensão” (isto é, como algo que perdura). Diante disso, ao proceder a sua análise histórica, o historiador deverá ser capaz de identificar em uma mesma dimensão temporal tanto as mudanças quanto as reatualizações de determinadas permanências. Além de colocar em debate as possíveis rupturas, continuidades e discontinuidades do tempo histórico, o profissional do campo da história necessitará de dominar outros conceitos oriundos do tempo, como: regime de historicidade, temporalidades e duração. Competirá ainda ao historiador a tarefa desafiadora de projetar para o seu campo analítico as interdependências entre as várias dimensões sociais, que constituem um dado tempo-espço.

Considerando os elementos presentes na justificativa, nos objetivos e nesse breve enunciado, o profissional formado no curso de Licenciatura em História deverá ser capaz de:

- Dominar as várias concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias investigativas e analíticas necessárias à compreensão das relações sócio-históricas.
- Compreender a existência de vários tipos de relações entre tempo e espaço por meio das experiências construídas pelos sujeitos históricos.
- Conhecer os fundamentos e as informações básicas acerca das diferentes épocas históricas nas mais diversas configurações societais.
- Desenvolver a pesquisa e a produção e difusão do conhecimento sobre a História nas diversas instituições que de alguma forma se relacionam com este tipo de conhecimento.
- Articular, em uma perspectiva interdisciplinar, os conhecimentos entre a História e as demais áreas do conhecimento.
- Assimilar debates transversais em sua prática pedagógica, como direitos humanos, diversidade cultural, de gênero e sexualidade, mundo do trabalho e meio ambiente, em consonância com os movimentos sociais que se articulam em torno destas pautas.
- Estabelecer relação orgânica entre ensino e pesquisa, superando a hierarquização que historicamente separou tais campos de atuação, e, ao mesmo tempo, capacitar a produzir conhecimento a partir do momento em que reconhece a efetiva importância do emprego das operações teórico-metodológicas da ciência histórica na sua futura atividade docente.
- Dominar os conteúdos básicos referentes ao processo de ensino-aprendizagem, em especial aqueles necessários ao Ensino Fundamental e Médio.
- Dominar os métodos e técnicas pedagógicas necessárias à transmissão e construção do conhecimento nos diferentes níveis de ensino.
- Conhecer as linguagens e recursos referentes às tecnologias de informação e comunicação com o propósito de fortalecer o diálogo dos licenciandos com seus futuros alunos.
- Compreender o debate sobre as políticas públicas relativas à educação em geral e, em particular, as destinadas à educação profissional e tecnológica e contribuir para a efetivação daquelas que se voltam para o estabelecimento de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos.
- Fortalecer a concepção e prática da gestão democrática na escola, pois se compreende esta forma de gestão como única possibilidade de fortalecimento dos sujeitos que participam da educação, de garantia do diálogo constante e de efetivação das instâncias coletivas de discussão, proposição e deliberação.

- Articular a formação geral com a formação para o mundo do trabalho, rompendo, desta maneira, com a dualidade entre teoria e prática e entre o pensar e o fazer fortemente presente na educação brasileira.
- Conhecer os fundamentos da educação integrada e difundi-la no âmbito da Educação Básica e Superior.
- Compreender a importância atual da educação inclusiva e propor, por meio de estudos, pesquisas e práticas, a adequação dos espaços educativos para o recebimento de setores sociais que historicamente têm sido excluídos dos processos de aprendizagem.
- Incorporar em seu cotidiano profissional outros espaços educativos não formais como museus, memoriais, arquivos públicos, acervos documentais e/ou monumentais, entre outros, tendo como objetivo enriquecer o processo ensino/aprendizagem e abrir espaço para pesquisas relativas à prática e metodologia de ensino.

5. Área de Atuação

O licenciado em História estará apto a atuar como professor na Educação Básica em suas diferentes modalidades; em institutos de pesquisa, realizando pesquisas ligadas às questões vinculadas à Educação, ao campo da História e do ensino de História, ao mundo do Trabalho e à Educação Profissional e Tecnológica; e, em assessorias nas áreas culturais e políticas.

6. Formas de Acesso

Para ser aluno do curso de Licenciatura em História o candidato deverá ter concluído o Ensino Médio e realizado a prova do ENEM, mediante a qual poderá se inscrever diretamente no processo Vestibular Enem da instituição, com 80% das vagas, ou através do SISU, com 20% das vagas. O preenchimento das vagas remanescentes, resultantes do cancelamento de matrícula, mobilidade acadêmica e desligamento de alunos se dará por meio de transferências interna ou externa, processos seletivos para portadores de diplomas de Ensino Superior e vestibular próprio para vagas remanescentes, estando todos esses processos sujeitos à existência de vagas e à obediência ao disposto no Regulamento Acadêmico dos Cursos de Graduação da Instituição.

É importante destacar que conforme a Lei 12.711/2012 – e suas alterações geradas pela Lei 13.409/2016 –, o IFG reserva 50% de vagas ofertadas nos processos seletivos para alunos oriundos da rede pública de ensino, que concorrem entre si nos vestibulares e processos seletivos. Ainda segundo a lei, as vagas são distribuídas de acordo com o perfil socioeconômico do candidato, sendo metade delas destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo, e a outra metade destinada à concorrência de estudantes provenientes de escolas públicas, independente de suas rendas. Ademais, em cada grupo dos perfis socioeconômicos descritos, será destinada a proporção de no mínimo 56,68% das vagas reservadas à concorrência dos estudantes oriundos de escolas públicas que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas e pessoas com deficiência. A outra proporção de vagas reservadas é destinada aos candidatos das demais etnias.

7. Funcionamento, Duração, Tempo Mínimo e Máximo

O curso de Licenciatura em História é distribuído em 8 (oito) semestres, que é o período mínimo para a integralização curricular. O estudante concluirá esse curso quando integralizar todas as disciplinas e demais componentes curriculares previstos no Projeto de Curso e colar grau, momento em que fará jus ao respectivo diploma de graduação como Licenciado em História. A entrada no curso acontece semestralmente, ocasionando assim, duas novas turmas a cada ano.

Ao estudante que não atender aos requisitos necessários à conclusão do curso de Licenciatura em História na duração mínima prevista, será oportunizado um acréscimo que compreende 8 (oito) semestres. Assim, a duração máxima do curso será de 16 (dezesesseis) semestres.

O estudante que, no decorrer da trajetória acadêmica, encontrar-se em uma situação na qual não lhe seja mais possível concluir o curso no limite da duração máxima permitida, perderá o direito à vaga.

8. Turno, Quantidade de Vagas e Periodicidade

O Curso de Licenciatura em História é ministrado no turno vespertino, o que possibilita a plena utilização do espaço físico e dos equipamentos didático-pedagógicos disponibilizados pela Instituição. As aulas são distribuídas de segunda a sexta-feira, no

período das 13 às 18 horas, podendo ocorrer aulas e/ou atividades aos sábados pela manhã para a complementação dos 100 dias letivos em conformidade com a LDB. São ofertadas 30 vagas semestralmente.

9. Metodologia

9.1. Metodologia de Ensino

Ao considerar a perspectiva da construção da identidade do professor/pesquisador, acredita-se que esta deva perpassar o horizonte dos formadores da área de História, dentre outros, a articulação entre teoria e prática, o movimento contínuo entre ensino e pesquisa, o percurso formativo como objeto de reflexão, a academia e a escola como espaços de interfaces e de formação e, principalmente, os saberes que envolvem o exercício da docência em termos de produção e de divulgação.

Ao mesmo tempo, os eixos orientadores da construção dos conhecimentos pedagógicos e científicos e, fundamentalmente, a “indissociabilidade entre a formação pedagógica e a formação de área específica”, presentes nas diretrizes e resoluções para a formação de professores, trazem à tona os aportes/caminhos da metodologia de ensino e aprendizagem para o curso de Licenciatura em História do IFG.

Em específico no que se refere à indissociabilidade entre a formação pedagógica e a formação da área específica, diferentes pesquisadores trazem à tona a necessidade de pensar o Ensino de História e seus métodos em articulação com a própria Teoria da História, a importância em se atentar para a historicidade dos conceitos em sala de aula, a tessitura da relação entre passado e presente como objeto de reflexão para o ensino e para a pesquisa e o movimento entre as particularidades do procedimento histórico e da transposição didática. (SCHMIDT, 2004; BITTENCOURT, 2004; FONSECA, 2003)

Desse modo, sob diferentes perspectivas, delineia-se uma abordagem dos elementos postos entre a produção/divulgação do saber histórico e do saber histórico escolar, o que consequentemente traz a necessidade de apontar os desdobramentos em torno da própria metodologia de ensino e aprendizagem concernente à formação de professores na área de História.

Assim, é válido ressaltar que, ao definir os aspectos metodológicos, a perspectiva da formação de professores leve em consideração a contínua articulação entre os elementos constituidores do fazer história e do fazer pedagógico. É necessário igualmente não perder de vista que a metodologia, concebida “como uma maneira de trabalhar algo

ou constituir materiais e de se movimentar em torno dos temas” (BARROS, 2005), deverá ter como princípio a autonomia do professor (formador) e que este, ao definir os recursos para a ação didática e as estratégias de ensino, não perca de vista as especificidades e demandas próprias da realidade de seus discentes (futuros professores). Este sujeito, por sua vez, deve ser pensado como “um profissional que domina não apenas os métodos da construção do conhecimento, mas um conjunto de saberes que possibilita sua socialização e sua reconstrução no processo de ensino e aprendizagem. Assim, o saber docente é um saber plural, proveniente de diversas fontes, adquirido ao longo do tempo, nos diferentes espaços de vida e de formação”. (FONSECA, 2003, p. 102)

Os elementos acima elencados estão condizentes com o perfil do egresso. O delineamento da Metodologia de ensino e aprendizagem do profissional formado no curso de Licenciatura em História do IFG – além de compreender/problematizar o conhecimento histórico como “produto” de um tempo e de um lugar, que se constitui em diálogo com outros campos de conhecimento – deve permitir, ao professor em processo formativo, a compreensão da relação entre ensino e pesquisa. Em outras palavras, o modo como a dimensão teórica e metodológica da História como campo disciplinar desdobra-se em possibilidades para o próprio Ensino de História. Paralelamente, em torno dessa perspectiva, dentre outros aspectos, espera-se que em sua futura atuação docente, o formando possa: “dominar os conteúdos básicos referentes ao processo de ensino-aprendizagem, em especial aqueles necessários ao Ensino Fundamental e Médio; dominar os métodos e técnicas pedagógicas necessárias à transmissão e construção do conhecimento nos diferentes níveis de ensino; conhecer as linguagens e recursos referentes às tecnologias de informação e comunicação com o propósito de fortalecer o diálogo dos licenciandos com seus futuros alunos”. (PPC)

Ainda na perspectiva da construção da identidade do professor/pesquisador, faz-se necessário apontar a necessidade de promover os processos formativos como objetos de reflexão. Desse modo, semestralmente são programados e desenvolvidos o **Seminário de Estágio Supervisionado** e o **Seminário de Prática como Componente Curricular**. Na primeira atividade, os alunos da etapa quatro do Estágio produzem e socializam a trajetória de seus percursos formativos e na segunda atividade é efetivada uma apresentação e um debate dos projetos desenvolvidos ao longo do semestre. Em seu conjunto, nas referidas atividades, o Ensino de História, em termos temáticos e teórico-metodológicos, adquire amplo espaço. E, ao mesmo tempo, os percursos formativos são debatidos, o que se configura como uma oportunidade ímpar para que professores e alunos compartilhem e definam seus repertórios de leitura, de prática e de experiência.

Sob esse mesmo prisma, acontecem semestralmente o **Seminário de Qualificação** e a **Semana de TCC**, relacionados à disciplina de TCC II. Na primeira programação, os alunos matriculados na disciplina são avaliados ao início da redação do trabalho de conclusão de curso, em sessões públicas com a avaliação de um docente. Na última, os alunos defendem seus trabalhos finais em bancas compostas por dois leitores além do orientador, também em sessões públicas. Em ambas as situações as aulas do curso são suspensas, de modo que os discentes possam participar das programações, contribuindo para o seu processo formativo. Tal perspectiva também se coloca para os alunos em processo de avaliação, que desenvolvem e aperfeiçoam aptidões comunicativas ao se verem ante a necessidade de compartilhar os resultados de suas pesquisas.

A cada dois anos é também realizado o **Colóquio do Laboratório do Ensino de História**. O referido evento, desde a sua primeira edição, tem por objetivo mostrar os desafios e as possibilidades da articulação entre Ensino e Pesquisa na formação docente em História. Não é aleatoriamente que são propostos debates sobre estágio, usos de diferentes fontes e linguagens em sala de aula, dentre outros. Em suma, perpassa a ideia de que o conhecimento histórico em sala de aula deve ser produzido. Ao mesmo tempo, é priorizada a reflexão sobre Educação e Ensino de História. Nessas ocasiões, especificamente com vistas a ressaltar a necessidade do protagonismo do professor, são construídos debates, por meio de conferências, mesas-redondas e oficinas, as propostas das reformas (Ensino Médio, BNCC, dentre outras) e o impacto nos currículos, nos livros e nos materiais didáticos e nas perspectivas da formação docente em História.

São realizados ainda o **Ciclo de Debates** – com oferta condicionada às necessidades temáticas pertinentes ao processo formativo – e a **Semana da Licenciatura em História** – a cada dois anos, em alternância com o Colóquio do Laboratório do Ensino de História. Nos dois eventos uma diversidade de temas é proposta com vistas a possibilitar que docentes e discentes ampliem seu repertório tanto em relação às escritas da História, em termos temáticos, teóricos e metodológicos, quanto em relação aos seus desdobramentos para a Educação e para o Ensino de História. Desse modo, perpassa a definição destes eventos questões relativas às demandas sociais/históricas do tempo presente, bem como suas possibilidades formais, culturais e políticas para a Educação e a formação/atuação de professores de História.

Os eventos anteriormente apresentados são importantes não apenas por possibilitarem que os alunos componham suas atividades complementares, mas, fundamentalmente, pela pertinência dos debates entre ensino e pesquisa, teoria e prática, bem como as reflexões sobre os seus percursos formativos.

Outro elemento concernente à conformação da identidade do professor pesquisador é a necessidade da integração da Licenciatura com a rede pública de Educação Básica. Para tanto, além dos apontamentos dos projetos integradores que serão posteriormente apresentados, metodologicamente é possível delinear a referida interface via Projetos de Pesquisa, de Ensino e de Extensão. Dentre outras perspectivas:

- Estudos sobre os agentes da rede pública de Educação Básica (professores, gestores, demais servidores e comunidade/público que as escolas atendem);
- Produção de materiais didático-pedagógicos a serem disponibilizados para as escolas de Educação Básica;
- Elaboração e desenvolvimento de Projetos de Implementação, no formato de oficinas e minicursos, voltados para as escolas de Educação Básica^{003B}
- Desenvolvimento de Projetos de Ensino, elaborados coletivamente pelo docente (professor da Licenciatura em História) e pelo Licenciando (professor em formação), e aplicação nas escolas de Educação Básica;
- Proposição de cursos voltados para a formação continuada de professores da rede pública de Educação Básica.

9.2. Elementos Norteadores dos Processos Formativos por Período

Considerando-se os aspectos processuais da formação acadêmica dos discentes e reconhecendo também a dimensão gradativa do seu amadurecimento intelectual/emocional, a metodologia deste projeto de curso pretende ainda estabelecer elementos que sejam capazes de nortear as práticas pedagógicas dos docentes em cada um dos períodos, elencando aspectos que são relacionados à etapa de desenvolvimento cognitivo/intelectual esperada para tais etapas. Esta iniciativa colabora para que as ações dos docentes sejam balizadas, tanto em seus aspectos metodológicos quanto avaliativos. Tais elementos estão identificados abaixo.

1º período

- Identificação do “lugar” do curso, instituição, possibilidades de percurso formativo – compreensão do curso enquanto *locus* de formação de professores de História para atuarem na educação básica; a instituição como espaço de formação no âmbito da educação profissional e tecnológica; mobilidade no curso em termos de orientações de pesquisa, temáticas, temas transversais, eixos norteadores;
- Problemática das concepções de história e de seus elementos concernentes;

- Aproximação com a modalidade de escrita acadêmica.

2º período

- Elementos da pesquisa histórica (teoria/ método/ historiografia);
- Dimensões do ofício do historiador/professor;
- Compreensão da indissociabilidade entre ensino/ pesquisa; teoria/prática;
- Aprofundamento da prática da leitura e escrita acadêmica;
- Introdução à análise intertextual, interpretação, relação entre autores, percepção das narrativas/ linguagens;
- Compreensão da educação enquanto fenômeno histórico.

3º período

- Fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa histórica e da prática docente;
- Elementos da pesquisa histórica (tipologia e crítica das fontes);
- Identificação da relação entre educação, sociedade e emancipação;
- Concepções iniciais de Estado sobre educação - políticas públicas, currículos e formação docente;

4º período

- Dimensões do ofício: professor de História; discussões sobre o ensino de história; fundamentos teóricos e metodológicos da prática docente; articulação entre a dimensão pedagógica e os conhecimentos específicos;
- Domínio de conceitos, metodologias aplicadas ao campo da pesquisa e do ensino;
- Processos de aprendizagem (geral) e aprendizagem histórica (em específico);
- Metodologias do ensino de história;
- Individualização do percurso formativo.

5º período

- Concepções de educação, educação histórica e seus desdobramentos para o ensino de história;
- Dimensões do conhecimento histórico escolar - transições paradigmáticas e desafios epistemológicos na construção do currículo escolar;
- Teorias e metodologias da pesquisa histórica e do ensino de história;
- Compreensão crítica das implicações das políticas da educação.

6º período

- Amadurecimento de um repertório em torno da leitura e da escrita;
- Autonomia de concepção teórico-metodológica no que concerne à delimitação de recortes temáticos e na dimensão do ensino e da pesquisa;
- Capacidade de intervenção político-pedagógica.

7º período

- Envolvimento no debate sobre diversidade e inclusão;
- Reflexão sobre as experiências, saberes e práticas de ensino de história - campos temáticos, percursos metodológicos, fontes e linguagens no processo de ensino aprendizagem;
- Delimitação do percurso de pesquisa com ênfase na identidade do professor pesquisador - articulação entre o conhecimento específico e o trabalho docente.

8º período

- Consolidação da pesquisa e escrita no campo da Educação, História e Ensino de História;
- Estabelecimento do arcabouço teórico-metodológico para a prática docente e a conformação da identidade docente - 'professor pesquisador'.

9.3. Critérios de Avaliação de Aprendizagem

A perspectiva de um processo de avaliação que seja contínuo e impulsionador de novas práticas perpassa toda a dinâmica e prática avaliativa do Curso. Tomando em consideração esta perspectiva e os objetivos do curso, bem como o perfil do profissional a ser formado, a avaliação dos acadêmicos nas disciplinas deve observar os seguintes critérios de avaliação de aprendizagem:

- A avaliação configurará uma prática processual, integral e continuada dentro da proposta pedagógica de cada disciplina;
- Valorizará a participação ativa dos acadêmicos nas atividades pedagógicas propostas pelo/a professor/a de cada disciplina do Curso;
- Contemplará o desempenho dos acadêmicos nas atividades avaliativas propostas em sala de aula;
- Contará com a distribuição de atividades de avaliação durante todo o semestre, perfazendo ao menos duas atividades avaliadoras para cada mensuração (N1 e N2);

- Deverá contemplar atividades teóricas e práticas, podendo ser realizada em atividades intra e extraclasse⁸.

Para efeito de mensuração da avaliação do corpo discentes no Curso de Licenciatura em História, se estabelece um percentual de sessenta por cento (60%) de aproveitamento, em consonância com a política mais ampla do IFG, em específico, a Organização Didática da Instituição, que se apoia na legislação educacional brasileira.

Faz-se imprescindível ainda que as perspectivas da metodologia de ensino e aprendizagem do curso de Licenciatura em História do IFG estejam articuladas e se constituam frente aos elementos norteadores do processo formativo por período.

1º período

- Reconhecimento do espaço social do IF, bem como do lugar e especificidade da Licenciatura em História frente ao mesmo: mapeamento do curso em termos de orientações de pesquisa, temas transversais e eixos norteadores;
- Introdução à concepção de História e seus elementos constituintes;
- Exercícios de produção escrita acadêmica.

2º período:

- Estudo da História como campo de conhecimento específico em sua dimensão teórica e metodológica;
- Leituras e proposição de atividades que evidenciem a indissociabilidade entre ensino e pesquisa; teoria e prática;
- Práticas de leitura e de produção escrita que permitam a análise intertextual, a interpretação e a articulação de diferentes autores.

3º período:

- Investigação dos fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa histórica e sua articulação com a prática docente;
- Proposição de exercícios reflexivos que permitam a compreensão da “operação historiográfica”;
- Investigação, por meio de diferentes abordagens, da correlação entre educação – sociedade – emancipação.

4º período:

⁸ Os critérios de avaliação observam as especificações normativas da Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

- Estudos sobre a formação docente em História (discussão sobre o Ensino de História, fundamentos teóricos e metodológicos da prática docente, movimento entre a dimensão pedagógica e os conhecimentos específicos);
- Apropriação de conceitos e de metodologias do campo da pesquisa no Ensino de História por meio da produção escrita.

5º período:

- Estudos que propiciem a articulação entre educação, educação histórica e ensino de história: escolha de temas, sujeitos, objetos de investigação para o ensino/pesquisa;
- Investigação sobre o currículo escolar em termos epistemológicos e históricos;
- Apropriação de diferentes fontes em seus vieses teóricos e metodológicos para a pesquisa no Ensino de História;
- Elaboração de projetos de Ensino de História com foco nos espaços não formais.

6º período:

- Proposição de diferentes atividades (produção escrita individual, roteiros para análise de fontes, elaboração de projetos de pesquisa para o Ensino de História, dentre outras);
- Exercícios reflexivos que permitam a autonomia em termos de delimitação temática de pesquisa e seus desdobramentos para a construção da identidade docente.

7º período:

- Pesquisas sobre História regional/local e inclusão e seus desdobramentos para a formação de professores de História;
- Investigação e reproposição das possibilidades das experiências, saberes e práticas no Ensino de História;
- Elaboração de projetos de intervenção no espaço escolar.

8º período:

- Produção escrita que delineie a consolidação de pesquisa nos campos da Educação, História e Ensino de História;
- Produção de materiais didáticos e paradidáticos.

Considerando ainda as especificidades e demandas de cada disciplina e preservando, fundamentalmente, a autonomia do professor, faz-se necessário apontar as seguintes atividades:

- Escrita acadêmica sobre diferentes modalidades (fichamentos, *papers*, resenhas, produção escrita individual, etc.);
- Apresentação oral de trabalhos (seminários, socialização de leituras, debates, roda de conversas, etc.);
- Pesquisas em diferentes acervos (bibliotecas, museus, centros culturais, patrimônios públicos e culturais, etc.) e espaços de educação formal e não-formal;
- Produção de materiais didáticos e paradidáticos;
- Análise e produção de materiais concernentes ao movimento entre saber histórico e saber histórico escolar (materiais didático-pedagógicos, usos de fontes e de linguagens no Ensino de História, elaboração de planos de aula, transposição didática, problematização e uso de livros didáticos de História);
- Elaboração e desenvolvimento de projetos de Pesquisa e de Ensino;
- Participação nas atividades do curso, dentre outras, Seminários de Prática como Componente Curricular e Estágio Supervisionado.

A definição dessas atividades está fundamentalmente articulada com a construção da identidade docente e poderá, sempre que possível, fazer uso de diferentes recursos pedagógicos, incluindo aí as tecnologias da informação e comunicação. Aparelhos de data-show, vídeos, plataformas digitais, redes sociais etc. devem ser considerados na definição das estratégias de ensino-aprendizagem estabelecidas pelos docentes do curso. As atividades e propostas metodológicas devem sempre trazer a perspectiva de ampliação, compreensão e operacionalização dos conceitos do campo da História e seus desdobramentos para o Ensino de História, tornando-se imprescindível que o docente (professor da Licenciatura em História) acompanhe todas as etapas da elaboração e do desenvolvimento das atividades e dos projetos, estejam estes circunscritos no campo do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. (Conforme artigos 11, 30 e 36 da resolução IFG nº 09/2011).

O referido acompanhamento ainda se faz importante para que, se necessário, os docentes e a coordenação de curso da Licenciatura em História estabeleçam as formas de encaminhamento e atendimento (psicológico, social e pedagógico) junto à CAPD (Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente).

9.4. Acessibilidades Comunicacional, Atitudinal, Pedagógica e Arquitetônica

9.4.1 – Acessibilidade Comunicacional

- No concernente ao apoio aos alunos com deficiência auditiva, o campus Goiânia conta, até o presente momento, com um tradutor intérprete de Libras para o acompanhamento desses alunos nas atividades formativas e acadêmicas do curso.
- Quanto ao apoio aos alunos com deficiência visual, o campus Goiânia tem disponíveis recursos para produção de material impresso em escala condizente às necessidades de alunos com baixa visão.

9.4.2 – Acessibilidade Atitudinal

- O docente deverá estar atento em sala de aula aos sinais de quaisquer tipos de manifestações preconceituosas ou discriminatórias por parte dos discentes que evidenciem a exclusão de alunos com deficiências ou com transtornos globais do desenvolvimento. Ao reconhecer esses sinais, o docente deverá buscar a coordenação de curso, que, por sua vez, deverá envolver a CAPD (Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente) no sentido de planejar ações conjuntas que visem dirimir as práticas excludentes no espaço educacional, sejam elas relacionadas à intervenção direta em sala de aula, sejam elas no planejamento e oferta de oficinas e workshops formativos.
- Objetivando consolidar um projeto de formação de professores que tenha por princípio a educação inclusiva, a Matriz Curricular do curso de Licenciatura em História traz a proposta de uma PCC (Prática como Componente Curricular) que evidencia em sua ementa o compromisso em discutir os desafios de uma educação inclusiva num contexto escolar de inclusão e exclusão sociocultural, bem como o de desenvolver estratégias pedagógicas comprometidas com a acessibilidade atitudinal, comunicacional e pedagógica.
- Registra-se ainda que a CAPD, tendo por objetivo promover o debate em torno da educação inclusiva, organizou junto com a CAE (Coordenação de Assistência ao Estudante) um grupo de estudo sobre inclusão. Acredita-se que a existência desse grupo de estudo ligado ao Departamento de Áreas Acadêmicas I emergirá como espaço acadêmico formativo de alunos, docentes e gestores. Tal grupo estará em articulação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), o que viabiliza um espaço de pesquisas na área de inclusão e acessibilidade, atendendo-se assim, à Lei 13.146/2015.

9.4.3 – Acessibilidade Pedagógica

- A Coordenação de Curso, em trabalho conjunto com a CAPD, desempenhará a tarefa de identificar os estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas. Cabe à CAPD a tarefa de encaminhar esses estudantes ao NAPNE (Núcleo de Atendimento Às Pessoas com Necessidades Específicas) que, por sua vez, se se identificar como necessário, encaminhará o mesmo a uma unidade AEE (Atendimento Educacional Especializado);
- A Coordenação de Curso, em trabalho conjunto com a CAPD, orientará e amparará o docente no processo de formulação e aplicação de ações de flexibilizações e adaptações curriculares e metodológicas para os alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas, bem como na construção de recursos didáticos;
- A Coordenação de Curso, em trabalho conjunto com a CAPD, deverá promover ações que sensibilizem os docentes da importância de se promover a flexibilização da correção das avaliações e atividades acadêmicas aplicadas aos alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas;
- De acordo com a Lei 13.146/2015, o docente deverá prever em seus programas de curso tempo adicional aos alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais para a realização de avaliações e atividades acadêmicas, assim como disponibilizar materiais de estudo/provas/atividades em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas. No que tange à pessoa com transtorno do espectro autista, assegura-se o atendimento dos direitos específicos dispostos na Lei 12.764/2012. No caso de alunos surdos, garante-se também a flexibilização de provas escritas realizadas pelos mesmos, valorizando o aspecto semântico – segundo Decreto 5.626/2005;
- A Coordenação de Curso, em trabalho conjunto com a CAPD, sempre que avaliar como imprescindível, buscará o docente e construirá com esse profissional uma agenda para atendimento no contraturno, voltada ao acompanhamento didático-pedagógico de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas, com vistas a garantir sua permanência e êxito.

9.4.4 – Acessibilidade Arquitetônica

O Campus Goiânia atende as condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, conforme o Decreto 5.296/2014 em quase todos os seus artigos:

- a) o acesso prioritário às edificações e serviços das instituições financeiras segue os preceitos estabelecidos neste Decreto e nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT;
- b) admite-se a entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de

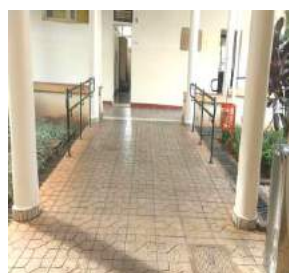
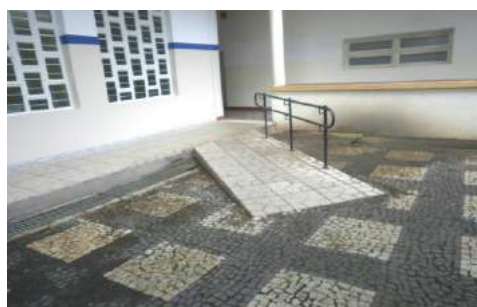
- acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador à instituição;
- c) possui pelo menos um telefone adaptado para comunicação com e por pessoas portadoras de deficiência auditiva;
 - d) as botoeiras e demais sistemas de acionamento dos terminais de autoatendimento de produtos e serviços estão localizados em altura que possibilita o manuseio por pessoas em cadeira de rodas e possui mecanismos para utilização autônoma por pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva, conforme padrões estabelecidos nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
 - e) existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
 - f) existência de elevador com cabine que permite acesso e movimentação cômoda de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida segundo padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
 - g) junto às botoeiras externas do elevador, está sinalizado em braile em qual andar da edificação a pessoa se encontra;
 - h) acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis, com símbolos que representam a acessibilidade na rede mundial de computadores (internet).



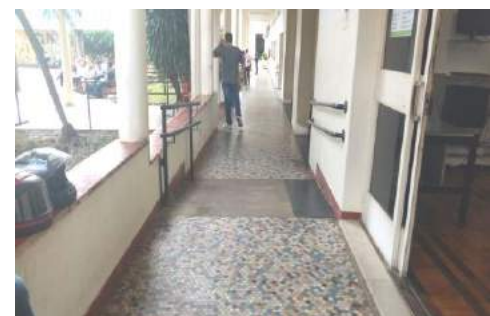
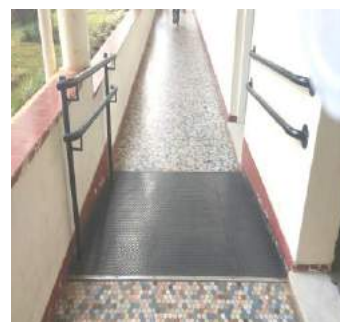
Este Campus atende também as recomendações de acessibilidade a edificações da NBR 9050/2004 na aplicação da sinalização, conforme o Item 5.4.1, referente à sinalização. Esta sinalização que deve ser afixada em local visível ao público, sendo utilizada principalmente nos seguintes locais, quando acessíveis:

- a) entradas;
- b) áreas e vagas de estacionamento de veículos;
- c) áreas acessíveis de embarque/desembarque;
- d) sanitários
- f) áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência;
- g) áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas;
- h) equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência.

Os acessos que não apresentam condições de acessibilidade possuem informação visual indicando a localização do acesso mais próximo que atende às condições estabelecidas nesta Norma.



Procurando constantemente se adequar às Normas de acessibilidade o Campus Goiânia readequou os corrimãos, conforme a seguir:



No ano de 2016 o Campus Goiânia readequou os quatro banheiros do bloco 200, aproveitando para instalar faixas antiderrapantes.



10. Ações para Permanência e Êxito no Âmbito do Curso

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, estabelece que a educação é direito social e um dever do Estado. No entanto, é necessário que se garantam no âmbito das Instituições de Ensino que esse direito seja exercido por meio de ações que favoreçam a permanência e o êxito dos discentes nos cursos em que ingressam como previsto no artigo 206 da Constituição Federal e artigo 3º da LDB.

Problemas relativos à permanência e êxito dos discentes nos cursos oferecidos pela Rede Federal de Educação Tecnológica não são recentes. Relatos referentes à grande evasão nos cursos, bem como ao alto número de retenções percorrem praticamente todo o histórico da Instituição e são referendados por pesquisas feitas na

área (DORE (2013), STOCO (2010), SILVA (2013) e QUEIROZ (2012)). Recentemente, a questão da evasão/retenção e êxito passou a ser objeto de um amplo debate e a partir de 2012⁹, figura como um dos problemas a serem enfrentados nos cursos oferecidos pelos Institutos.

A realidade do Curso de Licenciatura em História não é distinta. Altos índices de evasão e retenção têm sido observados desde a sua criação. Ações e intervenções buscando minorar essas taxas têm sido empreendidas, porém sem uma maior sistematização. Tal realidade exige um esforço e ações claras e urgentes visando reverter esse quadro.

10.1 Sobre Evasão, Retenção e Êxito

O MEC/SETEC por meio do “DOCUMENTO ORIENTADOR PARA A SUPERAÇÃO DA EVASÃO E RETENÇÃO” entende como evasão: “A interrupção do aluno no ciclo do curso. Em tal situação, o estudante pode ter abandonado o curso, não ter realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso”. A “retenção consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão” (2014, p. 20).

Nesse contexto, considera-se que não houve êxito quando há: 1) evasão do curso, mas com permanência do aluno na IES; 2) evasão da Instituição, mas não do Sistema de Ensino Superior; ou, 3) evasão do Sistema de Ensino Superior. Em todos esses casos - se há transferência interna ou externa, desligamento formal do aluno (quando ocorre trancamento) ou evasão propriamente dita - estabelece-se uma situação não exitosa para o Curso ao qual o aluno se vincula. O êxito só seria atingido quando o aluno integraliza todos os componentes curriculares no tempo previsto.

Vários estudos têm procurado compreender as causas da evasão (DORE, 2013; TINTO 1975, e outros), reconhecendo sua complexidade. De forma sintética têm apontado causas vinculadas a três fatores: a) a trajetória pessoal dos alunos, dentre elas os atributos de pré-entrada, entendidos como as habilidades do aluno, condições socioeconômicas, escolaridade anterior e antecedentes familiares; b) a estrutura dos Cursos e Instituições tais como a organização acadêmica do Curso e os vínculos de sociabilidade estabelecidos dentro da Instituição e; c) a questões conjunturais, dentre elas

⁹ Em 2014 o MEC/SETEC publicou o “DOCUMENTO ORIENTADOR PARA A SUPERAÇÃO DA EVASÃO E RETENÇÃO”, elaborado a partir da constituição de um GT em 2013. No ano seguinte foi publicada a Nota Informativa 138/2015 SETEC /MEC que faz uma síntese das proposições do “Documento Orientador para superação da evasão e retenção” e em Anexo publica a Portaria n 23/2015 SETEC/MEC que institui e regulamenta a comissão permanente de acompanhamento das ações de permanência e êxito nos IFS.

o próprio reconhecimento social do curso ao qual se vinculam e a situação do mercado de trabalho, dentre outras.

Dessa forma, compreendemos que pensar estratégias para permanência e êxito implicará em identificar quais as causas que levam à evasão e retenção e a partir dessa identificação pensar políticas e ações em nível do Curso e da Instituição visando sua superação.

10.2 Ações para Permanência e Êxito

As ações para superação do quadro de evasão e retenção experimentado no IFG e nesse caso particular no Curso de Licenciatura em História, torna necessário que os diferentes atores envolvidos no funcionamento e ordenamento do Curso (Coordenação do Curso, Núcleo Docente Estruturante e membros do Colegiado), bem como da Instituição (Pró-reitoria de Ensino, Direção do Campus, Gerência de Apoio Acadêmico e Assuntos Estudantis, Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente do Departamento, Coordenação de Assistência Estudantil) se empenhem no desenvolvimento de estratégias visando a permanência e êxito de nossos alunos. Dentre elas propomos:

Estratégia	Prazo para aplicação da estratégia	Nível da intervenção	Responsável/ Responsáveis
Elaboração de um Plano para superação da evasão e retenção dos alunos a partir do NDE e Colegiado do curso e em parceria com a Coordenação Pedagógica do Departamento e demais instâncias da Instituição vinculadas a questões acadêmicas;	Longo prazo	Coletivo	PROEN, GAAE, CAE, CAPD - DAA I e Coordenação do Curso.
Acompanhamento das turmas, levantamento dos fatores promotores da retenção e evasão e descrição de ações para superação sejam fatores individuais, internos ou externos a Instituição; (pesquisa-ação); ¹⁰	Médio prazo	Coletivo	Grupo de Trabalho a ser estabelecido.

¹⁰ Trabalho utilizando pesquisa-ação para diagnóstico e estratégias de superação da evasão e retenção foi realizado no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). A metodologia de pesquisa utilizada no IFTM

Desenvolvimento de ações que visem garantir a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal e pedagógica para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.	Médio prazo	Individual	Coordenação do Curso; CAPD; NAPNE; Diretoria do Campus.
Diagnóstico junto aos alunos das turmas iniciantes, por meio de formulário aplicado em reunião de acolhimento; ¹¹	Curto prazo	Individual	Coordenação do Curso.
Recepção dos alunos dos alunos de todas as turmas no início de cada semestre em uma Semana Pedagógica;	Curto prazo	Individual	Colegiado do Curso
Acompanhamento dos alunos nas etapas finais do curso, especialmente durante a escrita do TCC e o Estágio;	Curto prazo	Individual	Professores de Estágio e de TCC I e II.
Acompanhamento do desempenho das turmas e problemas enfrentado pelos discentes por meio de conselhos de classe de caráter semestral;	Curto prazo	Coletivo/ individual	Coordenação de Curso e Representantes Docentes
Eleição de um professor para acompanhar cada turma e colaborar com a Coordenação do Curso na identificação de problemas individuais e coletivos, bem como para a superação dos mesmos;	Curto prazo	Coletivo/ individual	Coordenação de Curso
Estabelecimento de ações que garantam a inclusão e a acessibilidade de discentes que demandem tal atenção.	Médio prazo	Coletivo/ individual	Coordenação de Curso e Colegiado do Curso

está descrita em seu documento “Plano estratégico de ações de permanência e êxito dos estudantes do IFTM”, Uberaba: 2016.

¹¹ Estudo sobre Entrevista de acolhimento pode ser encontrado em: Guimarães, Sandra Lopes. A entrevista de acolhimento e o contrato de trabalho pedagógico como uma possibilidade frente à evasão escolar em um curso superior de tecnologia. Dissertação de Mestrado. Campinas: 2012.

11. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado será desenvolvido a partir do 5º período do curso, ou seja, a partir da segunda metade do curso. Em conformidade com a Resolução nº 02/ 2015¹² e a Resolução CONSUP/IFG nº 31/2017¹³ é destinado ao Estágio Curricular Supervisionado uma carga horária de 405 horas a serem dedicadas à formação e atuação na educação básica. Esta carga horária será ordenada em quatro etapas a serem distribuídas em quatro (4) semestres letivos, por meio da oferta das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado I, II, III e IV.

De acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 o Estágio Curricular Supervisionado é um ato educativo, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o exercício profissional. O Estágio Curricular Supervisionado é obrigatório e é parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. Em conformidade com a referida lei, o Estágio não-obrigatório poderá ser desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga regular e obrigatória.

Por sua natureza, o Estágio Curricular Supervisionado constitui-se em um processo de articulação entre teoria e prática, orientado no sentido de aproximação entre instituição formadora (IFG) e o campo de exercício profissional do professor em formação, tanto no ambiente escolar, quanto em outros processos e espaços educativos. Nesse âmbito, o mesmo evidencia-se pela relação entre os conhecimentos adquiridos e/ou construídos pelos licenciandos ao longo do curso.

O Estágio Curricular Supervisionado é dividido em quatro etapas, a carga horária de cada etapa é distribuída entre encontros presenciais na instituição formadora para as discussões e debates que envolvem as dimensões teóricas que subsidiarão as experiências em campo, que estarão articuladas com as dimensões práticas; a carga horária não presencial envolve as orientações para o desenvolvimento das atividades práticas, reflexões teóricas e metodológicas para composição das propostas de intervenção nos espaços de atuação dos/das estagiários/estagiárias, assim como nas visitas desenvolvidas nestes espaços. Todas as atividades desenvolvidas no campo, seja nos contextos escolares, sejam nos espaços educativos não formais (dimensões práticas), são pensadas e reelaboradas em diálogo com a reflexão teórica, haja vista que o projeto do Estágio pauta-se na concepção da ação-reflexão-ação. Deste modo, propõe-

¹² Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada.

¹³ Resolução CONSUP/IFG nº 31, de 02 de outubro de 2017. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

se que haja a identificação de elementos/ problemas das realidades que os estudantes se inserem em seu processo de formação. A partir destes e das reflexões que são subsidiadas pelos conhecimentos teóricos e metodológicos são produzidos diferentes projetos como planos de aula, projetos de ensino, materiais didáticos, realização de oficinas, aulas-oficinas, entre outras ações de intervenção que serão novamente alvo de reflexão como parte do processo formativo do professor de História.

O Estágio Curricular Supervisionado é acompanhado por um (a) orientador(a) de estágio. Como parte do processo de acompanhamento e avaliação das atividades do estágio, serão adotados os seguintes mecanismos:

- a) Acompanhamento dos estagiários na escola parceira por parte do professor orientador;
- b) Plano de trabalho devidamente aprovado pelo professor orientador de estágio;
- c) Entrega da documentação pertinente às atividades do licenciando na escola parceira (Termo de Compromisso e Ficha de Frequência);
- d) Reuniões do aluno com o professor orientador e com o professor regente da escola parceira;
- e) Relatório do Estágio Curricular Supervisionado;
- f) Participação no Seminário de Estágio Curricular Supervisionado.

Com o intuito de assegurar a contextualização no processo formativo, possibilitar o desenvolvimento de atividades de pesquisa e ensino e ainda promover a inserção do licenciando em diferentes níveis e modalidades da educação básica, o Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá nas instituições públicas que ofertam a educação básica por meio de convênios estabelecidos institucionalmente entre o IFG e as redes públicas de ensino, assim como no âmbito da própria instituição. É necessário ainda apontar a possibilidade da realização do Estágio em outros espaços educativos não formais de acordo com a área de formação do licenciando, como museus, memoriais, centros culturais, entre outros, mediante a elaboração, submissão e aprovação do Projeto de Ensino por parte do Grupo de Trabalho do Estágio e pelo NDE do curso de Licenciatura em História e ainda no estabelecimento de convênios entre o IFG e tais espaços. As atividades nas instituições parceiras ocorrerão nos turnos matutino e noturno, de acordo com a oferta do curso de Licenciatura em História.

No sentido de superação das concepções vigentes que identificam o Estágio como a parte prática do curso, como imitação de modelos ou como mera apropriação de

técnicas e habilidades a serem empregadas em sala de aula¹⁴, orienta-se o Estágio a partir de duas perspectivas: o Estágio como uma atividade de reflexão a partir da realidade experienciada pelo licenciando e o Estágio como pesquisa e a pesquisa no Estágio¹⁵.

A pesquisa no Estágio é possibilitada pela mudança de postura em relação ao professor como um profissional pensante, situado no tempo e no espaço e ciente do caráter coletivo, social e político de sua profissão. Aproxima-se, assim, da concepção de professor pesquisador que alarga o campo de atuação e ação docente, ao valorizar a experiência e a reflexão na experiência; o professor não se restringe a um mero transmissor de conteúdos, mas a um sujeito que pensa, elabora e intervêm em sua realidade social.

A fim de promovermos a vivência destas perspectivas o Estágio Curricular supervisionado se estruturará a partir do seguinte modelo¹⁶:

- 1) Estágio Curricular Supervisionado I: consiste na inserção inicial do estagiário no contexto de espaços educativos não formais como museus, memoriais, arquivos públicos, acervos documentais e/ou monumentais, entre outros. Com o objetivo de investigar tal realidade por meio de diferentes instrumentos de pesquisa (aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas, observação participante, levantamento e análise da documentação pertinente ao espaço/projeto educacional, entre outros) e identificar questões problematizadoras para

¹⁴ PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lima. Estágio e Docência. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

¹⁵ O Estágio como atividade reflexiva propõe como finalidade deste a aproximação do licenciando da realidade em que este atuará, no sentido de torná-la objeto da *práxis* por meio da atividade teórica, fundamentação, diálogo e intervenção no espaço de futura atuação profissional. A perspectiva do Estágio como pesquisa e a pesquisa no Estágio concebe este como uma estratégia, um método, uma possibilidade de formação do estagiário como futuro professor, ao mobilizar pesquisas que possibilitem de um lado “a ampliação e análise dos contextos onde os estágios se realizam; por outro, e em especial, se traduz na possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisador a partir das situações de estágio, elaborando projetos que lhes permitam ao mesmo tempo compreender e problematizar as situações que observam”. (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 46)

¹⁶ Em consonância com a proposta de formação do professor reflexivo/ pesquisador, do Estágio como reflexão e pesquisa, utiliza-se a proposta de docência compartilhada (CALDERANO, 2012) e de modelo colaborativo de Estágio (MENEZES, 2012). O ponto de partida é a compreensão de que a escola não é apenas o lugar de aplicação dos conhecimentos gerados na Universidade ou lócus de desenvolvimento de atividades de sujeitos distantes de sua realidade, a escola é também um espaço de produção do conhecimento (CALDERANO, *op.cit*). O Estágio Curricular Supervisionado é a ocasião oportuna de articulação entre as diferentes facetas do trabalho pedagógico na perspectiva de uma construção permanente de conhecimentos em termos acadêmicos, profissionais, históricos, culturais e sociais. Este se coloca ainda, como espaço de interação entre professores em formação (estagiários), professores formadores (orientador do Estágio) e professores da educação básica. Definindo-se uma relação dialógica, em que todos os sujeitos partícipes do Estágio se responsabilizam pelo processo formativo e pela construção da identidade docente: o professor escolar em relação à sua condição docente, do licenciando em relação ao tornar-se professor, do professor formador em relação à sua ação e sua própria formação (MENEZES, *op. cit*).

- a reflexão sobre as concepções e práticas desencadeadas neste espaço que serão norteadoras da proposição de um Projeto de Ensino¹⁷ pelos estagiários;
- 2) Estágio Curricular Supervisionado II: realização da inserção inicial do estagiário no âmbito da instituição escolar formal a fim de investigar todos os elementos que compõem o cotidiano deste espaço como legislação educacional, o Projeto Político Pedagógico, gestão escolar, funcionamento e organização da instituição, comunidade escolar, entre outros. Por meio de diferentes instrumentos de pesquisa, os estagiários identificarão as necessidades e interesses da comunidade escolar como um todo para que seja elaborado um Projeto de Intervenção na escola, o sentido é de situar o professor em formação como parte de uma totalidade que é a escola em relação com a sociedade;
 - 3) Estágio Curricular Supervisionado III: compreende a inserção específica, momento em que o estagiário estará em contato direto com a sua área de formação ao acompanhar o cotidiano da sala de aula da disciplina de História, analisando o processo de aprendizagem histórica, o perfil socioeconômico da turma, percurso formativo e atuação profissional do professor regente, relação professor - aluno, materiais didáticos, concepção de história, metodologia de ensino, relação ensino e pesquisa na atuação docente, proposta pedagógica do docente, trabalho com conceitos e fontes históricas, planejamento, avaliação, entre outros elementos; no sentido de propor ações (projetos de ensino, oficinas temáticas, produção de materiais didáticos e paradidáticos, amostras, elaboração de diferentes instrumentos para o Ensino de História, entre outros) a partir das necessidades e demandas identificadas na investigação;
 - 4) Estágio IV: consiste na docência compartilhada e na relação dialógica e interativa entre professor regente e estagiário no decorrer do semestre letivo, por meio da construção do Plano de Trabalho, em que o estagiário poderá desenvolver junto ao professor regente diferentes ações/reflexões pertinentes ao trabalho docente (planejamento, levantamento de materiais didáticos, intervenções orientadas nas aulas ministradas pelo professor, elaboração e aplicação de atividades, entre outros) e a proposição do Projeto de Regência¹⁸

¹⁷ O Projeto de Ensino acompanhará o disposto na Instrução Normativa PROEN nº 03, de 05 de setembro de 2016, que regulamenta e normatiza os projetos de ensino no âmbito do IFG.

¹⁸ Propõe-se que o Projeto de Regência tenha como referência a proposta das sequências didáticas problematizadoras. De acordo com Helenice Aparecida Bastos Rocha (2015, p. 10) a proposta da sequência didática problematizadora é “uma alternativa de planejamento que leva em conta a especificidade dos conteúdos e de seus objetivos de aprendizagem ao longo de um período delimitado”, evidenciando a possibilidade de superação da aula, unidade singular e rotineira, restrita à exposição de conteúdos desarticulados, centrada na figura do professor. A proposta possibilita o desenvolvimento de diferentes estratégias didáticas em que predominará atividades mais reflexivas e construtivas por parte dos alunos, a

orientados e acompanhados tanto pelo professor regente quanto pelo professor orientador do Estágio.

Cada disciplina de Estágio Curricular Supervisionada cursada constitui em pré-requisito para a matrícula na disciplina de Estágio subsequente.

Conforme prevê o documento “Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura no IFG, Resolução nº 31/2017”, no desenvolvimento das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser assegurada a constituição de turmas de dez estudantes por professor orientador, não ultrapassando o número de quinze alunos.

Os relatórios do Estágio Curricular Supervisionado devem ser realizados em cada um dos períodos, sendo que ao final do desenvolvimento da disciplina Estágio Curricular Supervisionado IV todos os relatórios deverão ser reunidos no formato digital como comprovação das atividades realizadas. Sendo assim, a reunião dos relatórios compõe a documentação comprobatória de todas as atividades, tendo em anexo as fichas de frequências e os termos de compromisso.

O curso de Licenciatura em História prevê a realização do Seminário de Estágio Curricular Supervisionado como atividade de participação obrigatória para os alunos matriculados nas disciplinas do Estágio Curricular Supervisionado. A participação para os demais alunos do Curso será optativa, sendo que para esses o Seminário de Estágio Curricular Supervisionado integrará o universo de atividades extracurriculares do Curso.

No sentido de serem promovidas reflexões sobre as concepções e ações concernentes ao Estágio Curricular Supervisionado, assim como a definição de estratégias e reformulação das atividades, os professores orientadores das disciplinas do Estágio Curricular Supervisionado comporão o Grupo de Trabalho do Estágio Curricular Supervisionado, vinculado ao NDE do curso e em articulação com os projetos do Laboratório de Ensino de História (LEHIS).

De acordo com o artigo 40, da Resolução nº 31, o curso de Licenciatura em História do IFG contará com um Coordenador (a) do Estágio Curricular Supervisionado. O(A) coordenador(a) do estágio atuará junto aos professores orientadores das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado, no sentido de promover a integração entre estas, entre o IFG e as instituições parceiras. O mesmo fica responsável pela organicidade do GT do Estágio, realizando reuniões periódicas entre os componentes, identificando

atribuição de sentidos às estratégias ao delimitar uma questão problematizadora como norteadora das ações e reflexões por parte do professor e dos alunos. Atribui-se um caráter sequencial e imbricado das aulas a partir de um planejamento global e prévio por parte do professor, mobilizando materiais didáticos diferenciados para cada objetivo do ensino aprendizagem em História, a articulação entre passado e presente, a investigação como mote para a construção do conhecimento histórico escolar.

problemáticas a partir do acompanhamento e desenvolvimento das atividades para que as mesmas sejam analisadas pelo grupo, a divulgação dos eventos e atividades realizadas, o estabelecimento de parcerias e a definição de um cronograma de estudos em torno da legislação vigente e da literatura concernente ao estágio. O NDE do curso atribuirá ao professor (a) a respectiva pontuação para fins de comprovação da jornada de trabalho.

Ainda em conformidade com o disposto na Resolução nº 31, o IFG é uma instituição parceira para a realização das atividades do Estágio Curricular Supervisionado nas turmas dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Para tanto, o professor orientador deverá elaborar e submeter ao NDE do curso e ao GT do Estágio Curricular Supervisionado um Projeto de Ensino, de acordo com a regulamentação do IFG, em que indique os objetivos, metodologia e a definição das atividades desempenhadas por cada sujeito envolvido no processo, professor orientador, professor regente e estagiário. O professor regente que se vincular ao Projeto de Ensino do Estágio Curricular Supervisionado se coloca como um co-formador do licenciando, se responsabilizando pela elaboração, junto ao estagiário, do Plano de Trabalho de Docência Compartilhada e no acompanhamento das atividades do estagiário e no processo avaliativo. De acordo com a Resolução nº 09, de 01 de novembro de 2011, as atividades ligadas à supervisão do Estágio Curricular serão computadas na jornada de trabalho.

12. Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular

Como parte da trajetória formativa do licenciando em História, o aluno deverá cumprir um total de 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos/das estudantes de acordo com a regulamentação institucional e o que está previsto no Regulamento das atividades complementares dos Cursos de Graduação do IFG. Estas atividades deverão envolver o ensino, a pesquisa e a extensão.

Serão consideradas como atividades dessa natureza as seguintes ações¹⁹ na área do curso ou áreas afins:

- Participação em conferências e palestras relacionadas à área de formação;
- Participação de cursos ou minicursos;
- Participação em Encontro Estudantil;

¹⁹ Outras atividades poderão ser incluídas dependendo da avaliação e parecer da Coordenação de Ciências Humanas.

- Participação nos programas de iniciação científica;
- Participação no Programa de Iniciação à Docência – PIBID;
- Realização de monitoria;
- Realização de estágio extracurricular ou voluntário;
- Publicações de trabalhos em meio impresso ou eletrônico especializado em História e Educação;
- Participação em visita-técnica;
- Realização de atividade de extensão na área do curso ou afim de assistência à comunidade;
- Participação em congressos ou seminários;
- Exposição de trabalhos;
- Participação em núcleos de estudo e pesquisa;
- Participação como membro representante de discentes nas instâncias da Instituição ou de entidades estudantis;
- Participação como ouvintes em defesa de trabalhos acadêmicos;
- Participação na organização de eventos científico-tecnológicos e culturais.

As atividades deverão ser contabilizadas mediante a solicitação do aluno por meio de requerimento à Coordenação do Curso de Licenciatura em História, instância para a qual pedirá a validação das atividades realizadas com os devidos documentos comprobatórios. Cada documento apresentado somente será contabilizado uma única vez.

13. Prática como Componente Curricular

Segundo o Parecer CNE/CP 028/2001, a Prática como Componente Curricular deve organizar uma prática formativa que inicie o licenciando no universo de necessidades da docência, no sentido da formação da identidade como educador, de maneira prévia em relação ao exercício docente, e considerando uma teoria. Assim, o atual projeto de PCC busca posicioná-la de fato como um momento de “reflexão sobre a atividade profissional” (PARECER CNE/CP Nº 09/2001). Esse esforço indica a preocupação em transcender os aspectos concernentes ao cotidiano exclusivo da sala de aula, compreendendo que outras questões práticas compõem a atividade profissional do docente e podem ser contempladas pela proposta teórico-prática da PCC. Também por

esta razão, a PCC não estará compartimentada em determinados momentos do curso, perpassando todo o percurso formativo dos discentes, configurando-se assim, como instância articuladora dos elementos norteadores deste percurso em cada um dos períodos, tal como estabelecido neste PPC.

Cabe ainda ressaltar que a partir desta ampliação, a PCC se consolida como esfera formativa radicalmente diferente do estágio, uma vez que passa a abarcar situações que transcendem a prática do ensino em si, buscando contemplar os múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica e assim colaborar de forma mais específica para a conformação da identidade docente. Deste modo,

ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, [a PCC] pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do ethos dos alunos. (PARECER CNE/CP Nº 28/2001)

Outro parecer, o de nº 15 (CNE/CES, de 2 de maio de 2005), tentando discernir a Prática como Componente Curricular do Estágio Supervisionado, assinala que:

[...] a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. (p. 12)

Entende-se que a Prática como Componente Curricular simula situações, cria objetos e atitudes com cientificidade e antecipa a prática docente propriamente dita. Deste modo, prepara o licenciando para o exercício docente nas suas mais variadas esferas. Assim, o mesmo documento mencionado acima, aponta que:

[...] o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. (CNE/CES 015, 2005)

A Prática Curricular deve tender à transversalidade em todos os momentos em que se reflete, pratica ações ou produz algo que potencializa a atividade profissional docente. Deve tender também à interdisciplinaridade, pois, deve observar, refletir, registrar e resolver problemas (ou pelo menos potencializar soluções). Deve tender ainda à constituição de projetos integradores que, em última instância, contribuam para a formação do licenciado no sentido do seu fazer profissional. De acordo com o indicado pelo CNE,

Esses projetos (Projetos Integradores) deverão ter carga horária própria na grade, mas não figurar como disciplina nos moldes convencionais, podendo-se estar, ou organizar-se, sob a responsabilidade de um grupo de docentes que ministram as disciplinas durante cada semestre e/ou mesmo de um único docente. Não se trata de distribuição de cargas horárias no interior de disciplinas já existentes ou de criação de uma nova disciplina, concebida tradicionalmente com uma ementa e bibliografia própria, necessariamente, mas de um novo momento do curso em que se elegerá um tema interdisciplinar que poderá contemplar os interesses de cada disciplina simultaneamente, a ser decidido pelo grupo de docentes de cada semestre. Consiste num novo conceito temático, que preserva a disciplinaridade na estrutura, mas que deverá superá-la no funcionamento. Portanto, trata-se de um exercício de superação de uma tradição cartesiana, de marca positivista, que tende a compartimentalizar os conteúdos e encerrá-los em grades curriculares estanques, por vezes, não articuladas, rumo a um currículo orgânico. (2012, p. 15)

Nessa mesma direção, o projeto de prática aqui apresentado se preocupa em atender às novas Diretrizes Curriculares para as Licenciaturas, que determina que os egressos dos cursos estejam aptos a considerar as

dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica [...] (Resolução CNE/CP Nº 02/2015).

Semelhantemente, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Licenciatura do IFG, preocupada com o desenvolvimento da identidade docente, preconiza que a PCC se baseie em

procedimentos metodológicos instituídos mediante o planejamento, a abrangência e contextualização de conhecimentos teóricos e práticos; a integração curricular por meio da conexão de conteúdos, da interação professor(a)-estudante, estudante-estudante, escola-família, escola-sociedade; o trabalho coletivo; a avaliação da aprendizagem de diferentes processos e espaços educativos" (Resolução CONSUP/IFG Nº 31/2017).

Posto isto e respeitando as orientações do CNE, a Prática como Componente Curricular será desenvolvida no decorrer do curso de Licenciatura em História do IFG em um total de 405 horas, distribuídas ao longo dos oito períodos do curso, sendo 54h nos

sete primeiros períodos, e 27h no oitavo. Desta feita, a Prática como Componente Curricular será conduzida do 1º ao 8º período do curso garantindo, contudo, a correspondência entre o grau de exigência da atividade e a maturidade intelectual dos licenciandos.

As atividades caracterizadas como PCC estão vinculadas às ementas estabelecidas neste PPC, em debate com o GT de PCC, composto pela coordenação do curso e pelos professores responsáveis pela PCC a cada semestre. Ressalta-se que a definição destas ementas leva em consideração os elementos norteadores para o percurso formativo dos alunos por período, posicionando-se como instância articuladora em cada um deles.

Uma vez que a proposta de PCC passa a estar articulada aos elementos norteadores do percurso formativo dos discentes, entende-se que o aluno deve privilegiar a matrícula na prática correspondente ao seu período, concebendo-se ainda que é na PCC que estes elementos norteadores serão mais explicitados. Quanto às atividades propostas, seja qual for a ação a ser desenvolvida, considera-se fundamental o incentivo à pesquisa, à conciliação teoria-prática e à interdisciplinaridade, bem como a possível articulação entre as atividades desenvolvidas a partir do Laboratório de Ensino de História, o GT de Estágio e as disciplinas de TCC. Além disso, cada ementa possui as *dimensões práticas das atividades discentes*, que devem ser utilizadas como parâmetro para a realização das atividades de pesquisa a cada período.

A normatização e a orientação dos trabalhos dos docentes responsáveis pelas Práticas Curriculares estão asseguradas por meio das Orientações Internas de Prática como Componente Curricular do Curso de Licenciatura em História, ao mesmo tempo em que serve de referência aos alunos do curso de Licenciatura em História. Já os projetos semestrais de prática devem estar atentos ao estabelecido pelas ementas e dimensões práticas das atividades discentes, como se apresenta abaixo:

PCC I – Os cursos de Licenciatura e a formação de professores no Brasil

Perspectiva histórica/sociológica sobre os cursos de Licenciaturas no Brasil; O debate político-pedagógico em torno das Licenciaturas; A legislação referente às Licenciaturas hoje; A formação do professor: os modelos de formação docente e os enfrentamentos para sua formação após a promulgação da LDB; A especificidade dos Cursos de Licenciatura na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Dimensões práticas das atividades discentes: a Licenciatura enquanto objeto de pesquisa; pesquisa sobre as Licenciaturas no IFs, enquanto estudos de caso.

PCC II – Espaços educativos, modalidades e níveis de ensino

Processos educativos: espaços educativos formais e não formais. Concepção de comunidade educativa (atores partícipes do processo educacional) e a relação escola-comunidade. Reflexão sobre as diferentes modalidades (Educação para Jovens e Adultos - EJA; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Escolar Indígena; Educação à Distância - EaD; Educação do Campo; Educação Quilombola, entre outras modalidades). Práticas educativas e processos educacionais nos diferentes espaços educativos e modalidades de ensino. Educação Básica em questão: identificação dos sujeitos e percursos formativos no Ensino Fundamental e Ensino Médio. ***Dimensões práticas das atividades discentes***: pesquisa sobre os protagonistas dos diferentes espaços educativos, modalidades e níveis de ensino; investigação e proposição de metodologias de ensino e produção de materiais didáticos a serem utilizados em diversos espaços educativos, modalidades e níveis de ensino.

PCC III – Formação e trabalho docente no contexto da educação escolar e do movimento dos profissionais da educação

Dimensão ético-política da prática docente como práxis social; Intercursos do trabalho docente: entre o ajustamento/adequação e a autonomia na formação dos discentes e na produção do conhecimento; a construção identitária do professor na trajetória da educação e dos educadores no Brasil; os trabalhadores da educação: unidade e diversidade do trabalho escolar e da luta dos trabalhadores da educação. ***Dimensões práticas das atividades discentes***: desenvolvimento de pesquisas e investigações sobre os seguintes temas: a relação entre a formação docente e a atuação profissional do professor nos níveis e modalidade de ensino; dilemas do trabalho docente na formação de jovens e de jovens e adultos trabalhadores da EJA, a partir do testemunho de professores; condições de trabalho e carreira, violência e adoecimento no cotidiano dos profissionais da educação, estudo de caso; os enfrentamentos políticos da escola e dos profissionais da educação nos projetos e nas políticas de educação: escola sem partido, escola laica x interferência religiosa, educação e trabalho.

PCC IV – Livros didáticos e prática docente

As abordagens sobre os livros didáticos e sua dimensão histórica. As especificidades da produção do conhecimento histórico e sua construção nos livros didáticos: temporalidades, conceitos e fontes. Livros didáticos e diálogos interdisciplinares. Livro didático como objeto cultural. Livro didático frente aos saberes (disciplinares, curriculares, formação e atuação docente). Livro didático e cultura escolar. Livros didáticos e

representação dos diferentes grupos sociais. ***Dimensões práticas das atividades discentes***: possibilidades temáticas e metodológicas dos livros didáticos como objetos de reflexão: autoria, compreensão e problematização das propostas das coleções, aproximação/distanciamento com a historiografia, uso de documentos em termos de textos e de imagens e diálogos com o professor.

PCC V – Fontes históricas e a prática docente

Reflexões sobre o uso das fontes no ensino de História; o documento como suporte informativo e fonte; a construção do conhecimento histórico a partir da fonte; a constituição de uma observação crítica dos discentes; possibilidades de uso em sala de aula; tipologias, classificações, suportes e instrumentos de pesquisa. ***Dimensões práticas das atividades discentes***: produção de material didático e paradidático; roteiro de análise de fontes; plano de aula centrado em fonte histórica.

PCC VI – As diversas linguagens na prática docente

Articulação entre múltiplas linguagens (cinema, televisão, pintura, teatro, literatura, quadrinhos, música etc.) e o ensino de história. As possibilidades para o ensino de história a partir da especificidade das linguagens. A importância da educação estética no ensino de história. Dinâmicas dialógicas entre artefatos culturais em seus contextos de produção e recepção como possibilidade para o ensino de história. A historicidade da relação entre forma e conteúdo e suas possibilidades na diversidade de linguagens. Linguagens e interdisciplinaridade. ***Dimensões práticas das atividades discentes***: elaboração de projetos de ensino ou de implementação com base em múltiplas linguagens.

PCC VII – Formação de professores, educação e respeito às diferenças

Educação e direitos humanos. Estado, políticas públicas, igualdade social e diversidade. Construção sócio-histórica das lutas dos movimentos sociais por uma educação inclusiva através do respeito às diferenças. Relação entre discriminação e trajetória escolar. Desafios da educação inclusiva num contexto escolar de inclusão e exclusão sociocultural. Estratégias pedagógicas para a transformação de práticas no sentido do reconhecimento e do respeito às diferenças, que valorizem, de um lado, a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, e, de outro, que sejam comprometidas com as políticas de acessibilidade atitudinal, comunicacional, pedagógica e arquitetônica. ***Dimensões práticas das atividades discentes***: 1) propor e executar um *projeto de pesquisa* em ambiente educacional com objetivo de mapear políticas

educacionais voltadas para o respeito às diferenças; 2) propor *projeto de implementação* que tenham por princípio o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização do respeito às diferenças.

PCC VIII – Educação, Formação Humana e Tecnologias

Fundamentos teórico-metodológicos das relações entre as tecnologias e a educação. Processos formativos mediados pelas tecnologias digitais em rede. Educação em rede, mídias e formação de professores. Educação à distância e ambientes virtuais de aprendizagem. Culturas digitais juvenis. Grandes mídias e mídia alternativa. ***Dimensões práticas das atividades discentes:*** 1) apresentação de plano de aula no qual o ambiente virtual ou as mídias sejam parte dos recursos; 2) projeto de intervenção (ciclo de palestras, oficinas, workshops, exposições etc.) voltado para a questão da educação, formação humana e tecnologias; 3) produção de material didático que envolva o debate em torno das tecnologias digitais.

14. A Dimensão da Pesquisa no Curso de Licenciatura em História

Os debates concernentes ao Ensino e Pesquisa, Teoria e Prática ou Professor e Pesquisador se fazem presentes em variados programas de disciplinas para formação docente, diretrizes curriculares, editais de concurso para professores, dentre outros.

No que se refere especificamente à tríade História, Ensino de História e Formação docente, diversos pesquisadores têm debatido o lugar/função da pesquisa nos processos formativos. Desse modo, a indissociabilidade entre o conhecimento acadêmico científico e o conhecimento que se produz em sala de aula, bem como a mobilização de diferentes saberes (acadêmicos, curriculares e didático-pedagógicos); o estágio como “lugar” de pesquisa e não mera “prática”; o campo dos currículos e suas respectivas diferenciações entre “currículo real” e “currículo prescrito”; o caráter interdisciplinar e plural do saber histórico escolar; a produção de livros e de materiais didáticos; usos de diferentes fontes e linguagens em sala de aula e a dinâmica entre educação, ensino e cultura escolar trazem a tônica da dimensão de pesquisa na formação dos professores de História, a qual procura definir os parâmetros da construção de uma identidade que se intitula “professor-pesquisador” (MARSON, 1982; VISENTINI, 1982; ABUD, 1984; FONSECA, 1993; SILVA 2003; GARRIDO, 2004; BERTUCCI-FILHO, 2005).

Os referidos temas se transformaram não apenas em objetos de reflexão, mas possibilidades investigativas, não aleatoriamente que, de um “lugar” menor, o Ensino de

História tem se configurado em possibilidades teóricas, temáticas e metodológicas para a pesquisa histórica. Certamente o delineamento das propostas para formação docente se articula frente a essas mesmas demandas. Assim, em consonância com a Resolução n. 2 de 1 de julho de 2015 e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Licenciatura em História do IFG, especialmente no que se refere à concepção e aos objetivos da formação de professores, compreendida na perspectiva inicial e continuada, acreditamos que a dimensão da pesquisa poderá se constituir nos seguintes eixos norteadores:

- I) Indissociabilidade entre ensino e pesquisa na formação docente;
- II) Formação integral do professor de História (saberes curriculares, saberes disciplinares e saberes da docência) como objeto de reflexão e de pesquisa;
- III) Construção da identidade docente com foco na perspectiva do professor-pesquisador;
- IV) Protagonismo na formação docente: o percurso formativo como objeto de reflexão e construção da identidade docente;
- V) Diálogo e parceria com a rede pública da Educação Básica e suas possibilidades de atuação e de pesquisa;
- VI) Interdisciplinaridade, pluralidade de conhecimentos, linguagens, diversidade e suas possibilidades temáticas e teórico-metodológicas para a formação e atuação docente.

Frente aos referidos debates e eixos norteadores, a coordenação do Laboratório de Ensino de História (LEHIS-IFG) atuará, **em parceria** com as coordenações das áreas de Pesquisa, de Ensino e de Extensão, na definição, na concepção, nos objetivos e nas ações dos Projetos Integradores para enriquecimento curricular. Estabelecendo as seguintes funções (ou competências) para cada instância:

14.1. Coordenação do Laboratório de Ensino de História (LEHIS – IFG):

- Promover a articulação com os GT(s) de Estágio e de Prática como Componente Curricular;
- Definir, junto ao colegiado da Licenciatura em História, a composição das três áreas (Ensino, Pesquisa e Extensão);
- Elaboração de um plano de trabalho anual e/ou projeto amplo (“guarda-chuva”) a ser desenvolvido junto às três coordenações (Pesquisa, Ensino e Extensão), definindo as ações e estratégias de cada uma das instâncias;
- Articular a proposição, trâmite e a dinâmica dos Projetos Integradores (Pesquisa, Ensino e Extensão);

- Promover atividades com intuito de divulgar as produções dos Projetos Integradores (Pesquisa, Ensino e Extensão).
- Dentre outras possibilidades, nos seguintes formatos: Seminários de Prática como Componente Curricular, Seminários de Estágio, Socialização dos Projetos de Implementação, Colóquio do LEHIS, Divulgação das propostas e produções dos Grupos de Estudos e Núcleos de Pesquisa dos professores atuantes na Licenciatura em História do IFG; Divulgação dos resultados dos Projetos de Extensão; Exposição das produções do **Projeto Interfaces entre Licenciatura e Ensino Médio** (as produções coletivas do Ensino Médio serão expostas nos mais variados formatos (*posters*, documentários, vídeos de curta metragem, entrevistas, maquetes, etc.);
- Construção de um acervo físico e/ou digital com intuito de manter, de divulgar e de fomentar as produções relativas à Pesquisa, ao Ensino e à Extensão.

14.2. Coordenação das áreas de Pesquisa, de Ensino e de Extensão:

- Definição e elaboração dos Projetos Integradores de Pesquisa, de Ensino e de Extensão;
- Atuação no plano de trabalho ou projeto “guarda-chuva” da Coordenação do Lehis;
- Acompanhamento no desenvolvimento dos Projetos Integradores de Pesquisa, de Ensino e de Extensão;
- Auxílio na promoção dos eventos de articulação entre os Projetos Integradores.
- Estudos sobre inclusão e acessibilidade – possibilidades temáticas e metodológicas concernentes à Lei 13.146/2015 e decreto 5.296/2004: histórico do estabelecimento das condições de igualdade, a conformação e ampliação dos direitos fundamentais e das liberdades das pessoas com deficiência. Para tanto, a referida proposição poderá se efetivar tanto em relação às instituições, quanto ao público, gestores e demais sujeitos das mesmas.

Dentre outras possibilidades, os Projetos Integradores podem ser elaborados frente às seguintes perspectivas:

A) Pesquisa:

- Estudos curriculares – os níveis e as modalidades de Educação como objetos de pesquisa;

- Estudos interdisciplinares entre as licenciaturas e o licenciando do IFG (História e Música, História e Letras, História e Matemática);
- Estudos sobre os diferentes processos e espaços educativos (Museus, Bibliotecas, Patrimônios Públicos, etc.);
- Estudos sobre os agentes da rede pública de Educação Básica: professores, comunidade/público que a escola atende e gestores.
- Trabalho de Conclusão de Curso:
- Dinâmica de pesquisa que, sempre que possível, promova a articulação entre a Escrita da História e o Ensino de História;
- Os temas de pesquisa, bem como os objetos construídos podem materializar em possibilidades para o Ensino de História.
- Articulação com a Especialização: estudos sobre o funcionamento das Licenciaturas do IFG.

B) Ensino:

- Projetos de Ensino integrados ao Ensino Médio do IFG, considerando a pluralidade da escrita da História e do Ensino de História em termos teóricos, temáticos e didático-pedagógicos;
- Produção de materiais didático-pedagógicos de História para os diferentes níveis e modalidades de Educação, os quais tragam à tona a pluralidade de conhecimento e de linguagem;
- **Projetos de implementação** a serem desenvolvidos sobre o formato de oficinas e de minicursos na Rede Pública de Ensino;
- Elaboração e desenvolvimento de projetos de forma coletiva pelo docente (professor da Licenciatura em História) e pelo Licenciando;
- Projeto Interfaces Licenciatura e Ensino Médio: definição de um tema comum a ser desenvolvido coletivamente pelos professores e pelos alunos do Ensino Médio do IFG; o *metier* do historiador (uso/ leitura/ problematização de fontes) como possibilidade de compreender o tempo presente ou história do cotidiano.

C) Extensão:

- Proposição de cursos voltados para formação continuada de professores da rede pública de Educação Básica;
- Estabelecimento de projetos que envolvam os alunos do Ensino Médio (cursos diversos, ciclo de debates, dentre outros);

- Levantamento e produção de materiais com vistas à valorização das memórias e identidades de comunidades tradicionais do estado de Goiás;
- Construção de acervos memoriais e documentais como resultado das atividades desenvolvidas a partir dos projetos integradores, vinculando pesquisa, ensino e extensão.

14.3. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se em disciplina. E, embora assim seja, entende-se que a construção de um saber relacionado à investigação histórica em sua relação com a prática pedagógica ocorre ao longo do processo formativo do licenciando em História. Não estando, portanto, restrito à disciplina oferecida ao aluno para efetivação da redação de seu trabalho de conclusão de curso. Deste modo, entende-se que todas as disciplinas que compõem os núcleos de conhecimento teóricos e práticos colaboram na formação do professor-pesquisador. Todavia, considera-se indispensável a oferta de disciplinas que capacite o licenciando desde a produção do projeto até a construção e defesa do texto final de seu TCC. São disciplinas fundamentais para a concretização desse propósito acadêmico: Metodologia Científica (27h); Elaboração de Projeto de Pesquisa em História, Ensino de História e Educação (27h); Trabalho de Conclusão de Curso I (54h); e, Trabalho de Conclusão de Curso II (54h).

Os docentes, que se apresentam disponíveis para orientação de TCC, estão organizados em duas linhas de pesquisa, a saber: a) História, Trabalho e Educação; e, b) Sociedade, Interculturalidades e Teorias do Conhecimento. No âmbito dessas linhas, os professores definem suas respectivas áreas de orientação, respeitando a indicação de no mínimo duas e no máximo quatro temáticas. Recomenda-se para os casos em que o professor-orientador for integrante de Núcleo de Pesquisa ou que desenvolva projeto de pesquisa institucional a socialização das informações pertinentes aos seus trabalhos investigativos junto as suas linhas, situação que compõe as ações desenvolvidas pelo LEHIS. Com isso, espera-se garantir ao licenciando dados que o auxilie na escolha de um orientador com afinidades acadêmicas.

O Trabalho de Conclusão de Curso será regido atendendo às orientações normativas da Instituição, bem como às orientações gerais definidas pelo próprio curso, devendo ser desenvolvido individualmente e, preferencialmente, apresentado na forma de monografia.

15. Autoavaliação do Curso de Licenciatura em História

15.1. Aspecto Teórico-Conceitual

O conceito de avaliação caracteriza-se fundamentalmente pela polissemia, devido às contradições presentes no processo pedagógico. Nesse sentido, se por um lado pode constituir-se em um dos principais instrumentos político-pedagógico de diagnóstico, planejamento, organização e projeção dos objetivos a serem alcançados, permitindo a localização das lacunas formativas e o planejamento consciente de ações de intervenção de curto, médio e longo prazo, como forma de superá-los; por outro, pode constituir-se em instrumento de controle e coerção social, assumindo a forma de punição direta e indireta.

No primeiro caso, trata-se de entender a avaliação enquanto processo permanente, direto e intencional, tanto por parte do professor, quanto por parte da instituição educacional; e, portanto, parte constitutiva e fundamental do processo pedagógico, na medida em que a avaliação converte-se em mediação político-pedagógica, a partir da qual se torna possível diagnosticar se o planejamento realizado foi executado com êxito, bem como se o planejamento em questão de fato era o melhor planejamento para determinada realidade sociocultural, tornando-se possível a alteração do planejamento, bem como a intervenção objetiva nas lacunas diagnosticadas. Nesse sentido, a avaliação medeia a relação entre o Projeto de Curso; Currículo; Conteúdo Selecionado; e, os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Tratar-se-ia portanto da mediação fundamental entre a sala de aula e o planejamento executado pelo professor, a partir de seu Plano de Ensino, bem como os Documentos que medeiam a organização e o planejamento institucional.

Por outro lado, no segundo caso, a avaliação torna-se um elemento externo ao processo de ensino-aprendizagem, sem capacidade de mediação, tornando-se única e exclusivamente um elemento medidor de conteúdos, a partir do qual se legitimaria e puniria os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, o segundo caso diz respeito a uma concepção de avaliação vinculada a uma pedagogia tecnicista, na e a partir da qual a questão fundamental articular-se-ia no e pelo princípio ideológico da neutralidade científica. O conteúdo neutro a ser assimilado, seria o elemento de legitimação da coerção exercida pela avaliação, fundamentada em uma autoridade pedagógica. Tratar-se-ia, portanto, de um tipo de escola fundamentada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, a partir dos quais se desenvolveria um processo educativo objetivo e operacional, padronizado e mecanizado, enquanto forma de automação do sistema de ensino, bem como dos sujeitos envolvidos no processo de

ensino-aprendizagem. Assim sendo, o centro do processo encontrar-se-ia na organização racional dos meios, sendo que tanto o professor quanto o aluno assumiriam um papel secundário, ou seja, professor e aluno seriam meros executores de um processo, cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficariam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos e imparciais. A avaliação assumiria o papel de garantia da organização do processo, sendo seu fundamento único e exclusivo, a garantia de uma concepção de eficiência pragmática e utilitarista, caracterizando aqueles que não se adequem ao processo, seja professor ou aluno, como incompetentes, ineficientes e improdutivos. Tratar-se-ia de um tipo de fundamento teórico neopositivista, desenvolvido a partir do método funcionalista, para os quais a questão fundamental do processo educativo seria o aprender a fazer, desvinculado de todo e qualquer concepção de formação educacional enquanto humanização.

Historicamente, pode-se observar que a segunda concepção de avaliação hegemonizou-se e enraizou-se no sistema educacional brasileiro, bem como no imaginário dos sujeitos sociopolíticos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, emergindo enquanto instrumento medidor de conteúdo e de punição àqueles que não se adequaram a concepção de disciplina escolar, instituída e difundida pela autoridade pedagógica. Não por um acaso o principal instrumento de intervenção externa ao sistema educacional tem sido as avaliações externas, de tal forma a obrigar os sistemas educacionais a se adequarem a padrões e concepções político-pedagógicas, fundamentadas na ideologia das competências e habilidades, do pragmatismo e utilitarismo que permeiam o neoliberalismo flexível. Nesse caso, a avaliação converter-se-ia única e exclusivamente em instrumento de violência simbólica, no e a partir do qual o objetivo central seria imprimir de forma inconsciente nas estruturas mentais dos indivíduos inseridos no espaço escolar um conjunto de códigos de conduta, de valores e visões de mundo, permeados por uma racionalidade prática e por um *ethos* reificado, a partir dos quais o objetivo central seria o controle e a coerção social.

O Projeto Político de Curso de Licenciatura em História, na medida em que se coloca na perspectiva da formação de professores-pesquisadores, ao mesmo tempo, preocupado em constituir um tipo específico de formação essencialmente vinculada a emancipação humana, ao desenvolvimento da autonomia e a reflexão, enquanto princípios fundantes do processo formativo optou pela primeira alternativa. Nesse caso, tratar-se-ia de desenvolver e cultivar o entendimento de que a avaliação caracterizar-se-ia enquanto parte constitutiva e indispensável do processo político-pedagógico, na medida em que constituiria mediações fundamentais para a garantia da efetividade do planejamento realizado, bem como apontaria as possíveis defasagens existentes tanto no

planejamento quanto dificuldades que acabam surgindo no desenvolvimento do processo de construção da identidade do próprio Curso.

Portanto, o Projeto Político de Curso de Licenciatura em História movimenta-se e dinamiza-se a partir de um conceito de avaliação, no e a partir do qual se encontra presente, por um lado, uma perspectiva dialógica, na medida em que constrói e cultiva uma diversidade de canais de diálogos permanentes a partir dos quais se pode amadurecer os processos e procedimentos avaliativos, enquanto tentativa de construção de diagnósticos avançados e condizentes com a complexidade de um Curso de formação de professores-pesquisadores; e, ao mesmo tempo, por outro, uma perspectiva dialética, na medida em que ao avaliar a diversidade de variáveis que constituem e estruturam o Curso e o processo avaliativo, torna possível apontar para prognósticos eficazes, capazes de garantir o êxito do planejamento realizado, de tal forma a envolver de forma ativa todos os sujeitos sociopolíticos envolvidos.

Ressalta-se também que é sob esta perspectiva teórica que a autoavaliação do curso dialoga com os processos de avaliação internos e externos da instituição – tais como a Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) – assimilando os diagnósticos estabelecidos por tais processos no interior desta concepção de avaliação qualificada, processual e construtiva, abdicando de qualquer perspectiva tecnicista ou meramente quantificadora, o que não implica, absolutamente, na desconsideração dos apontamentos de tais processos avaliativos.

15.2. Estratégias

1. Pautar-se pelos objetivos e conteúdos a serem alcançados em cada período;
2. Cada período possui particularidades e objetivos distintos, devido à maturidade dos alunos, à identidade com o Curso e com a instituição, bem como o aprofundamento de conteúdos. Portanto, não se pode adotar um padrão avaliativo para todos. A avaliação deve ser construída de acordo com as particularidades observadas;
3. Realizar a avaliação semestral, a partir de tal definição, como forma de se diagnosticar conjuntamente os problemas observados no planejamento;
4. Os sujeitos envolvidos no processo assumem o protagonismo tanto do planejamento, quanto do diagnóstico, em uma perspectiva democrática, autocrítica e autorreflexiva;
5. Redefinir o planejamento e as estratégias pedagógicas, como forma de se alcançar o êxito a curto, médio e longo prazo;

6. Desconstruir a concepção de oposição entre professor e aluno, de tal forma a desconstruir a ideia da avaliação enquanto um instrumento punitivo;
7. Conceber a avaliação enquanto parte do processo pedagógico e, portanto, permanente;
8. Assegurar que a avaliação se realize por cada turma/período, a partir de uma gestão democrático-participativa, definindo as questões orientadoras do processo avaliativo tendo por base o projeto de formação expresso no PPC, de modo a permitir que todos os sujeitos estejam comprometidos com o conhecimento e a efetivação do projeto pedagógico.

15.3. Metodologia

Pautados pela concepção de um processo de avaliação semestral do curso que se constitua em um instrumento político-pedagógico de diagnóstico, planejamento, organização e projeção dos objetivos a serem alcançados a curto, médio e longo prazo, a *avaliação do processo formativo do licenciando em História está fundamentada em quatro momentos*:

- **Primeiro momento – AUTOAVALIAÇÃO** – Condução da avaliação do processo formativo em cada turma a partir da promoção de reuniões pedagógicas que tenham por princípio o diálogo entre discentes e docentes. Os representantes docente e discente de cada turma deverão elaborar um único relatório que contenha a síntese do debate coletivo, realizado nas reuniões pedagógicas de turma. Essa etapa deverá ocorrer ao final de cada semestre letivo, com base no calendário a ser constituído pela Coordenação de Curso em diálogo com o NDE.
- **Segundo momento – DIAGNÓSTICO** – Com base no relatório avaliativo do processo de formação de cada turma, os professores deverão se reunir por turma/período, durante a semana pedagógica do semestre subsequente ao semestre avaliado pelo relatório, para discutirem suas práticas docentes e, quando for o caso, proporem mudanças em suas estratégias de ensino-aprendizagem. Essa etapa deverá resultar em uma síntese (relatório ou ata), na qual registre os encaminhamentos dados pelo conselho de professores de cada turma. De forma a garantir aos docentes o conhecimento prévio do desenvolvimento formativo (suas potencialidades e seus desafios) em que se encontram as turmas com as quais trabalharão, o relatório redigido no momento da AUTOAVALIAÇÃO deverá ser partilhado não apenas com os professores da turma/período que participaram do processo de avaliação, como também com os

professores que receberão a turma/período avaliada no semestre tido como objeto do debate no conselho de professores.

- **Terceiro momento – PLANO DE AÇÃO** – A cada início do semestre letivo, o Coordenador de Curso deverá convocar reunião do colegiado do curso, com a participação dos docentes e representantes discentes de turma, tendo como pauta a discussão dos relatórios de avaliação do processo formativo, realizado no final do semestre letivo anterior. Apoiados nos apontamentos presentes nos relatórios, o coletivo deverá construir um plano de ação semestral em que estejam definidas ações e compromissos a serem praticados pela Coordenação de Curso, pelo NDE, pelos docentes e pelos discentes do curso.
- **Quarto momento – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PLANO DE AÇÃO** – O processo avaliativo em questão ocorrerá no ato de condução da avaliação do processo formativo, o qual, conforme já apontado no primeiro momento, se dará no final de cada semestre letivo.

Questões orientadoras da avaliação do processo formativo: as questões deverão colocar em debate o cumprimento ou não: i) dos objetivos e conteúdos definidos para cada etapa do processo formativo das turmas/períodos que compõem a organização do curso; ii) da identidade docente assumida pelo PPC, que passa pela relação indissociável entre teoria e prática, de um lado, e entre ensino e pesquisa, de outro, bem como pela formação para a diversidade, para a inclusão, para a valorização do profissional da educação e para a gestão democrática e participativa.

16. Organização e Matriz Curricular

16.1. Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em História observa as determinações legais vigentes, indicadas nas fontes consultadas para a confecção do presente projeto. A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas, em regime seriado semestral e distribuída em eixos e núcleos. Os eixos se estabelecem a partir do ponto de vista epistemológico e formativo de cada disciplina, sendo eles: 1) Eixo das Disciplinas de Área; 2) Eixo das Disciplinas Optativas; 3) Eixo das Dimensões Pedagógicas; 4) Eixo das Disciplinas do Básico; 5) Eixo da Prática como Componente Curricular; 6) Eixo do Estágio Supervisionado. A partir destes eixos, compõem-se os Núcleos especificados na Resolução CNE/MEC 02/2015, que são: Núcleo I – Núcleo de

Estudos de Formação Geral, Núcleo II – Núcleo de Aprofundamentos e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional e Núcleo III – Núcleo Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular. A carga horária total do curso é de 3224 horas.

16.2. Eixos Curriculares

A matriz curricular é composta de seis eixos, quais sejam: 1) Eixo das Disciplinas de Área; 2) Eixo das Disciplinas Optativas; 3) Eixo das Dimensões Pedagógicas; 4) Eixo das Disciplinas do Básico; 5) Eixo da Prática como Componente Curricular; 6) Eixo do Estágio Supervisionado. Dentre esses eixos, em face da natureza prática que assume no processo de formação inicial de professores, o eixo da Prática como Componente Curricular foi escolhido para verticalizar, no espaço de cada período/turma, os debates interdisciplinares nas outras disciplinas que compõem a matriz.

- **Eixo das Disciplinas de Área**

O eixo das disciplinas de área reúne as disciplinas de formação do conhecimento histórico, sejam elas de caráter teórico e/ou metodológico. Integra também esse eixo as disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso. As disciplinas que compõem esse eixo são de caráter obrigatório. Essas disciplinas juntas perfazem o total de 1161h.

Disciplinas		Carga Horária	Período
1	Introdução aos Estudos Históricos	54	I
2	História Antiga	54	I
3	História Medieval	54	I
4	Teorias e Metodologias da História I	54	II
5	História Moderna I	54	II
6	História do Brasil Colonial	54	II
7	História da América Colonial	54	II
8	Teorias e Metodologias da História II	54	III
9	História Moderna II	54	III
10	História do Brasil Império	54	III
11	História da América Independente	54	III
12	Historiografia Brasileira	54	IV
13	História da América Contemporânea	54	IV
14	História do Brasil Contemporâneo I	54	IV
15	História Contemporânea I	54	V

16	História do Brasil Contemporâneo II	54	V
17	História Contemporânea II	54	VI
18	Elaboração de Projeto de Pesquisa em História, Ensino de História e Educação	27	VI
19	História de Goiás	54	VI
20	História da África e da Cultura Afro-brasileira	54	VII
21	Trabalho de Conclusão de Curso I	54	VII
22	Trabalho de Conclusão de Curso II	54	VIII

- **Eixo das Disciplinas Optativas**

O eixo das disciplinas optativas congrega disciplinas pensadas para garantir o diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, bem como para promover o debate de temas transversais caros à formação inicial de professores, como: meio ambiente, diversidade, ações coletivas. As disciplinas que compõem esse eixo são de caráter eletivo, estando o aluno obrigado a cumprir 216h em disciplinas desse eixo para integralização do curso.

Disciplinas Optativas		Carga Horária	Período
1	Tópicos Especiais em História e Ações Coletivas	54	V
2	Tópicos Especiais em História, Meio Ambiente e Educação Ambiental	54	V
3	Tópicos Especiais em História e Filosofia	54	V
4	Tópicos Especiais em História, Educação e Cultura	54	VI
5	Tópicos Especiais em História e Linguagens	54	VI
6	Tópicos Especiais em História e Geografia	54	VI
7	Tópicos Especiais em História e Ciências Sociais	54	VII
8	Tópicos Especiais em História e Diversidade	54	VII
9	Tópicos Especiais em História e Trabalho	54	VII
10	Tópicos Especiais em História e Economia	54	VIII
11	Tópicos Especiais em História, Imaginário e Poder	54	VIII
12	Tópicos Especiais em História, Religião e Religiosidade	54	VIII

- **Eixo das Disciplinas do Básico**

O eixo das disciplinas do básico é constituído de disciplinas que assumem a função de, por um lado, preparar o professor para a inclusão e a diversidade e, por outro, de

habilitá-lo à escrita acadêmico-científica. As disciplinas que compõem esse eixo são de caráter obrigatório para todos os cursos de licenciatura do IFG. Essas disciplinas juntas perfazem o total de 189h.

Disciplinas		Carga Horária	Período
1	Leitura e Produção Textual de Gêneros Acadêmicos	54	I
2	Metodologia Científica	27	I
3	Libras	54	II
4	Educação para as Relações Étnico-Raciais	54	VII

- **Eixo das Dimensões Pedagógicas**

O eixo das dimensões pedagógicas reúne disciplinas criadas para garantir o debate tanto dos fundamentos e metodologias do ensino de História quanto dos fundamentos da educação. As disciplinas que compõem esse eixo são de caráter obrigatório, sendo que as disciplinas relacionadas aos fundamentos da educação assumem o papel de constituir identidade aos cursos de licenciatura do IFG e, por isso, são comuns a todos eles. Essas disciplinas juntas perfazem o total de 648h.

Disciplinas		Carga Horária	Período
1	Filosofia da Educação	54	I
2	História da Educação	54	II
3	Ensino, Memória e Educação Patrimonial	54	III
4	Sociologia da Educação	54	III
5	Didática da História	54	IV
6	Ensino, Historiografia e Teorias da História	54	IV
7	Didática	54	IV
8	Psicologia da Educação	54	V
9	Políticas da Educação	54	V
10	Educação de Jovens e Adultos	54	VI
11	Gestão e Organização do Trabalho no Espaço Educativo	54	VI
12	Ensino de História e Cultura Indígena	54	VII

- **Eixo das Práticas Como Componente Curricular**

O eixo das Práticas como Componente Curricular integram oito projetos pensados para: 1) formar professores que se entendam como sujeitos políticos, capazes de

problematizarem, de um lado, o lugar das licenciaturas no Brasil e no IFG e, de outro, o trabalho docente no contexto da educação escolar e do movimento dos profissionais da educação; 2) preparar os futuros professores para atuarem nas diferentes modalidades de ensino, integrados às novas mídias e tecnologias; 3) formar professores que possuam como princípio balizar de sua atuação o respeito às diferenças; 4) preparar os licenciandos para a prática docente como professor de História, capazes de conceberem projetos de pesquisa e projetos de intervenção e de implementação, voltados tanto para a área de ensino quanto para a atuação nos diferentes espaços educativos. As disciplinas que compõem esse eixo são de caráter obrigatório e orientam o debate transversal nas disciplinas que constituem cada período. Esses projetos juntos perfazem o total de 405h.

Projetos		Carga Horária	Período
1	PCC-I	54	I
2	PCC-II	54	II
3	PCC-III	54	III
4	PCC-IV	54	IV
5	PCC-V	54	V
6	PCC-VI	54	VI
7	PCC-VII	54	VII
8	PCC-VIII	27	VIII

- **Eixo do Estágio Curricular Supervisionado**

O eixo do Estágio Curricular Supervisionado é organizado em quatro disciplinas que possuem como tarefas a articulação entre teoria e prática e a aproximação entre instituição formadora (IFG) e o campo de exercício profissional do professor em formação, tanto no ambiente escolar, quanto em outros processos e espaços educativos. As disciplinas que compõem esse eixo são de caráter obrigatório. Essas disciplinas juntas perfazem o total de 405h.

Disciplinas		Carga Horária	Período
1	Estágio Supervisionado I	81	V
2	Estágio Supervisionado II	81	VI
3	Estágio Supervisionado III	108	VII
4	Estágio Supervisionado IV	135	VIII

Carga Horária	
Eixo das Disciplinas de Área	1161h
Eixo das Disciplinas Optativas	216h
Eixo das Disciplinas do Básico	189h
Eixo das Dimensões Pedagógicas	648h
Eixo do Estágio Curricular Supervisionado	405h
Eixo das Práticas Como Componente Curricular	405h
Total	3024h

16.3. Núcleos Curriculares

- **Núcleo I – Núcleo de Estudos de Formação Geral**

O Núcleo de Estudos de Formação Geral contempla os conhecimentos básicos, a área específica, o diálogo interdisciplinar e os fundamentos e metodologias da área de formação. Abaixo, listam-se as disciplinas que compõem este núcleo:

Disciplinas Obrigatórias		Carga Horária	Período
1	Introdução aos Estudos Históricos	54	I
2	História Antiga	54	I
3	História Medieval	54	I
4	Leitura e Produção Textual de Gêneros Acadêmicos	54	I
5	Metodologia Científica	27	I
6	Teorias e Metodologias da História I	54	II
7	História Moderna I	54	II
8	História do Brasil Colonial	54	II
9	História da América Colonial	54	II
10	Teorias e Metodologias da História II	54	III
11	História Moderna II	54	III
12	História do Brasil Império	54	III
13	História da América Independente	54	III
14	Historiografia Brasileira	54	IV
15	História da América Contemporânea	54	IV
16	História do Brasil Contemporâneo I	54	IV
17	História Contemporânea I	54	V
18	História do Brasil Contemporâneo II	54	V
19	História de Goiás	54	VI
20	História Contemporânea II	54	VI
21	Elaboração de Projeto de Pesquisa em História,	27	VI

	Ensino de História e Educação		
22	História da África e da Cultura Afro-brasileira	54	VII
23	Trabalho de Conclusão de Curso I	54	VII
24	Trabalho de Conclusão de Curso II	54	VIII
Carga Horária Disciplinas Obrigatórias:		1242h	
Disciplinas Optativas		Carga Horária	Período
25	Tópicos Especiais em História e Ações Coletivas	54	V
26	Tópicos Especiais em História, Meio Ambiente e Educação Ambiental	54	V
27	Tópicos Especiais em História e Filosofia	54	V
28	Tópicos Especiais em História Antiga Ocidental	54	V
29	Tópicos Especiais em História, Educação e Cultura	54	VI
30	Tópicos Especiais em História e Linguagens	54	VI
31	Tópicos Especiais em História e Geografia	54	VI
32	Tópicos Especiais em História Medieval	54	VI
33	Tópicos Especiais em História e Ciências Sociais	54	VII
34	Tópicos Especiais em História e Diversidade	54	VII
35	Tópicos Especiais em História e Trabalho	54	VII
36	Tópicos Especiais em História e Formação Integrada	54	VII
37	Tópicos Especiais em História e Economia	54	VIII
38	Tópicos Especiais em História, Imaginário e Poder	54	VIII
39	Tópicos Especiais em História, Religião e Religiosidade	54	VIII
40	Tópicos Especiais em História e Interdisciplinaridade	54	VIII
Carga Horária Disciplinas Optativas:		216h²⁰	
Prática como Componente Curricular		Carga Horária	Período
41	PCC – I	54	I
42	PCC – II	54	II
43	PCC – III	54	III
44	PCC – IV	54	IV
45	PCC – V	54	V
46	PCC – VI	54	VI
47	PCC – VII	54	VII
48	PCC – VIII	27	VIII

²⁰ O/a discente deverá cursar quatro disciplinas optativas em sua formação.

Carga Horária PCCs:	405h
Carga Horária Disciplinas Obrigatórias	1242h
Carga Horária Disciplinas Optativas	216h
Carga Horária PCCs	405h
Carga Horária Total – Núcleo I	1863h

• **Núcleo II – Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional**

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional trata dos conhecimentos didático-pedagógicos, dos fundamentos da educação e da legislação educacional. Abaixo, listam-se as disciplinas desse núcleo:

Disciplinas Obrigatórias		Carga Horária	Período
1	Filosofia da Educação	54	I
2	Libras	54	II
3	História da Educação	54	II
4	Sociologia da Educação	54	III
5	Ensino, Memória e Educação Patrimonial	54	III
6	Didática da História	54	IV
7	Ensino, Historiografia e Teorias da História	54	IV
8	Didática	54	IV
9	Psicologia da Educação	54	V
10	Políticas de Educação	54	V
11	Gestão e Organização do Trabalho no Espaço Educativo	54	VI
12	Ensino de História e Cultura Indígena	54	VII
13	Educação para as Relações Étnico-Raciais	54	VII
14	Educação de Jovens e Adultos	54	VIII
Carga Horária Disciplinas Obrigatórias:		756h	
Estágio Curricular Supervisionado		Carga Horária	Período
15	Estágio Supervisionado I	81	V
16	Estágio Supervisionado II	81	VI
17	Estágio Supervisionado III	108	VII
18	Estágio Supervisionado IV	135	VIII
Carga Horária Estágio Curricular Supervisionado:		405h	

Carga Horária Disciplinas Obrigatórias	756h
Carga Horária Estágio Supervisionado	405h
Carga Horária Total do Núcleo II	1161h

- **Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular**

O Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular compor-se-á de 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos/as estudantes – Atividades Complementares de Caráter Acadêmico Científico e Cultural.

16.4. Matriz Curricular organizada por períodos

	Disciplinas	Carga Horária	Aulas Semestrais	Período	Pré-requisito	Núcleo*
1	Introdução aos Estudos Históricos	54	72	I		I
2	História Antiga	54	72	I		I
3	História Medieval	54	72	I		I
4	Leitura e Produção Textual de Gêneros Acadêmicos	54	72	I		I
5	Metodologia Científica	27	36	I		I
6	Filosofia da Educação	54	72	I		II
7	Práticas como Componente Curricular I	54	72	I		I
Carga Horária: 351h						
8	Teorias e Metodologias da História I	54	72	II	1	I
9	História Moderna I	54	72	II		I
10	Libras	54	72	II		II
11	História da Educação	54	72	II		II
12	História do Brasil Colonial	54	72	II		I
13	História da América Colonial	54	72	II		I
14	Práticas como Componente Curricular II	54	72	II		I
Carga Horária: 378h						
15	Teorias e Metodologias da História II	54	72	III	8	I
16	História Moderna II	54	72	III		I
17	Sociologia da Educação	54	72	III		II

18	Ensino, Memória e Educação Patrimonial		54	72	III		II
19	História do Brasil Império		54	72	III		I
20	História da América Independente		54	72	III		I
21	Práticas como Componente Curricular III		54	72	III		I
Carga Horária: 378h							
22	Didática da História		54	72	IV		II
23	Ensino, Historiografia e Teorias da História		54	72	IV		II
24	Historiografia Brasileira		54	72	IV		I
25	Didática		54	72	IV		II
26	História da América Contemporânea		54	72	IV		I
27	História do Brasil Contemporâneo I		54	72	IV		I
28	Práticas como Componente Curricular IV		54	72	IV		I
Carga Horária: 378h							
29	Estágio Supervisionado I		81	108	V		II
30	História Contemporânea I		54	72	V		I
31	Psicologia da Educação		54	72	V		II
32	Políticas de Educação		54	72	V		II
33	História do Brasil Contemporâneo II		54	72	V		I
34	Tópicos Especiais em	História, Imaginário e Poder	54	72	V		I
		História e Linguagens					
		História, Educação e Cultura					
		História Antiga Ocidental					
35	Práticas como Componente Curricular V		54	72	V		I
Carga Horária: 405h							
36	Elaboração de Projeto em História, Ensino de História e Educação		27	36	VI		I

37	História Contemporânea II		54	72	VI		I
38	Estágio Supervisionado II		81	108	VI	29	II
39	História de Goiás		54	72	VI		I
40	Gestão e Organização do Trabalho no Espaço Educativo		54	36	VI		II
41	Tópicos Especiais em	História e Ações Coletivas	54	72	VI		I
		História e Trabalho					
		História e Economia					
		História Medieval					
42	Práticas como Componente Curricular VI		54	72	VI		I
Carga Horária: 378h							
43	Estágio Supervisionado III		108	144	VII	38	II
44	Educação para as Relações Étnico-Raciais		54	72	VII		II
45	Trabalho de Conclusão de Curso I		54	72	VII	36	I
46	História da África e da Cultura Afro-brasileira		54	72	VII		I
47	Ensino de História e Cultura Indígena		54	72	VII		II
48	Tópicos Especiais em	História, Religião e Religiosidade	54	72	VII		I
		História e Diversidade					
		História, Meio Ambiente e Educação Ambiental					
		História e Formação Integrada					
49	Práticas como Componente Curricular VII		54	72	VII		I
Carga Horária: 432h							

50	Tópicos Especiais em	História e Filosofia	54	72	VIII		I
		História e Ciências Sociais					
		História e Geografia					
		História e Interdisciplinaridade					
51	Educação de Jovens e Adultos		54	72	VIII		I
52	Estágio Supervisionado IV		135	180	VIII	43	II
53	Trabalho de Conclusão de Curso II		54	72	VIII	45	I
54	Práticas como Componente Curricular VIII		27	36	VIII		I
Carga Horária: 324h							
55	Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular		200				III
Carga Horária: 200							
Carga Horária Total:						3.224	

*Núcleo I – Núcleo de Estudos e Formação Geral

*Núcleo II – Núcleo de Aprofundamentos e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação profissional

*Núcleo III – Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular

Carga Horária	
Núcleo I	1863h
Núcleo II	1161h
Núcleo III	200h
Total	3224h

16.5. Critérios de aproveitamento de experiências anteriores

É facultada a todos os ingressantes do curso a solicitação de aproveitamento de experiências anteriores para efeito de dispensa de disciplinas, observando-se as datas estabelecidas em calendário acadêmico. A solicitação de aproveitamento de estudos deverá ser feita no início do curso para disciplinas cursadas no mesmo nível de ensino, mediante análise curricular, observada a situação de regularidade acadêmica e administrativa do curso e da instituição de origem, ou por meio da realização de exame de

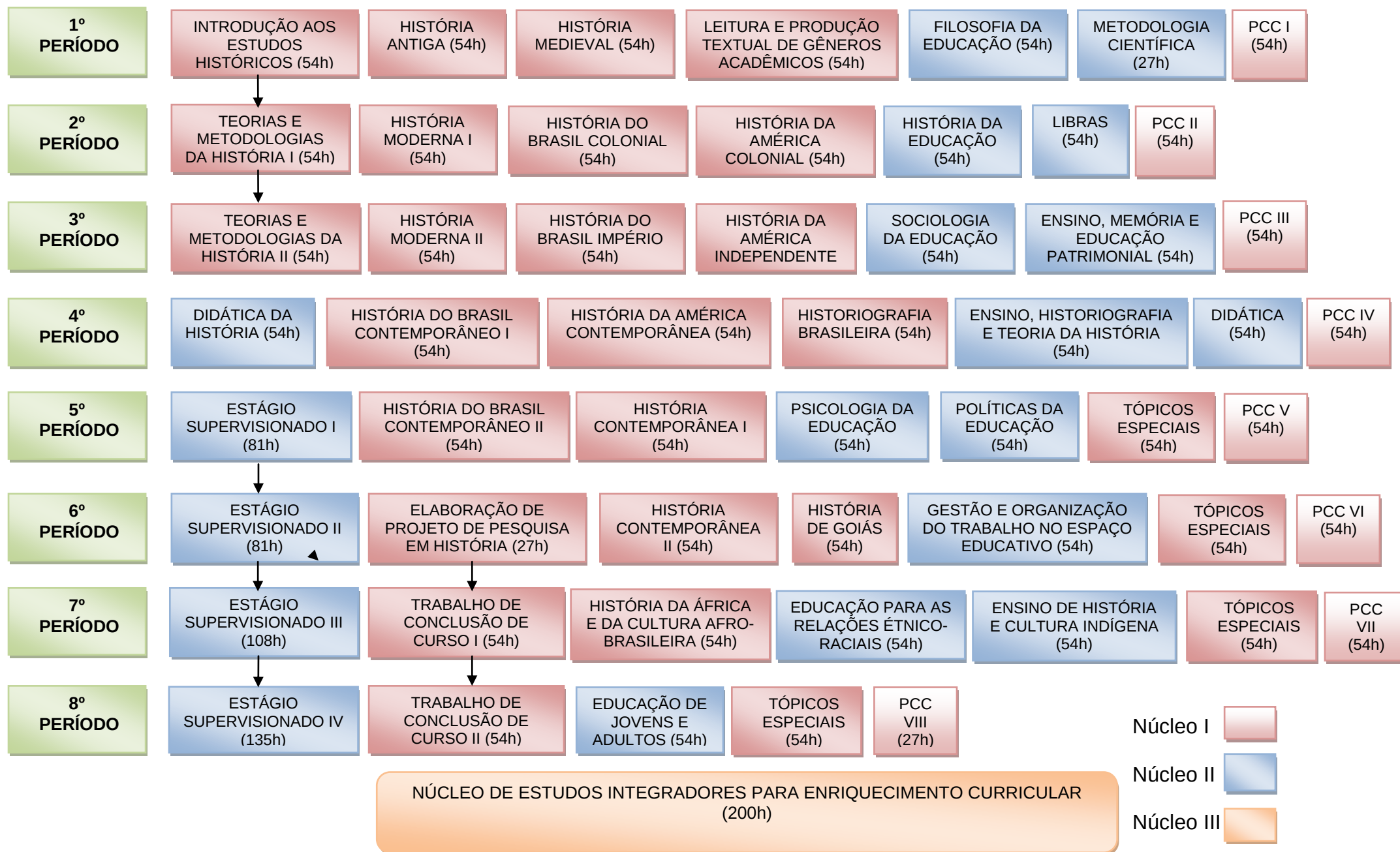
proficiência nos termos do regulamento dos exames de proficiência, que também obedecerão ao calendário e aos regimentos da instituição.

16.6. Expedição de Diplomas

Para a expedição do diploma de licenciado em história pelo Instituto Federal de Goiás, o aluno deverá atender a todas as exigências do curso, quais sejam: a) cumprimento da carga horária das disciplinas obrigatórias; b) cumprimento da carga horária da Prática como Componente Curricular; c) cumprimento da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado; d) cumprimento da carga horária do núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular; e) defesa do Trabalho de Conclusão de Curso com entrega de uma cópia física e outra digital à Coordenação de Curso; e f) encontrar-se em situação regular perante o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Para a solicitação da colação de grau o aluno deverá buscar junto à coordenação de curso o parecer favorável, devendo obrigatoriamente comparecer à solenidade de colação, conforme Resolução nº 29/2011 do IFG, excetuando-se os casos que exijam sessão de colação de grau especial permitidas pelo Artigo 23 desse mesmo documento. A Coordenação de Registros Acadêmicos (CORAE) enviará para a Coordenação de Registro de Diplomas (CRD) do IFG os processos de solicitação de diploma dos alunos que estão autorizados a colar grau em no máximo 40 (quarenta) dias da abertura do processo de solicitação da colação de grau, de modo que na ocasião da colação, os diplomas estejam impressos para serem entregues aos formandos.

17. Fluxograma



18. Ementário

COMPONENTES CURRICULARES DO 1º PERÍODO

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS

Ementa

Reflexão introdutória em torno do ofício do historiador e das noções constituidoras da disciplina histórica, como: tempo, fonte histórica, memória e verdade. A escrita da História na antiguidade, na Idade Média e no período moderno. O processo de institucionalização da História: positivismo e historicismo. Materialismo histórico. Movimento dos *Annales*. Nova história. Introdução à crise da modernidade: a emergência do paradigma pós-moderno. Profusão de domínios na historiografia recente.

Objetivo Geral

Colocar em debate os diferentes conceitos de História, da antiguidade a contemporaneidade, e, do mesmo modo, os paradigmas historiográficos, evidenciados entre os séculos XIX e XXI.

Bibliografia Básica

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CADIOU, François et al. **Como se faz a História**. Historiografia, método e pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

Bibliografia Complementar

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As escolas históricas**. Lisboa: Europa América, 2000.

REIS, José Carlos. **História e Teoria**. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1977.

SEIGNOBOS, CH. LANGLOIS, CH. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1990.

HISTÓRIA ANTIGA

Ementa

Os aspectos gerais das civilizações do oriente próximo. O mundo grego: a Grécia Arcaica e do período clássico. A formação das polis gregas. Esparta e Atenas: instituições políticas, poder, cultura, gênero e a escravidão antiga. O mundo romano: a monarquia, a *Res Pública*: instituições políticas, conflitos sociais, expansão romana e crise no sistema republicano. O Principado: cultura, economia, estrutura política, e relações sociais. A crise do século III, o colapso do Império Romano e a Antiguidade Tardia.

Objetivo Geral

Compreender o debate acerca das temáticas relacionadas com os conteúdos de História Antiga, reconhecendo os conceitos utilizados para a análise do mundo antigo assim como desenvolver a capacidade de transpor didaticamente os temas trabalhados.

Bibliografia Básica

AYMARD, André . & AUBOYER, Jeannine. **História Geral das Civilizações**. São Paulo: Bertrand. 1977.

FINLEY, Moses I. **Economia e sociedade na Grécia antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

VEYNE, Paul. **História da Vida Privada**: do Império romano ao ano 1000. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

Bibliografia Complementar

ALFÖLDY, Geza. **História social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

COULANGES, Fustel de. **A cidade Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FUNARI, Pedro Paulo. **A antiguidade clássica**: a história e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

_____. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2001.

GIARDINA, A. (Org.). **O homem romano**. Lisboa: Presença, 1992.

HISTÓRIA MEDIEVAL

Ementa

O conceito de Idade Média: historiografia e periodização. O Medieval, o medievalismo e as medievalidades. A transição Antiguidade/Idade Média: o colapso do Império Romano e a formação dos reinos germânicos. Reflexões em torno do conceito de Feudalismo. Religião, religiosidade e saberes no Ocidente Medieval. A mulher e a família na Idade Média. Produção agrícola, urbanização e meio ambiente. Aspectos culturais: arquitetura e a literatura no medievo. A baixa Idade Média e a crise do século XIV.

Objetivo Geral

Conhecer a produção historiográfica e os conceitos de análise sobre a história medieval destacando o papel do medievo e as raízes medievais da Europa e do Ocidente moderno.

Bibliografia Básica

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 2017.

LE GOFF, Jacques (dir.). **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989.

LE GOFF, J. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ARRIÈS, Philippe; DUBY, Georges (orgs). **História da Vida Privada II**: da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses (séculos VII-XII)**. Lisboa: Estampa, 1978.

LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC; S. Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2017.

WOLFF, Philippe. **O outono da Idade Média ou a Primavera dos Tempos Modernos**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL DE GÊNEROS ACADÊMICOS

Ementa

Prática de leitura e de produção de textos de gêneros diversificados. Fatores de textualidade, organização, tessitura, contexto e construção de sentido. Prática de escrita, revisão e reescrita orientada de textos de natureza técnica científica e/ou acadêmica.

Objetivo Geral

Aperfeiçoar e/ou atualizar noções teóricas e de uso de Língua Portuguesa com a finalidade de habilitar o aluno a compreender, organizar e produzir textos, tanto escrito quanto oral, de modo claro, coerente, objetivo e completo, de natureza acadêmica e de acordo com a exigência específica de sua área profissional.

Bibliografia Básica

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto**. Leitura e redação. São Paulo: Ática, 2011.
GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ABREU, Antônio Suarez. **Curso de redação**. São Paulo: Ática, 2003.
BELTRÃO, Odacir; BELTRÃO, Mariúsa. **Correspondência-linguagem & comunicação**. São Paulo: 2011.
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindlay. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
SERAFINI, Maria Teresa. **Como escrever textos**. São Paulo: Globo, 2008. **Como escrever textos**. São Paulo: Globo, 2008.
SOARES, Magda; CAMPOS, Edson. **Técnica de redação**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1978.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

Ementa

Caracterização do trabalho científico. Normas de apresentação dos trabalhos científicos, tendo por referência as normatizações definidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas. Elaboração de produções textuais acadêmico-científicas, tais como: fichamento, *paper*, resenha, artigo científico, monografia, relatório.

Objetivo Geral

Analisar questões fundamentais da metodologia científica pela aplicação de técnicas de estudo e pesquisa, objetivando a elaboração de trabalhos científicos.

Bibliografia Básica

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.
CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2007.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação**. NBR 6027:2012; NBR 6024: 2012; NBR 10719:2011; NBR 14724:2011; NBR 15287:2011; NBR 15437:2006; NBR 6028:2003; NBR 10520:2002; NBR 6023:2002.

- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- CASTRO, Cláudio de Moura. **Estrutura e apresentação de publicações científicas**. São Paulo: Atlas, 1986.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Ementa

Natureza e sentido da Filosofia e da Educação. Estudo de temas, problemas e/ou concepções filosóficas acerca da educação ao longo da história. Compreensão da formação integral humana com destaque para concepções/teorias filosófico-pedagógicas da era moderna e da contemporaneidade.

Objetivo Geral

Subsidiar os licenciandos no sentido de que compreendam a função da filosofia no processo educacional, através do estudo de teorias filosóficas relacionadas às teorias da educação, objetivando compreender o desenvolvimento da educação ao longo da história, bem como os problemas relativos à educação atual; questionar, problematizar e refletir o universo da educação de modo a desenvolver a capacidade de interpretação crítica acerca de importantes posições filosóficas sobre a educação e do seu legado para a contemporaneidade.

Bibliografia Básica

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006.
- KONDER, Leandro. **Filosofia e Educação**: de Sócrates a Habermas. São Paulo: Forma e Ação, 2006.
- PAGNI, Pedro A.; SILVA, Divino J. (Orgs). **Introdução à Filosofia da Educação**: temas contemporâneos. São Paulo: Avercamp, 2007.

Bibliografia Complementar

- ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- ARENDT, Hannah. "A crise na Educação". In: **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1996.
- NIETZSCHE, F. **Escritos sobre Educação**. São Paulo; Rio de Janeiro: Loyola; PUC-Rio, 2007.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PCC I – OS CURSOS DE LICENCIATURA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Ementa

Perspectiva histórica/sociológica sobre os cursos de Licenciaturas no Brasil; O debate político-pedagógico em torno das Licenciaturas; A legislação referente às Licenciaturas hoje; A formação do professor: os modelos de formação docente e os enfrentamentos para sua formação após a promulgação da LDB; A especificidade dos Cursos de Licenciatura na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Dimensões práticas das atividades discentes: a Licenciatura enquanto objeto de pesquisa; pesquisa sobre as Licenciaturas no IFs, enquanto estudos de caso.

Objetivo Geral

Contextualizar as licenciaturas no Brasil como espaço de formação docente e como objeto de disputas sociais, políticas, culturais e educativas.

Bibliografia Básica

LOPES, Eliane Marta Teixeira e outros (org.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.

LUSTOSA, Wigna Eriony Aparecida de Moraes; SOUZA, Francisco das Chagas da Silva. As licenciaturas nos Institutos Federais: a formação de professores ofertadas por instituições de educação profissional. **Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático III – Formação de professores para a educação profissional** ISSN: 2358-1190. <https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/02/Artigo-201.pdf>. Acesso em: 04/03/2018

SAVIANI, Dermeval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Educação**, Santa Maria, V. 30, n.02, p. 11-26, 2005.

Bibliografia Complementar

ARANHA, Antônia Vitória Soares; SOUZA, João Valdir Alves de. As licenciaturas na atualidade: nova crise? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 69-86, out./dez. 2013. Editora UFPR.

LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de. A formação de professores nos Institutos Federais: perfil da oferta. **Revista EIXO**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 83-105, jan./jun. 2013. Disponível em: revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/download/104/52. Acesso em: 04/03/2018.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz-. A situação atual dos cursos de licenciatura no Brasil frente à hegemonia da educação mercantil e empresarial. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3, p. 273-280, 2015. PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a06v2068>. Acesso em: 30/09/2017.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a06v2068>. Acesso em: 30/09/2017

SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

COMPONENTES CURRICULARES DO 2º PERÍODO

TEORIAS E METODOLOGIAS DA HISTÓRIA I

Ementa

Definição e delimitação do campo epistemológico de uma teoria da história. Tarefa e função da Teoria da História para a profissionalização do historiador. As especificidades dos campos da teoria e da filosofia da História. Natureza e fundamento do conhecimento histórico. Teoria e historiografia: as definições dos paradigmas históricos e de seus métodos. A historicização de um conceito: a *historia magistra vitae* e o conceito moderno de História. Tempo histórico sob diferentes perspectivas. História, realidade e conhecimento.

Objetivo Geral

Compreender em termos epistemológicos, teóricos e metodológicos o campo da teoria da História, circunstanciando-o frente aos desafios da institucionalização da História e seus desdobramentos para a profissionalização do historiador.

Bibliografia Básica

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Vols. I, II, III, IV e V).

RÜSEN, Jörn. **Razão história**. Brasília: UnB, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RIO, 2006.

Bibliografia Complementar

MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **A História pensada**. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

MARROU, H. **Do conhecimento histórico**. Lisboa: Aster, s/d.

REIS, José Carlos. **História e Teoria**: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REIS, José Carlos. **Teoria e História**: Tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SALOMON, Marlon (Org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó, SC: Argos, 2011.

HISTÓRIA MODERNA I

Ementa

Concepções historiográficas acerca do período moderno e o conceito de modernidade. Transição da Europa do período medieval para a Idade Moderna, as abordagens sobre os temas que caracterizam a Europa entre os séculos XV e XVII: teorias e práticas do poder: o Estado Moderno e o mercantilismo, o Renascimento, as Reformas Religiosas e a abertura do Atlântico.

Objetivo Geral

Compreender as transformações que ocorreram na Europa no período tardo medieval que levaram a construção de um tipo específico de governo – o Estado Moderno – assim como as mudanças no âmbito da cultura, da sociedade, da economia permitem o entendimento dos aspectos marcantes do período como a expansão ultramarina, as Reformas religiosas e o Renascimento.

Bibliografia Básica

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. Ed. Brasiliense, 1985.

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). **História da vida privada**. Vol. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Edições 70, 2017.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. 2 vol.

ELIAS, Norbert. **A sociedade da corte**. Rio de Janeiro: Zahar editor, 2001.

FALCON, Francisco. **Mercantilismo e Transição**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981.

LIBRAS

Ementa

Aspectos históricos, legais, culturais, conceituais, gramaticais e linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Introdução às práticas de conversação e tradução em LIBRAS. A LIBRAS como instrumento básico no processo de inclusão educacional do surdo e instrumento da prática docente.

Objetivo Geral

Contextualizar os aspectos históricos e legais da vida social e educacional do surdo. Apresentar e discutir a cultura e os conceitos que envolvem a pessoa surda. Construir enunciados com o uso apropriado da gramática e dos conceitos linguísticos. Romper o paradigma da exclusão e promover a inclusão social e educacional do surdo em sala de aula.

Bibliografia Básica

CAPOVILLA, Fernando; RAPHAEL, Walquiria. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001.

GESSER, Audrei. **LIBRAS: que língua é essa?** São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice de; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em 04 out. 2012.

BRASIL. **Decreto n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 04 out. 2012.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1995. FELIPE, Tânia A. **Libras em contexto**. Brasília Editor: MEC/SEESP Nº Edição: 7 Ano: 2010.

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Org.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade e identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Ementa

A Educação como processo social. História da Educação na antiguidade e medievo. As origens da educação pública no ocidente e as características da educação e da escola moderna. A educação brasileira nas eras colonial, imperial e republicana. O processo de modernização do Brasil e os movimentos educacionais de luta pelo ensino público. A educação pública e privada no Brasil.

Objetivo Geral

Estudar a educação como processo social relacionado ao contexto histórico das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais na experiência do ocidente,

antiguidade, medievo e modernidade, e a educação brasileira nas eras colonial, imperial e republicana, a partir da relação indivíduo-sociedade-educação.

Bibliografia Básica

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1999.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **O ensino público e suas origens: a instrução na Revolução Burguesa do Século XVIII**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

RIBEIRO, Maria Luiza dos Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

Bibliografia Complementar

BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. 1: séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito: escola pública e escola privada**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

COÊLHO, Ildeu Moreira (org.). **Escritos sobre o sentido da escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2014.

HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL

Ementa

Análise do período a luz da produção historiográfica clássica e contemporânea. O Império português e a América portuguesa nas conexões com as conquistas em África e Ásia. O sistema colonial atlântico. Estudo do processo de formação da sociedade brasileira no contexto do desenvolvimento do capitalismo e do modelo social de Antigo Regime europeu. A expansão colonizadora portuguesa no território brasileiro e suas relações com o meio ambiente. O espaço público e privado na sociedade colonial. Alteridades étnico-raciais, hierarquização social e mundo do trabalho: escravidão, catequese e resistências. As revoltas coloniais dos séculos XVII e XVIII.

Objetivo Geral

Instigar a investigação histórica diante do passado colonial, considerando as relações ultramarinas que envolveram a totalidade do Império e as dinâmicas internas americanas, analisando as questões presentes no processo de constituição da sociedade e da cultura brasileiras.

Bibliografia Básica

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Bibliografia Complementar

FRAGOSO, João [et al.] (org.) **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. (org.). **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.

SOUZA. Laura de Mello. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HISTÓRIA DA AMÉRICA COLONIAL

Ementa

Estudo histórico e historiográfico relativo aos povos das Américas. As sociedades indígenas americanas. O encontro/confronto de culturas entre Europa e América. O estabelecimento do sistema colonial e das relações sociais nas Américas. As paisagens naturais e o processo de colonização. As instituições e relações sociopolíticas. As especificidades da colonização inglesa frente à colonização espanhola. Cultura e resistência nas sociedades coloniais e o seu lugar no processo de desenvolvimento das relações capitalistas.

Objetivo Geral

Analisar o processo de conquista/colonização das Américas privilegiando as diversas formas de interação (confronto, resistência, incorporação etc.) entre as culturas envolvidas no mesmo, destacando-se o papel fundamental das Américas na construção do mundo moderno.

Bibliografia Básica:

BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: a América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 1998.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos: a formação da nação**. São Paulo: Contexto, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

Bibliografia Complementar:

BERNARD, Carmen; GRUZINSKI, Serge. 1492. In: _____. **História do Novo Mundo: da descoberta à conquista, uma experiência europeia (1492-1550)**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 65-100.

DUSSEL, Enrique. **1492: O Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo - História de uma polêmica (1750-1850)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

THEODORO, Janice. **América Barroca: Tema e Variações**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1992.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PCC II – ESPAÇOS EDUCATIVOS, MODALIDADES E NÍVEIS DE ENSINO

Ementa

Processos educativos: espaços educativos formais e não formais. Concepção de comunidade educativa (atores partícipes do processo educacional) e a relação escola-comunidade. Reflexão sobre as diferentes modalidades (Educação para Jovens e Adultos - EJA; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Escolar Indígena; Educação à Distância - EaD; Educação do Campo; Educação Quilombola, entre outras modalidades). Práticas educativas e processos educacionais nos diferentes espaços educativos e modalidades de ensino. Educação Básica em questão: identificação dos sujeitos e percursos formativos no Ensino Fundamental e Ensino Médio. **Dimensões práticas das atividades discentes**: pesquisa sobre os protagonistas dos diferentes espaços educativos, modalidades e níveis de ensino; investigação e proposição de metodologias de ensino e produção de materiais didáticos a serem utilizados diversos espaços educativos, modalidades e níveis de ensino.

Objetivo Geral

Compreender os diversos espaços, níveis e modalidades educativas tendo como objetivo a inserção dos estudantes na práxis (criativa) docente.

Bibliografia Básica

FÁVERO, Osmar. **Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a17v2899> Acesso em 10/10/2017.

SOUZA, Ana Paula Gestoso de, et all. **A escrita de diários na formação docente**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000100009 Acesso em 10/10/2017.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. CLACSO; São Paulo; EXPRESSÃO POPULAR, BRASIL, 2007.

Bibliografia Complementar

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a historia dos intelectuais (a partir da página 32, 1º parágrafo). In: GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, V.02**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2000.

ABIB, Pedro Rodolpho Junger. **Os velhos capoeiras ensinam pegando na mão**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n68/a07v26n68.pdf> Acesso em 10/10/2017

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. **Relações entre professores e alunos: algumas considerações sobre a indisciplina**. Disponível em https://www.google.com.br/search?ei=bnXCWv6BKliGwQS3_belAw&q=Relações+entre+professores+e+alunos%3A+algumas+considerações+sobre+a+indisciplina Acesso em 11/11/2017.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Aprender e ensinar no cotidiano de assentados rurais em Goiás**. Disponível em http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_07_JADIR_DE_MORAIS_PESSOA.pdf Acesso em 10/10/2017

COMPONENTES CURRICULARES DO 3º PERÍODO

TEORIAS E METODOLOGIAS DA HISTÓRIA II

Ementa

Método historiográfico: pluralidade e variabilidade no *corpus* epistemológico da disciplina; Pressupostos epistemológicos e a questão do método de pesquisa. As fontes históricas: tipologias e adequação aos objetos historiográficos. Crítica documental e os desafios da especialização em história. O método e as fontes históricas no ensino da disciplina. Metodologia e historiografia: instrumentais para a pesquisa na área. Instituições da memória coletiva: a história dos museus e arquivos. Arquivos: as fontes no Brasil e em Goiás. Arquivos: problemas políticos e epistêmicos. A construção do saber histórico e novas tecnologias.

Objetivo Geral

Compreender o percurso do debate sobre o método historiográfico no interior da disciplina, considerando a articulação teoria e método na diversidade da produção na historiografia profissional; apontando para desafios do trabalho com fontes históricas no ensino e na pesquisa, em perspectiva crítica e reflexiva dos pressupostos da produção historiográfica na articulação com o trabalho efetivo com as fontes.

Bibliografia Básica

AROSTÉGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.
PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.
BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História** (Vol. I a V). Petrópolis, RJ: Vozes.

Bibliografia Complementar

AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Brasília: Ed UnB. 1999.
BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
GUAZELLI, César Augusto Barcellos et al (orgs.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Ed. Universitária/ UFRGS, 2000.
MALERBA, Jurandir (org.). **A velha História: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papirus, 1996.
PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

HISTÓRIA MODERNA II

Ementa

A aceleração do tempo e do fenômeno da modernidade nos séculos XVII e XVIII. A cultura escrita, sua relação com o conceito de Cultura Política e mediações entre cultura erudita e cultura popular. Tensões entre ciência e religião: o antropocentrismo, a cisão homem/natureza e o conceito moderno de ciência. A expansão do capitalismo inglês, a mudança no sistema econômico e suas consequências sociais. A conformação jurídico-teológica, a afirmação das monarquias modernas e o debate historiográfico em torno do Absolutismo. A crise do Antigo Regime, o surgimento da esfera pública política e os conceitos de Revolução, Ilustração e Iluminismo.

Objetivo Geral

Estimular a análise crítica do período, possibilitando a identificação de problemas e questões presentes no processo de transformação das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais configuradas no período moderno, considerando os novos paradigmas emergentes da modernidade.

Bibliografia Básica

HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça: Idéias Radicais na Revolução Inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
 POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
 ROSSI, Paolo. **A ciência e a filosofia dos modernos**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

Bibliografia Complementar

CHARTIER, Roger. **Origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
 HILL, Christopher. **A Revolução Inglesa de 1640**. Lisboa: Editorial Presença, ano 1985.
 KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.
 POCKOCK, J.G.A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2003.
 ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa

Estado, Classes Sociais e Sistemas de Ensino Educacionais. Ciência e Técnica como Dominação. Razão Instrumental. Ensino Tecnológico. Formação Integrada. Subjetividade fraturada e instrumental. Escola como campo de lutas e campo de forças. O processo constitutivo e formativo do ser social. O trabalho como princípio educativo. Escola e Desigualdades Sociais no Brasil Contemporâneo. Reificação e Razão.

Objetivo Geral

Objetiva-se com esta Disciplina estabelecer as relações onto-epistêmicas entre educação e sociologia, de tal forma a desenvolver chaves de leituras e quadros conceituais a partir dos quais se possa compreender como e de que maneira se determinaram política econômica, bem como sócio culturalmente os sistemas nacionais de ensino contemporâneos. Trata-se, portanto, de buscar desenvolver um tipo particular de leitura, a partir da qual a reconstrução das particularidades histórico-sociais específicas possibilite a apreensão da função social das instituições educacionais; ao mesmo tempo, trata-se de compreender as formas determinativas a partir das quais se constitui o ser social de um determinado tempo histórico, tanto naquilo que diz respeito à produção de seu inconsciente coletivo, quanto em sua manifestação individual-particular.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Rio de Janeiro, Francisco Alves: 1982.
 HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciências como Ideologia**. São Paulo: UNESP, 2014.
 MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

Bibliografia Complementar

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2009.
 GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: volume 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
 MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Campinas-SP: Alínea, 2010.
 PISTRAK, Moisey. **Ensaio sobre a Escola Politécnica**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
 SHIROMA, Eneida Oto. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

ENSINO, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ementa

Usos públicos da história: arquivos, mídias e as linguagens. Reflexões sobre os conceitos de Memória, Patrimônio e Educação Patrimonial. Memória e ensino de história: lugares de memória e espaços públicos de memória. Ensino de história e patrimônio: a educação patrimonial como estratégia de ensino da história local e regional.

Objetivo Geral

Identificar e problematizar os usos públicos da história, articulando com os conceitos, discussões e metodologias que permeiam as possibilidades de ensino e pesquisa na área de educação patrimonial, produção da memória e ensino de história.

Bibliografia Básica

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. MENESES, Sônia (orgs.). **História pública em debate**: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
MAGALHÃES, Marcelo [et al.] (orgs.). **Ensino de história**: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

Bibliografia Complementar

ABREU, Martha. SOIHET, Raquel (orgs.). **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
BARROSO, Vera Lúcia Maciel *et al* (orgs.). **Ensino de História**: desafios contemporâneos. Porto Alegre: Est/ Exclamação/ ANPUH-RS, 2010.
SALVADORI, Maria Ângela Borges. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin Editores, 2010.
SILVA, Marcos A. (org.). **História: que ensino é esse?** Campinas, SP: Papirus, 2013.

HISTÓRIA DO BRASIL IMPÉRIO

Ementa

Análise do período a luz da produção historiográfica clássica e contemporânea. O processo de descolonização e emancipação política do Brasil. A formação do Estado Imperial e da identidade nacional. Transformações econômicas, urbanização e suas relações com as questões ambientais. Revoltas e separatismos. A Vida pública e privada no Império. Terra e trabalho no século XIX. Escravidão, emancipacionismo e abolicionismo. Crise do Império.

Objetivo Geral

Analisar e problematizar a formação e a consolidação do Estado nacional brasileiro no século XIX em suas dinâmicas política, econômica, social, ideológica, cultural e ambiental.

Bibliografia Básica

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1991.
MATTOS, Ilmar Rohloff. O Tempo saquarema: **a formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1990.

Bibliografia Complementar

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional.** São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- CARVALHO, José Murilo. **O teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- FRANCO, Maria Siylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra.** São Paulo: Hucitec, 1998.
- NOVAES, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 2005.

HISTÓRIA DA AMÉRICA INDEPENDENTE

Ementa

Os processos de independência das colônias hispânicas e anglo-saxãs. Os projetos de construção das nacionalidades latino-americanas e nos Estados Unidos e as primeiras iniciativas de cooperação interamericana. A consolidação dos Estados Nacionais e a problemática da modernização no século XIX a partir das culturas políticas americanas. Relações entre as esferas políticas, econômicas, culturais e sociais no contexto de produção das identidades e das culturas latino-americanas e norte-americanas. Sociedade, cultura e natureza nas Américas no decurso do século XIX. A consolidação dos Estados Unidos como potência imperial. América Latina na passagem do Século XIX para o Século XX.

Objetivo Geral

Problematizar os processos de independência das Américas Hispânica e Inglesa e seus respectivos projetos de construção das estruturas políticas e identidades nacionais, avaliando sua relação com o passado colonial e com o processo de internacionalização do capital ocorrido no século XIX.

Bibliografia Básica

- BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina: da Independência até 1870.** vol. III. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: FUNAG, 2001.
- KARNAL, Leandro (et. Alli.). **História dos Estados Unidos.** São Paulo: Contexto, 2008.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos.** São Paulo: EDUSP, 2004.

Bibliografia Complementar

- MARCONDES, Neide e BELOTTO, Manoel (orgs.). **Turbulência cultural em cenário de transição: o século XIX ibero-americano.** SP: Edusp, 2005.
- MORSE, Richard. **O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- POZO, José Del. **História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos nossos dias.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- PRADO, Maria Lígia Coelho & PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina.** São Paulo: Contexto, 2014.
- VILLA, Marco Antonio. **A Revolução Mexicana.** São Paulo: Ática, 1993.

PCC III – FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR E DO MOVIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Ementa

Dimensão ético-política da prática docente como práxis social. Intercursos do trabalho docente: entre o ajustamento/adequação e a autonomia na formação dos discentes e na produção do conhecimento. A construção identitária do professor na trajetória da educação e dos educadores no Brasil. Os trabalhadores da educação: unidade e diversidade do trabalho escolar e da luta dos trabalhadores da educação. **Dimensões práticas das atividades discentes:** desenvolvimento de pesquisas e investigações sobre os seguintes temas: a relação entre a formação docente e a atuação profissional do professor nos níveis e modalidade de ensino; dilemas do trabalho docente na formação de jovens e de jovens e adultos trabalhadores da EJA, a partir do testemunho de professores; condições de trabalho e carreira, violência e adoecimento no cotidiano dos profissionais da educação, estudo de caso; os enfrentamentos políticos da escola e dos profissionais da educação nos projetos e nas políticas de educação: escola sem partido, escola laica x interferência religiosa, educação e trabalho.

Objetivo Geral

Analisar as especificidades da formação e do trabalho docente no contexto da realidade escolar e das políticas públicas de educação.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli São Paulo: Perspectiva, 2013. (p.295-336)

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Escola “Sem” Partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. (ebook) Rio de Janeiro: UERJ, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2vzqPn6>. Acesso em 30/10/2017.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso 1º/05/2017.

GINDIN, Julián. Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a06.pdf>. Acesso em: 08/04/2012.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores - saberes da docência e identidade do professor. **Nuances-** Vol. III - Setembro de 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1287224/mod_resource/content/1/Pimenta_Form%20de%20profs%20e%20saberes%20da%20docencia.pdf. Acesso em: 10/10/2017.

VENTURA, Jaqueline. A EJA e os desafios da formação docente nas licenciaturas. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 37, p. 71-82, jan./jun. 2012

VILELA, Rita Amélia Teixeira; COELHO, Ulisses Samarone. **O trabalho do professor nas condições de adversidade:** escola, violência e profissão docente. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20120828100326.pdf. Acesso em: 14/10/2017.

COMPONENTES CURRICULARES DO 4º PERÍODO

DIDÁTICA DA HISTÓRIA

Ementa

Didática da História e sua renovação na Alemanha da década de 1970. Didática da História: proposições teóricas e elementos epistemológicos da ciência histórica. Didática da História: recepção e apropriação conceitual/temática para o Ensino de História no Brasil. As reapropriações da história (veículos e meios de comunicação que contribuem para a formação da consciência histórica) e seus desdobramentos para o Ensino de História. Didática da História e os desafios da construção do saber histórico escolar: abordagem de diferentes fontes e operacionalização dos conceitos e dos recortes temáticos e/ou temporais. A Educação Histórica e o mapeamento do cotidiano dos futuros professores de história: metodologias de ensino-aprendizagem em História, livros didáticos, planos de ensino e projetos de pesquisa no Ensino de História e as possibilidades de avaliação.

Objetivo Geral

Compreender em termos epistemológicos, teóricos e metodológicos a constituição do campo da Didática da História, circunstanciando-o frente aos desafios da formação e da atuação dos professores de História no Brasil.

Bibliografia Básica

BERGMANN, Klaus. "A História na reflexão didática". Dossiê História em Quadro-Negro: escola, ensino e aprendizagem. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol.9, n. 19, p. 29-42, set.1989/fev.1990.

RUSEN, Jörn. **Pragmática. Razão Histórica. Teoria da História**: Fundamentos da Ciência Histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora dos Santos. **Cognição histórica situada**: que aprendizagem histórica é essa? In: SCHMIDT, M.A.M.S. / BARCA, I. (org). Aprender história: perspectivas da Educação Histórica. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

Bibliografia Complementar

CERRI, Luis Fernando. **Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática histórica**. Revista de História Regional. V. 6, n.2.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. In: **Educar em Revista**. Curitiba; EdUPER, p. 131-150.

URBAN, Ana Claudia. **A natureza do código disciplinar da Didática da História**: os caminhos possíveis. Curitiba: Editoria Juruá, 2001

SANTOS, Natalia Aparecida Tiezzi Martins dos; COUTINHO, Dolores Pereira Ribeiro. **O discurso histórico presente no livro didático**: uma abordagem ideológica e historiográfica. In: Antítese, Lodrina: vol. 3, n. 6, jul/dez 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/download/4569/7049>.

ENSINO, HISTORIOGRAFIA E TEORIAS DA HISTÓRIA

Ementa

Ensino de história e escrita da história: concepções teóricas e historiográficas. Tempo histórico, narrativas históricas e ensino de história. Ensino de história e regimes de historicidade. Cultura histórica, cultura historiográfica e ensino de história. A escrita da

história escolar: memória e historiografia. A história ensinada e a constituição da memória social. O ensino de história no Brasil e seus pressupostos historiográficos entre os séculos XIX e XXI. Tempo histórico, historiografia e história ensinada: propostas curriculares, livros didáticos, narrativas de professores e alunos em sala de aula.

Objetivo Geral

Promover o diálogo entre ensino, escrita e teorias da história de modo a superar a dicotomia comumente atribuída à relação entre o fazer e o ensinar história.

Bibliografia Básica

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.
RODRIGUES, André Wagner. **História, historiografia e ensino de história em relação dialógica com a teoria da complexidade**. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2011.
HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo, SP. Editora CORTEZ, 2005.
TOLEDO, Maria A. Leopoldino T. (Org). **Ensino de História**: ensaios sobre questões teóricas e práticas. Maringá: Eduem, 2011.
ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **O ensino de história em questão**: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.
KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
REIS, José Carlos. **História e teoria**: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Ementa

A relação entre história e historiografia. Distinção entre os conceitos de história, conhecimento histórico e historiografia. Abordagens dos principais elementos da operação historiográfica. Narrativas históricas do século XVI ao XVIII. O processo de institucionalização da história: do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro às universidades. O poder historiográfico e a definição do campo de produção histórica. Estudo das diferentes correntes historiográficas brasileiras.

Objetivo Geral

Promover o diálogo entre ensino, escrita e teorias da história de modo a superar a dicotomia comumente atribuída à relação entre o fazer e o ensinar história.

Bibliografia Básica

RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

Bibliografia Complementar

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

FREITAS, Marcos Cezar de (Orgs.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2010.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ed. 34, 2008.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**. Memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DIDÁTICA

Ementa

O campo da Didática: objeto de estudo e contribuições para o trabalho docente. Teorias da educação e tendências pedagógicas na prática escolar. Organização do trabalho pedagógico. Planejamento e organização do ensino.

Objetivo Geral

Compreender a organização do ensino como trabalho docente intencional fundamentado em teorias educacionais, orientado por uma determinada tendência pedagógica que, por sua vez, materializa um projeto político-pedagógico: nesta perspectiva, afirma o trabalho pedagógico enquanto práxis.

Bibliografia Básica

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2003.

WACHOWICZ, Lilian Anna. **O método dialético na Didática**. Campinas: Papirus, 1991.

Bibliografia Complementar

ALVES, Gilberto Luiz. **O trabalho didático na escola moderna**. Formas históricas. Campinas: Autores Associados, 2005.

COMÊNIO, João Amós. **Didactica magna**: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

FARIAS, Isabel Maria Sabino. *et al.* **Didática e docência**: aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2009.

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. **Pedagogia dialética**. De Aristóteles a Paulo Freire. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HISTÓRIA DA AMÉRICA CONTEMPORÂNEA

Ementa

Desenvolvimento e consolidação do capitalismo no século XX na América Latina: da crise e desintegração oligárquico-dependente à via de integração liberal periférica ao mercado mundial. Organização do Estado, políticas populismo, ditadura e democracia liberal restringida na América Latina do século XX. Recomposição das classes trabalhadoras do campo e da cidade e as suas formas de organização e luta. Projetos sociais, identidade e cultura em construção e disputa na América Latina do tempo presente. Estados Unidos no século XX: transformações sociais, econômicas, políticas e culturais; afirmação de

hegemonia e imperialismo informal. Relações de domínio, interdependência e conflito entre Estados Unidos e América Latina.

Objetivo Geral

Abordar as grandes transformações sociais, políticas, econômicas e culturais vivenciadas pela América Latina e pelos Estados Unidos no século XX, com atenção à identificação e caracterização das relações estabelecidas entre a América Latina e os Estados Unidos e às contradições e tendências atuais.

Bibliografia Básica

BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina – A América Latina Após 1930 – Economia e Sociedade** – Volume VI. São Paulo: Edusp, 2009.

CASANOVA, Gonzalez (Org.). **América Latina: história de meio século**. Brasília. Editora da UNB, 1988.

SELLERS, Charles (ET. Alii). **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potencia imperial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Bibliografia Complementar

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CASANOVA, Gonzalez (Org.). **A América Latina: História de meio século**. Brasília: Editora UNB, 1988.

KAPLAN, Marcos. **Formação do Estado Nacional na América Latina**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

KIENAN, Victor Gordon. **Estados Unidos: O novo imperialismo**. São Paulo: Record, 2008.

HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO I

Ementa

Leituras da República Brasileira: Proclamação da República, Primeira República, Estado Novo e Democracia Liberal Brasileira. Debate historiográfico em torno do conceito de populismo e trabalhismo. Relações e estruturas econômicas e sociais. Produção e representações culturais. Estrutura e políticas de Estado. Atores políticos, movimentos sociais, questões e políticas raciais. Instituições e valores ideológicos. Ocupação do espaço urbano no processo de urbanização e modernização. Expropriação camponesa e a reterritorialização dos espaços rurais. A política ambiental no período.

Objetivo Geral

Analisar as relações e estruturas econômicas e sociais; produção e representações culturais; estrutura e políticas de Estado; atores políticos e movimentos sociais; instituições e valores ideológicos da Proclamação da República ao governo João Goulart.

Bibliografia Básica

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: História e Historiografia**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FEREIRA, Jorge (Org.) **O Brasil Republicano**. O Tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

PCC IV – LIVROS DIDÁTICOS E PRÁTICA DOCENTE

Ementa

As abordagens sobre os livros didáticos e sua dimensão histórica. As especificidades da produção do conhecimento histórico e sua construção nos livros didáticos: temporalidades, conceitos e fontes. Livros didáticos e diálogos interdisciplinares. Livro didático como objeto cultural. Livro didático frente aos saberes (disciplinares, curriculares, formação e atuação docente). Livro didático e cultura escolar. Livros didáticos e representação dos diferentes grupos sociais. **Dimensões práticas das atividades discentes**: possibilidades temáticas e metodológicas dos livros didáticos como objetos de reflexão: autoria, compreensão e problematização das propostas das coleções, aproximação/distanciamento com a historiografia, uso de documentos em termos de textos e de imagens e diálogos com o professor.

Objetivo Geral

Circunstanciar as reflexões sobre o livro didático como objeto de reflexão e como recurso didático/pedagógico para o professor de História, problematizando a sua inserção no mercado editorial, bem como os desdobramentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) na sua elaboração. Considerar o livro didático em seus vieses de produção/divulgação do conhecimento histórico escolar.

Bibliografia Básica

BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: UFPR, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

Bibliografia Complementar

ABREU, Martha. (Org.). **Ensino de História: conceito, temática e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática do ensino de História: experiências, reflexões e aprendizagens**. Campinas: Papirus Editora, 2003.

PINSKY, Jaime. (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: contexto, 2014.

SILVA, Marcos A. (Org.). **Repensando a História**. São Paulo: Marco Zero, 1984.

COMPONENTES CURRICULARES DO 5º PERÍODO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Ementa

Formação docente e estágio com pesquisa: concepções de estágio e o conceito de professor pesquisador. Os sentidos do ensino de história: sujeitos da aprendizagem, cotidiano e práticas culturais. Professor em formação e o ensino de história: espaços e dimensões das práticas educativas. Educação, Memória e os Espaços Educativos não formais. A pesquisa no Estágio e a elaboração de Projetos de Ensino de História fora da sala de aula. Relatório parcial da etapa.

Objetivo Geral

Evidenciar a formação docente em história enquanto articuladora das relações entre ensino e pesquisa/ teoria e prática na conformação do professor pesquisador, além de propor reflexões sobre as concepções e práticas que permeiam o trabalho docente em diferentes espaços educativos não formais como museus, memoriais, arquivos públicos, acervos documentais/monumentais, entre outros por meio da investigação destas realidades.

Bibliografia Básica

DAVIES, Nicholas (org.). **Para além dos conteúdos no ensino de História**. Niterói: UFF, 2000.

GHEDIN, Evandro *et al.* **Estágio com pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2012 (Col. docência em formação – Série saberes pedagógicos).

Bibliografia Complementar

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

FENELON, Déa R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos d'Água, 2004.

GIL, Carmen Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (orgs.). **Patrimônio cultural e ensino de história**. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

MIRANDA, Sônia; SIMAN, Lana (org.). **Cidade, memória e educação**. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

SILVA, Marcos. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

Ementa

As concepções de tempo, processo e de História a partir da modernidade. A Revolução Industrial e a reconfiguração das noções de tempo, de espaço, de trabalho, de natureza e de cultura. O processo de industrialização e as novas configurações da paisagem rural e urbana. A produção historiográfica e o lugar atribuído à Revolução Francesa na História. A gênese histórica do Estado-nação no século XIX e do processo de nacionalização das massas. A formação da classe operária, o movimento operário e suas expressões políticas. A constituição do pensamento liberal e do positivismo como forma de legitimação do capitalismo e a formação da sociedade burguesa. As manifestações

artísticas, hegemonia cultural, a conquista da África e da Ásia a partir da perspectiva de africanos e asiáticos e os desdobramentos do imperialismo neocolonialista.

Objetivo Geral

Analisar as transformações econômicas, sociais, culturais, étnico-raciais e ambientais na Europa do século XIX e refletir sobre a conquista da África e da Ásia, seus efeitos e desdobramentos no mundo contemporâneo.

Bibliografia Básica

HOBBSBAWN, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Bibliografia Complementar

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008;
CHARTIER, Roger. **As origens culturais da Revolução Francesa**. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Unesp, 2009.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* no século XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SOBOUL, Albbert. **A Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa

A estruturação da psicologia e da psicanálise como ciências modernas. Contribuições das teorias da Psicologia para o processo de desenvolvimento da personalidade e da aprendizagem humanas. Processos de ensino-aprendizagem. Transtornos que afetam a aprendizagem e as interações no contexto escolar. Reflexões sobre a interação professor-aluno no contexto neomoderno.

Objetivo Geral

Situar historicamente a psicologia e a psicanálise, bem como perspectivas teóricas clássicas e atuais que daí se desdobraram sobre o desenvolvimento, a aprendizagem, a cultura e as interações sociais, com relevância para o contexto da educação.

Bibliografia Básica

BOCK, Ana M., FURTADO, Odair e TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1991.

FONTANA, Roseli, CRUZ, Maria Nazaré. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro (orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Bibliografia Complementar

FREUD, Sigmund. “Cinco lições de psicanálise (1910 [1909])”. In: _____. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 11. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. São Paulo: Forense Universitária, 2010.

PIRES, Anderson Clayton. "Sistema de estruturação de crenças sóciointerativo: Estruturação de crenças, lógicas de interação e processos de contingenciamento". **Psicólogo informação**, v. 17, n. 17, p. 133-191, 2013.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VEER, René; VALSINER, Jaan. **Vygotsky: uma síntese**. São Paulo: Loyola, 2001.

POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO

Ementa

Estado e políticas educacionais no contexto das políticas públicas sociais. Estrutura e organização da educação básica e da educação superior na contemporaneidade. Legislação e políticas educacionais no Brasil e em Goiás. Debates atuais no campo das políticas educacionais com foco na educação básica..

Objetivo Geral

Refletir, compreender e analisar as dimensões históricas, as bases legais, conceituais e metodológicas do processo de formação e implementação das políticas educacionais e da estrutura e organização da educação escolar brasileira e no contexto da sociedade contemporânea.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. Coleção Polêmica do Nosso Tempo.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

_____. **Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em maio de 2017

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

EVANGELISTA, Olinda; MORAES, Maria Célia Marcondes de; SHIROMA Eneida Oto. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAURELL, Ana Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Abadia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002.

HISTÓRIA DA BRASIL CONTEMPORÂNEO II

Ementa

A conjuntura político-administrativa após a renúncia de Jânio Quadros. O debate historiográfico sobre a deflagração do Golpe Militar. A permanência dos militares no poder e a conformação do aparelho de repressão e de propaganda. Ditadura militar e política educacional. Ditadura militar e a questão indígena. Cultura e contracultura. A crise do regime e o processo de redemocratização. A sociedade brasileira e a disputa da memória sobre o período militar. Projetos desenvolvimentistas para o Brasil e seus impactos

ambientais e sociais. Tensões sociais e políticas internas e sua relação com o cenário político e econômico internacional. Resistência, movimentos sociais no campo e nos centros urbanos. Limites e perspectivas no Brasil contemporâneo: integração liberal periférica; democracia restringida; projetos sociais em disputas.

Objetivo Geral

Circunstanciar em termos históricos e historiográficos a urdidura do Golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar no Brasil, bem como as tensões sociais articuladas ao cenário político e econômico internacional, situando a dinâmica do processo de redemocratização e as perspectivas para o estudo do tempo presente.

Bibliografia Básica

FEREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 4 Vols.

REIS, Daniel Aarão. (Org.) **Modernização, ditadura e democracia**. 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (vol. 5)

REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

Bibliografia Complementar

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

D'ARAUJO, Maria Celina et alii. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. São Paulo. Editora Contraponto, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs). **História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. (Vol. 4)

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA, IMAGINÁRIO E PODER

Ementa

Conceito de imaginário social. O imaginário na cultura e sua relação com as estruturas de poder. Formas e relações de poder: simbólico, público e privado. O poder instituído: dominação e resistência. As manipulações do universo simbólico: discurso e produção de sentidos. Subjetividade e representações sociais.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento das questões concernentes à relação entre História, Imaginário e Poder.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

Bibliografia Complementar

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BUESCU, Ana Isabel. **Imagens do Príncipe**: Discurso normativo e representação (1525-49). Lisboa: Cosmos, 1996.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- POCOCK, John Greville. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **Imaginário e Dominação**, São Paulo: Cortez, 1999.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA E LINGUAGENS

Ementa: Diálogos interdisciplinares entre a História e as linguagens (Artes Plásticas, Teatro, Literatura, Cinema e Música). As linguagens artísticas como possibilidades de compreensão histórica. Temporalidade e historicidade em diferentes processos criativos. As perspectivas estéticas como motes investigativos de reelaboração e de percepção do passado. As interfaces entre forma x conteúdo e a dinâmica histórico-social. As imagens artísticas e culturais (gráficas, pictóricas, fílmicas e fotográficas) em seus vieses de produção e de recepção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- LOPES, Antônio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Orgs.) **História e Linguagens**: Texto, imagem, oralidade e representação. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre prática e representação. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/ Difel, 1990.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Orgs.) **Imagens na História**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- THOMPSON, E. P. **Os Românticos**: A Inglaterra na era revolucionária. Tradução de Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- EAGLETON, Terry. **A ideologia da Estética**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E CULTURA

Ementa

O historiador e a História da Educação: abordagens teórico-metodológicas, temas, fontes e sujeitos. A pesquisa educacional no campo da Cultura: apropriações, representações e imaginários na produção e na divulgação do saber escolar. As interfaces entre Educação e Cultura como possibilidades de investigação histórica. Intelectuais, Educação e Cultura. A Educação como construção cultural e sua abordagem em diferentes temporalidades, espacialidades e instâncias (instituições, disciplinas e materiais escolares, currículos e saberes). A cultura escolar e os processos de escolarização como construções históricas. Educação, Contemporaneidade e Tecnologias da Informação e da Comunicação.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento das questões concernentes à relação entre História, educação e cultura.

Bibliografia Básica

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes**. Tradução de Patrícia Chitttoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FARIA FILHO, Luciano. (Org.) **Pensadores sociais e história da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nivia da. (Orgs.) **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Bibliografia Complementar

DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FARIA FILHO, Luciano M. (Org.) **Educação, Modernidade e Civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

THOMPSON, E. P. **Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária**. Tradução de Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA ANTIGA OCIDENTAL

Ementa

A política e o governo no mundo antigo. A originalidade da política na antiguidade ocidental. As reflexões sobre a política entre os pensadores gregos e romanos. As instituições políticas das polis na Grécia e de Roma na fase da Monarquia, República e Império.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento das questões concernentes à História Antiga Ocidental.

Bibliografia Básica

FINLEY, Moses I. **O legado da Grécia: uma nova avaliação**. Brasília: Ed. UNB, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo e SILVA, Maria Aparecida (Orgs.) **Política e Identidades no Mundo Antigo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

STARR, Chester G. **O nascimento da democracia ateniense – A assembleia no século V a. C.** São Paulo: Odisseus Editora, 2009.

Bibliografia Complementar

CONDILO, Camila da Silva. **Heródoto, as tiranias e o pensamento político nas Histórias**. São Paulo Annablume, 2010.

GIARDINA, A. (Org.). **O homem romano**. Lisboa: Presença, 1992.

FINLEY, M. I. **Política no mundo antigo**. Lisboa: Edições Setenta, 1997.

FINLEY, Moses I. **Economia e sociedade na Grécia antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

TRABULSI, José Antônio Dabdab. **Ensaio sobre mobilização política na Grécia Antiga**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PCC V – FONTES HISTÓRICAS E A PRÁTICA DOCENTE

Ementa

Reflexões sobre o uso das fontes no ensino de História; o documento como suporte informativo e fonte; a construção do conhecimento histórico a partir da fonte; a constituição de uma observação crítica dos discentes; possibilidades de uso em sala de aula; tipologias, classificações, suportes e instrumentos de pesquisa. **Dimensões práticas das atividades discentes:** produção de material didático e paradidático; roteiro de análise de fontes; plano de aula centrado em fonte histórica.

Objetivo Geral

Construir e debater - no campo do ensino de história - análises teóricas e intervenções práticas que relacionem História e o uso de fontes.

Bibliografia Básica

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática do ensino de História**. Campinas: Papirus, 2003.
MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice; RIBEIRO, Jayme Fernandes; CIAMBARELLA, Alessandra. (Orgs.). **Ensino de História: usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, MARLENE. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005.
CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; PATRIOTA, Rosangela. **Escritas e narrativas históricas na contemporaneidade**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
FARIA E SILVA, Thiago; FEIJÓ, Glauco Vaz. **Ensino e Pesquisa em História e Humanidades**. Brasília: IFB, 2017.
PINSK, Carla Bassanezi. (Org.) **Novos temas em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015.
SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido**. Campinas: Papirus, 2007.

COMPONENTES CURRICULARES DO 6º PERÍODO

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

Ementa

Definir o que vem a ser um projeto de pesquisa, bem como suas partes constitutivas (tema, justificativa, objetivos gerais e específicos, problema e hipótese, pressupostos teórico-metodológicos, tipologia das fontes, cronograma, bibliografia). Trabalhar as especificidades próprias a um projeto de pesquisa no campo da História: recorte e construção de tipologia espaço-temporal; seleção e crítica de fonte histórica; construção do objeto e definição de um problema de pesquisa no campo da História. Evidenciar as possibilidades temáticas, teóricas e metodológicas para a construção de um projeto de pesquisa nas áreas do Ensino de História e da Educação.

Objetivo Geral

Compreender as especificidades da pesquisa histórica: perspectivas teóricas e construção de objetos, definição de fontes e dos procedimentos metodológicos, bem como as possibilidades temáticas da pesquisa nos campos da História, do Ensino de História e da Educação.

Bibliografia Básica

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
VIEIRA, Maria do Pilar Araújo et. al. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia Complementar

BARROS, José D'Assunção. **A Expansão da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.
LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, A. (Orgs.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979.
VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nivia da. (Orgs.) **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II

Ementa

Padrões de reprodução do capital, imperialismos, colonialismos e guerras dos séculos XX e XXI. Classes trabalhadoras, movimentos e revoluções sociais no século XX. Nações e nacionalismos no século XX e no início do século XXI. Ideologia e Cultura no século XX. A África no século XX e no início do século XXI: entre as reiterações de dependência neocolonial e de desagregação e as possibilidades de recomposição social. Crise ambiental e movimentos ambientalistas do tempo presente.

Objetivo Geral

Realizar um estudo do mundo contemporâneo, compreendendo o século XX e o início do século XXI com atenção às transformações socioeconômicas e sociopolíticas, às contradições que lhes foram inerentes e aos conflitos que delas decorreram.

Bibliografia Básica

FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo Global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Loyola, 1993.
HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

Bibliografia Complementar

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
DROZ, Bernard; Anthony Rowley. **História do século XX**, 4 vols. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.
EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**. São Paulo: Editora 34, 2000.
HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: Visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.
HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Ementa

O campo de exercício profissional do professor: educação, escolarização e suas interfaces. Currículo em movimento: concepções de currículo, a Base Nacional Curricular Comum e a realidade escolar. Planejamento na escola: o Projeto Político Pedagógico e as ações no cotidiano da escola. Os sujeitos da escola: gestão escolar, trabalho docente e comunidade escolar. A interação professor-aluno no processo educativo. Projeto de Intervenção no espaço escolar: investigação e ações educativas. Relatório parcial da etapa.

Objetivo Geral

Compreender o trabalho docente como parte do processo mais amplo de formulação de políticas públicas para a educação escolar e para a formação docente, assim como parte de realidades sócio-históricas e culturais em que as comunidades escolares se inserem, contextos escolares e de todas as suas dimensões políticas, sociais, econômicas, culturais e pedagógicas.

Bibliografia Básica

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VEIGA, Ilma P. Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papyrus, 2013 (Col. Magistério: formação e trabalho pedagógico).

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – Ensino Fundamental e Ensino Médio**. Brasília: SE/SEB/CNE/MEC; CONSED; UNDIME, 2017.

CANDAUI, Vera Maria (org.). **Cultura(s) e Educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria *et al* (orgs.). **Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014.

HISTÓRIA DE GOIÁS

Ementa

Os conceitos de História Local e Regional. Povos originários. Arqueologia e Características da ocupação. Conflitos a partir do contato intercultural. Cronistas e viajantes. Goiás e o Projeto Colonial, séculos XVI e XVII. O Projeto Imperial e a apropriação do território. Trabalho escravo e conflitos interculturais. Republicanismo e Coronelismo. Projetos políticos e o ideal modernizador. Marcha para o Oeste e fundação de Goiânia. O Regime Militar em Goiás. A expansão da fronteira agrícola. Mecanização do campo, êxodo rural e destruição do bioma cerrado. Os conflitos pela terra.

Objetivo Geral

Conhecer problemáticas, debates, cronologia, espacialidades, temporalidades e a diversidade étnica e cultural constitutivas da história e historiografia de Goiás.

Bibliografia Básica

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da “decadência” aos limites da “modernidade”. Goiânia: UFG/UCG, 1997.

PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás - 1722/1822**: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas. 4ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

Bibliografia Complementar

ALENCAR, Maria Amélia G. **Estrutura fundiária em Goiás**. Goiânia: UCG, 1994.

ESTEVAM, Luís. **O Tempo da transformação**: Estrutura e Dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia, Editora do autor, 1998.

RIBEIRO, Paulo R. (Org). **Goiás**: identidade, paisagem, tradição. Goiânia: UCG, 2001.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão em Goiás colonial**. Goiânia: UFG, 1983.

SILVA, Ana Lúcia da. **A Revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cânone Editorial, 2005.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO ESPAÇO EDUCATIVO

Ementa

O trabalho na sociedade capitalista. O trabalho docente. A escola como espaço de organização e gestão dos processos educativos. Os diferentes paradigmas de gestão: concepções e propostas de organização. A legislação e a gestão escolar democrática. A gestão na/da escola pública. O projeto político pedagógico: conceito, elementos constitutivos, processo de elaboração coletiva, cultura organizacional da escola, finalidades institucionais. A elaboração, execução e avaliação do projeto político pedagógico.

Objetivo Geral

Analisar e compreender a gestão da escola como espaço de atuação docente, considerando o trabalho coletivo na elaboração e desenvolvimento do projeto político pedagógico, entendendo a ação pedagógica como possibilidade de profissionalização dos professores no contexto contemporâneo do trabalho e das relações humanas, bem como os fundamentos da gestão democrática.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2015.

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2000.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1999.

Bibliografia Complementar

FERRETTI, Celso J.; SILVA JR., João R.; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (orgs.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

FREITAS, Luiz C. de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e didático**. São Paulo: Papirus, 2002.

LIBÂNEO, José C.; OLIVEIRA, João F.; TOSCHI, Mirza. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Dalila A. (org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PARO, Vitor H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA E AÇÕES COLETIVAS

Ementa

Trajetória histórica dos conceitos de ação coletiva e movimentos sociais; crise das instituições e emergência dos novos movimentos sociais; sociedade civil, corporativismo e organizações não governamentais; ações coletivas rurais e urbanas nas diversas temporalidades e espacialidades.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento das questões concernentes à relação entre História e ações coletivas.

Bibliografia Básica

CASTELLS, Manuel. **O poder das identidades**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2).

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2000.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

Bibliografia Complementar

ALVAREZ, Sônia E. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 2009.

MOTTA, Márcia. ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. vol. I e II. São Paulo: Unesp; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA E TRABALHO

Ementa

O conceito trabalho em diferentes perspectivas teóricas; trabalho e historiografia do século XIX e XX; trabalho e escravidão; trabalho e capitalismo; trabalho e disciplina; transformações do trabalho na contemporaneidade e seus impactos sobre os trabalhadores. Trabalho e subjetividade.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento das questões concernentes à relação entre História e Trabalho.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

HARDMAN, Foot e LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1982.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Bibliografia Complementar

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, Vol. 1/2. t. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

QUINTANEIRO, Tânia. et al. **Um Toque de Clássicos. Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA E ECONOMIA

Ementa

Conceito de História Econômica. Relações entre História e Economia. Articulação entre o plano econômico lógico. Pressupostos para as formações econômico-sociais no plano propriamente histórico. Formação, estruturação e dinâmica do sistema e economia mundo. Compreensão de formações econômico-sociais em relação com a estrutura e dinâmica do sistema e economia mundo.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento das questões concernentes à relação entre História e Economia.

Bibliografia básica

FOURQUIN, Guy. **História econômica do ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno – Volumes I, II e III**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990.

Bibliografia complementar

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo: Contraponto, 2003.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

FRIEDEN, Jeffry A. **O Capitalismo Global: História Econômica e Política do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GIAMBIAGI, Fábio, VILLELA, André, CASTRO, e Lavínia Barros de. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. Rio de Janeiro: Editora Câmpus-Elsevier, 2013.

HEILBRONER, Robert. **A História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA MEDIEVAL

Ementa

Poder e imaginário na Idade Média. O saber erudito na Idade Média: as universidades. A Igreja na Idade Média: estrutura e reformas. O Cristianismo e a construção do imaginário

medieval. A espiritualidade na Idade Média. As monarquias e o papado. Tensões e interações sócio-culturais na Idade Média: cristãos, judeus e muçulmanos. Os movimentos sociais e as heresias medievais.

Objetivo Geral

Compreender, no período medieval, aspectos socioculturais que permitem interpretar esse momento histórico como etapa importante da construção do Ocidente Europeu e as raízes medievais da Europa e da América na Idade Moderna.

Bibliografia Básica

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Os três dedos de Adão**: ensaios de mitologia medieval. São Paulo: Editora da USP, 2010.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

DUBY, George. **Guerreiros e Camponeses**: os primórdios do crescimento europeu sec VII – XII. Lisboa: Estampa, 1980.

Bibliografia Complementar

DUBY, Georges. **Idade Média – Idade dos Homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa, Edições 70, 1985.

LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.) **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2017.

VAUCHEZ, André. **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental – séculos VIII a XIII**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995

PCC VI – AS DIVERSAS LINGUAGENS NA PRÁTICA DOCENTE

Ementa

Articulação entre múltiplas linguagens (cinema, televisão, pintura, teatro, literatura, quadrinhos, música etc.) e o ensino de história. As possibilidades para o ensino de história a partir da especificidade das linguagens. A importância da educação estética no ensino de história. Dinâmicas dialógicas entre artefatos culturais em seus contextos de produção e recepção como possibilidade para o ensino de história. A historicidade da relação entre forma e conteúdo e suas possibilidades na diversidade de linguagens. Linguagens e interdisciplinaridade. **Dimensões práticas das atividades discentes**: elaboração de projetos de ensino ou de implementação com base em múltiplas linguagens.

Objetivo Geral

Refletir sobre as possibilidades teórico-metodológicas das diversas linguagens para o ensino de história através da análise de suas construções dialógicas e da importância de uma educação estética, considerando as relações interdisciplinares necessárias para tal análise e as possibilidades de sua utilização para a prática pedagógica.

Bibliografia Básica

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizagens. Campinas: Papirus, 2003.

KARNAL, Leandro. (org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.

Bibliografia Complementar

GUERRA, Fabiana.; DINIZ, Leudjane. “A incorporação de outras linguagens ao ensino de história”. **Revista HISTÓRIA & ENSINO**, Londrina, v.13. p. 127-140, set.2007.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013.

PATRIOTA, Rosângela; PEIXOTO, Fernando; FREIRE, Alcides (org.). **A história invade a cena**. São Paulo: HUCITEC, 2008.

SOBANSKI, Adriane et. al. **Ensinar e aprender história: história em quadrinhos e canções**. Curitiba: Base Editorial, 2009.

COMPONENTES CURRICULARES DO 7º PERÍODO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Ementa

Currículo e a formação de professores de História. Conhecimento histórico X conhecimento histórico escolar: fronteiras e diálogos possíveis. Aprendizagem histórica. Ensino de História: conceitos, categorias e usos didáticos de fontes históricas. Produção didática no campo do conhecimento histórico escolar: livro didático, jogos e outros materiais didáticos – reflexão e produção. Planejamento e avaliação no Ensino de História. Procedimentos metodológicos para o Ensino de História. Investigação dos elementos norteadores do Ensino de História na escola parceira. Projeto de Ensino de História na sala de aula: ações, reflexões e a produção de materiais didáticos e paradidáticos. Relatório parcial da etapa.

Objetivo Geral

Analisar o processo de aprendizagem histórica a partir da reflexão sobre a relação entre a cultura histórica e a cultura escolar, conhecimento histórico acadêmico e conhecimento histórico escolar, bem como os elementos que compõem as dimensões didáticas, epistemológicas, metodológicas e pedagógicas do trabalho docente no cotidiano da sala de aula.

Bibliografia Básica

ROCHA, Helenice. MAGALHÃES, Marcelo. GONTIJO, Rebeca (orgs.). **O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 2009 (Col. Pensamento e ação na sala de aula).

SILVA, Marcos. GUIMARÃES, Selva. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

GANDIN, Danilo. CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Planejamento na sala de aula**. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GIACOMONI, Marcello P. PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2013.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de história**. 13ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Ementa

Estudo das relações étnico-raciais e da história e cultura afro-brasileira e indígena. Reflexão sobre as políticas públicas na educação brasileira voltadas para as relações étnico-raciais. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva - a questão das cotas. Movimentos sociais e justiça social. Conceitos de raça, etnia, mestiçagem, racismo, racialismo, preconceito, discriminação, identidade, diversidade e diferença. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Grupos étnicos, interculturalidade e decolonialidade.

Objetivo Geral

Conhecer e refletir sobre aspectos da história e cultura afro-brasileira e indígena com vistas a fornecer subsídios aos futuros docentes para atuar no combate à discriminação e na construção de modelos de educação interculturais.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: MAZA Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Educação antirracista**: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, 2005.

CANDAU, Vera Maria (org.) **Sociedade, Educação e Cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

SILVA, Mozart Linhares da. **Educação, Etnicidade e Preconceito no Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

THEODORO, Mário (org.) **As Políticas Públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Ementa

Elaboração do projeto de pesquisa em História.

Objetivo Geral

Elaborar o Projeto de Pesquisa visando o desenvolvimento de monografia, projeto de implementação ou artigo científico.

HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Ementa

Questões teórico-metodológicas para a pesquisa e o ensino da História da África. Emergência da historiografia profissional na África: debates e combates por autonomia e descolonização epistemológica. História: temporalidades e territorialidades plurais na história do continente africano; revoluções tecnológicas e hominização. Civilizações clássicas no Nilo e Chifre Africano. Reinos e Impérios. África Tradicional. África e Comércio Internacional. História da Africanização das Religiões Monoteístas e o Islã Africano. África e a Presença Europeia: processos de resistência, dominação e racialização. África e Modernidade: abalo das estruturas tradicionais e o problema do comércio de pessoas. África no Sistema Mundo Moderno. Racismo e Antirracismos. Pan-africanismo; Independências Africanas. África Contemporânea. Diáspora e Afrodescendências nas Américas. História da Diáspora Negra: Movimentos de Resistência Negra no Brasil. Ensino da História da África na Educação Básica no Brasil.

Objetivo Geral

Problematizar a produção historiográfica sobre a África e Afro-descendências, estimulando o interesse para a pesquisa e o ensino na área, observando a multiplicidade histórica intracontinental, bem como a articulação do continente africano ao sistema-mundo em diferentes temporalidades, tomando em consideração as dinâmicas das relações entre a África e o Brasil.

Bibliografia Básica

KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África**, vol. I a VIII. São Paulo: Ática; Paris, Unesco, 1982.

M' BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações** (Vol I e II). São Paulo: Casa das Áfricas, Salvador: Ed. UFBA. 2011.

GATES JÚNIOR, Loius. **História dos Negros na América Latina**. São Paulo: Cia das Letars. 2014.

Bibliografia Complementar

COSTA E SILVA, Alberto. **Um Rio Chamado Atlântico**. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2003.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: Visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

M'BEMBE, Achile. **Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada**. Ramada: Ed. Pedago, 2014.

MUNANGA. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

PANTOJA, Selma e ROCHA, Maria José (orgs.). **Rompendo Silêncios: História da África nos currículos da educação básica**. Brasília: DP Comunicações, 2004.

ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA

Ementa

Os indígenas na escrita da história: representações, narrativas e perspectivas teóricas (antropologia histórica, etno-história, história indígena). A escrita indígena da história: história(s), tempo e narrativas. Histórias e culturas ameríndias. Políticas indígenas e indigenistas no Brasil. Educação escolar indígena. Fontes e metodologias para o ensino da temática indígena em sala de aula.

Objetivo Geral

Problematizar a escrita da história sobre e pelos indígenas, elencando a multiplicidade de fontes, temas e metodologias no ensino da história e cultura indígena em sala de aula em

cumprimento ao disposto pela Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 e no sentido de aproximação com as novas perspectivas no campo da educação, cultura, história e linguagem a partir da decolonialidade na produção do conhecimento histórico e de uma educação intercultural.

Bibliografia Básica

CUNHA, Manuela Carneio da (org.). **História dos Índios no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 BERGAMASHI, Maria Aparecida *et. al.* (org.). **Povos indígenas & Educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
 SILVA, Aracy Lopes da. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNSECO, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Manuela Carneiro. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2001.
 JECUPÉ, Kaká Wera. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. São Paulo: Peirópolis, 1998.
 LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
 LUCIANO, Gersem; OLIVEIRA, Jô; HOFFMAN, Maria (orgs.) **Olhares indígenas contemporâneos**. Brasília: Centro Indígena de Pesquisa, 2010.
 SILVA, A.L. da. FERREIRA, M.K.L. **Práticas pedagógicas na escola indígena**. São Paulo: Global, 2001.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA, RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE

Ementa

História das Religiões: elementos teórico-metodológicos. Historicização das categorias de análise para a história das religiões: religião, crença, fé, culto, rito, mito. Religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo. Interculturalidade, transculturalidade e aculturação: problematizações sobre o contato entre religiões. Religiões tradicionais, étnicas, antigas: sagrado selvagem e alteridade. Religiões indígenas e colonialidade. Experiência religiosa negro-brasileira.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento das questões concernentes à relação entre História, Religião e Religiosidades.

Bibliografia Básica

ADRIANI, Maurilio. **História das Religiões**. São Paulo: Ed. Perspectivas do homem. 2002.
 GAADER, Jostein. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Ebook
 FORTES LIA, Cristine. **História das religiões e religiosidades: contribuições e novas abordagens**. Revista Aedos n. 11 vol. 4 - Set. 2012. PDF

Bibliografia Complementar

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Ebook
 BENJAMIN, Walter. **Capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ELIADI, Mircea. **História das Crenças e das Ideias Religiosas**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014. Col. Vol. I, II e III.

PIERUCCI, A. F. e PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. **Entre a cruz e a encruzilhada**. São Paulo, Edusp, 1996.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA E DIVERSIDADE

Ementa

Reflexão conceitual sobre diversidade, identidade, diferença, igualdade e equidade. Globalização e Multiculturalismo. Direitos humanos e cidadania. Direitos das minorias étnicas, sexuais, ciganos, ribeirinhos, quilombolas, deficientes, idosos, mulheres. Diversidade Sexual. Gênero e diversidade sexual nas escolas. Igualdade Racial. Pluralidade étnico-racial. Diversidade cultural. Diálogo Intercultural. Inclusão.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento das questões concernentes à relação entre História e Diversidade.

Bibliografia Básica

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CANDAU, Vera Maria. **Somos tod@s iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

Bibliografia Complementar

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA, MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ementa

O tema transversal meio ambiente nos documentos oficiais. O capitalismo contemporâneo e a crise ambiental. Movimento ambientalista, preservacionismo e recuperacionismo. Racismo ambiental. Sustentabilidade. Educação ambiental. História Ambiental. Natureza e antropocentrismo. O meio ambiente nas aulas de História. Representações e apropriações simbólicas da natureza.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento

das questões concernentes à relação entre História, meio ambiente e educação ambiental.

Bibliografia Básica

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PADUA, José Augusto. "As bases teóricas da história ambiental". **Estud. av.**[online]. 2010, vol.24, n.68, pp. 81-101.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar

DEAN, Warren. **A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

PADUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

THOMÁS, Keith. **O homem e o mundo natural. Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

WORSTER, Donald. "Para fazer história ambiental". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v, n. 8, 1991, p. 198- 215.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA E FORMAÇÃO INTEGRADA

Ementa

Fundamentos políticos, filosóficos e educativos da construção ser humano omnilateral pela via da educação e do pensar a elaboração do currículo; fundamentos da interdisciplinaridade e da ética; historicidade do currículo integrado; experiências de currículo integrado na educação básica e educação profissional e tecnológica.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento das questões concernentes à relação entre História e Formação Integrada.

Bibliografia Básica

FAZENDA, I. C. A. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou ideologia**. Coleção "Realidade Educacional" – IV. São Paulo, 1997.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna..** Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

RAMOS, M. "Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado". In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

BÁRBARA, Maristela Miranda; MIYASHIRO, Rosana; e GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **Experiências de Educação Integral da CUT: práticas em construção: Educação de Jovens e Adultos**, Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CANDAU, Vera Maria. (org). **Didática, Currículo e Saberes Escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. “Mudanças no mundo do trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o ensino médio”. **Diferenças entre formação técnica e tecnológica**. Educação & Sociedade, Campinas, ano 21, abr. 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1998.

PCC VII – FORMAÇÃO DE PROFESSORES, EDUCAÇÃO E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

Ementa

Educação e direitos humanos. Estado, políticas públicas, igualdade social e diversidade. Construção sócio-histórica das lutas dos movimentos sociais por uma educação inclusiva através do respeito às diferenças. Relação entre discriminação e trajetória escolar. Desafios da educação inclusiva num contexto escolar de inclusão e exclusão sociocultural. Estratégias pedagógicas para a transformação de práticas no sentido do reconhecimento e do respeito às diferenças, que valorizem, de um lado, a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, e, de outro, que sejam comprometidas com as políticas de acessibilidade atitudinal, comunicacional, pedagógica e arquitetônica. **Dimensões práticas das atividades discentes**: 1) propor e executar um *projeto de pesquisa* em ambiente educacional com objetivo de mapear políticas educacionais voltadas para o respeito às diferenças; 2) propor *projeto de implementação* que tenham por princípio o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização do respeito às diferenças.

Objetivo Geral

Analisar a ação do Estado em termos da realização de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade social e da diversidade – assim como as práticas que violam e limitam as mesmas – e sensibilizar para a necessidade de promover uma educação inclusiva através da criação de estratégias pedagógicas voltadas para o reconhecimento e o respeito às diferenças e que valorizem a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, dentre outras.

Bibliografia Básica

CARBONARI, Paulo César. **Direitos humanos: sugestões pedagógicas**. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2010.

CARRARA, Sérgio et al. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Bibliografia Complementar

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (orgs.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014.

BRANCO, Angela M.C.U.A. & OLIVEIRA, Maria C.S.L. **Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

HALL, Stuart. **Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

THEODORO. M. (org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA. 2008.

COMPONENTES CURRICULARES 8º PERÍODO

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA E FILOSOFIA

Ementa

Distinções e confluências conceituais entre Filosofia da História, Teoria da História e da Historiografia. Temporalidade, memória, identidade, alteridade e diferença, objetividade e subjetividade à luz da História da Filosofia. Diálogo da História enquanto categoria ontológica com a práxis historiográfica. A perspectiva filosófica de análise da História a partir da leitura de autores clássicos.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento das questões concernentes à relação entre História e Filosofia.

Bibliografia Básica

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
WALSH, William Henry. **Introdução à Filosofia da História**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

Bibliografia Complementar

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história". In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
KANT, Immanuel. **Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
NIETZSCHE, Friedrich. "II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida". In: **Escritos sobre História**. Rio de Janeiro: Loyola, 2005.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Ementa

História e Ciências Sociais como áreas afins; Trabalho teórico e metodológico interdisciplinar entre História e Ciências Sociais; Apropriações de conceitos e de categorias construídas nas Ciências Sociais por historiadores; Abordagens de processos históricos (transformações no espaço e no tempo) por cientistas sociais; Relações entre História e Ciências Sociais a partir de temas, objetos, conceitos ou categorias como: espaço, tempo, estrutura, conjuntura, modernidade, pós-modernidade, continuidade, ruptura, passado, presente, Estado, poder, democracia, nação, memória, patrimônio, cultura, indivíduo, sujeito, experiência, identidade, gênero, raça/etnia, modo de produção, formação social, classe social, trabalho, escola, educação, violência, juventudes, participação política, religiões, intelectuais.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento das questões concernentes à relação entre História e Ciências Sociais.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio Forastieri da (orgs.). **Nova história em perspectiva**. Volume 1: propostas e desdobramentos. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

Bibliografia Complementar

BOURDIEU, Pierre. "Sociologia". In: ORTIZ, Renato (org). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

DURKHEIM, Émile. "Sociologia". In: RODRIGUES, José Albertino (org). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MARX, Karl. "Sociologia". In: IANNI, Octavio (org). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Ementa

Introdução a Geografia. Introdução a Geografia Histórica. As Categorias da ciência geográfica. A categoria Espaço geográfico. Espaço e Tempo. A paisagem e os diferentes tempos. Pesquisas em Geografia Histórica. A Formação Socioespacial enquanto método. Domínios morfoclimáticos e fitogeográficos do Brasil. Apropriação do espaço brasileiro. Formação e evolução do território brasileiro. Planejamento governamental: organização do espaço nacional.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento das questões concernentes à relação entre História e Geografia.

Bibliografia Básica

ABREU, Maurício. de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 - 1700)**. Rio de Janeiro: Editora Andrea Jakobsson, 2010.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.) **Geografia**: Conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1978.

Bibliografia Complementar

ABREU, Mauricio de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

CAPEL, Horácio. **Filosofia e Ciência Geográfica na contemporaneidade**: uma introdução a Geografia. Maringá-PR: Massoni, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Espaço, Corpo do Tempo: A Construção Geográfica das Sociedades.** tese de doutoramento, USP, 1993.

SANTOS, Milton: **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: Annablume, 2003.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA E INTERDISCIPLINARIDADE

Ementa

Conceituação de interdisciplinaridade; interdisciplinaridade e ética; interdisciplinaridade e ensino superior; interdisciplinaridade na escola: oficina; interdisciplinaridade e complexidade histórico-cultural.

Objetivo Geral

Circunstanciar as diferentes apropriações conceituais, temáticas e seus desdobramentos para a formação na pesquisa histórica e no ensino de história a partir do aprofundamento das questões concernentes à relação entre História e Interdisciplinaridades.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Sebastião Cláudio. **Interdisciplinaridade na escola:** conceituação e exercício a partir de oficinas. Goiânia: Editora UFG, 2006.

FAZENDA, Ivany. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro:** efetividade ou ideologia. Coleção “Realidade Educacional” – IV. São Paulo, 1997.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Bibliografia Complementar

BÁRBARA, Maristela Miranda; MIYASHIRO, Rosana; e GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **Experiências de Educação Integral da CUT:** práticas em construção: Educação de Jovens e Adultos, Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CANDAU, Vera Maria. (org). **Didática, Currículo e Saberes Escolares.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis.** Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1998.

EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS (EJA)

Ementa

Contextualização histórica, econômica e sociocultural da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil: trajetórias de formação e de escolarização. A EJA como resultante dos processos de exclusão na história da educação brasileira. Políticas públicas e marcos legais para a EJA na atualidade: programas e propostas. Os sujeitos sociais da EJA. Perspectivas teórico-metodológicas para a modalidade EJA: a sala de aula como espaço da diversidade. A educação popular e a construção do conceito contemporâneo de educação de jovens e adultos: experiências freireanas. Currículos, materiais didáticos e formação de professores para a EJA.

Objetivo Geral

Compreender o contexto e a função histórica, econômica e sociocultural da EJA no Brasil, com base nos marcos legais, programas e propostas teórico-metodológicas para a modalidade, problematizando-a como possibilidade formativa dos sujeitos sociais construtores de história e de cultura, tendo como referência as especificidades desses sujeitos, a partir de análise das relações de interrupções do processo de aprendizagem escolar, dos processos pedagógicos e das experiências que compõem o acervo educacional brasileiro, incluindo a formação de professores para essa modalidade.

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2001.

GRACIANO, Mariângela; LUGLI, Rosário S. G. (orgs). **Direitos, diversidade, práticas e experiências educativas na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Alameda, 2017.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. Instituto Paulo Freire.

Bibliografia Complementar

BARCELOS, Valdo. **Formação de Professores para Educação de Jovens e Adultos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

BRANDÃO, Carlos. R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Educação de adultos como direito humano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009.

HADDAD, Sergio. **Ensino supletivo no Brasil**: o estado da arte. Brasília: Inep, 1987.

PINTO, Álvaro V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 15ª ed. São Paulo Cortez, 2010.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Ementa

Percursos formativos do professor: a constituição da identidade docente. Docência Compartilhada e Modelo Colaborativo de Estágio: reflexões e experiências. Literacia histórica e a sala de aula como campo e espaço de investigação. Escrita da história e o plano de aula: as sequências didáticas problematizadoras. Elaboração e execução do Plano de Trabalho em Docência Compartilhada e do Plano de Regência. Produção do artigo de relato de experiência: percurso formativo e as experiências do Estágio Curricular Supervisionado. Seminário de Estágio Curricular Supervisionado.

Objetivo Geral

Refletir sobre o processo formativo do professor e de sua identidade docente nas experiências de escolarização, formação inicial e contatos com o trabalho docente, de modo a evidenciar a complexidade que envolve o fazer-se professor e a sua profissionalização frente aos desafios do mundo contemporâneo e nas diferentes etapas do estágio curricular supervisionado, culminando em uma proposta de compartilhamento de docência em sala de aula.

Bibliografia Básica

CALDERANO, Maria da Assunção (org.). **Estágio Curricular**: concepções, reflexões teórico-práticas e proposições. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

LAGOA, Ana M. GRINBERG, Keila. GRINBERG, Lucia. **Oficinas de História**: projeto curricular de ciências sociais e de história. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

SILVA, Marcos (org.). **História**: que ensino é esse? Campinas, SP: Papirus, 2013.

Bibliografia Complementar

BARCA, Isabel. SCHMIDT, Maria Auxiliadora (orgs.). **Aprender história: perspectivas da Educação Histórica**. Ijuí: Unijuí, 2009.

FABREGAT, Clemente Herrero. FABREGAT, Maria Herrero. **Como preparar uma aula de História**. Lisboa: Edições Asa, 1991.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Ementa

Submissão do projeto de pesquisa e de seus resultados ao Seminário de Qualificação. Redação do Trabalho de Conclusão de Curso. Defesa pública do texto final.

Objetivo Geral

Redigir e fazer a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

PCC VIII – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO HUMANA E TECNOLOGIAS

Ementa

Fundamentos teórico-metodológicos das relações entre as tecnologias e a educação. Processos formativos mediados pelas tecnologias digitais em rede. Educação em rede, mídias e formação de professores. Educação à distância e ambientes virtuais de aprendizagem. Culturas digitais juvenis. Grandes mídias e mídia alternativa. **Dimensões práticas das atividades discentes:** 1) apresentação de plano de aula no qual o ambiente virtual ou as mídias sejam parte dos recursos; 2) projeto de intervenção (ciclo de palestras, oficinas, workshops, exposições etc.) voltado para a questão da educação, formação humana e tecnologias; 3) produção de material didático que envolva o debate em torno das tecnologias digitais.

Objetivo Geral

Compreender as relações entre as tecnologias e a educação numa perspectiva epistemológica, de forma a identificar os fundamentos pedagógicos da organização do ensino de História com tecnologias.

Bibliografia Geral

HEIDEGGER, M. "A questão da técnica". **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-98, 2007.

NEDER, R. T. (Org.). **Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/ Centro de Desenvolvimento Sustentável. Ciclo de Conferências Andrew Feenberg. Série Cadernos Primeira Versão: CCTS - Construção Crítica da Tecnologia & Sustentabilidade. v. 1, n. 3, 2010.

SANCHO, Juana María; HERNÁNDEZ, Fernando. (Org.). **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Bibliografia Complementar

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. Volumes 1, 2 e 3.
- ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo; PEIXOTO, Joana; CARVALHO, Rose Mary Almas. (Org.). **Ecos e repercussões dos processos formativos nas práticas docentes mediadas pelas tecnologias**. Goiânia: Kelps. 2015.
- PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Volumes 1 e 2.
- PRETTO, Nelson De Luca. **Uma escola sem/com futuro**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- RÜDIGER, Francico. **As teorias da cibercultura**. Perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

19. Tópicos Especiais – Disciplinas Optativas

Ao final do curso, o aluno da Licenciatura em História deverá cursar quatro disciplinas optativas diferentes, perfazendo um total de 216h. As optativas ofertadas pelo curso de Licenciatura em História colocam-se abertas para receberem matrículas dos alunos de outros cursos do IFG – Campus Goiânia. Fica também assegurado o direito dos licenciandos em História de cursarem disciplinas em qualquer curso da instituição sempre que houver essa possibilidade constituída no IFG. Todavia, independentemente da carga horária da disciplina do curso ofertante ser maior que a exigida no curso de História, para efeitos de aproveitamento dos créditos, apenas será contabilizada 54h – carga horária estabelecida para cada disciplina optativa do curso de Licenciatura em História.

Com o propósito de assegurar ao licenciando em História do IFG uma formação em diálogo com outros campos e áreas de conhecimento, as disciplinas optativas deverão prioritariamente ser destinadas aos docentes que não pertencerem ao quadro de professores do núcleo específico.²¹ Todavia, na ausência de declaração de interesse para oferta de optativas por parte desses docentes, as disciplinas em questão passam a ser de responsabilidade dos professores da área de História.

A declaração de interesse para oferta de optativas deve ser realizada a cada final de semestre letivo por ocasião da construção do horário do curso de Licenciatura em História para o semestre subsequente.²² O docente interessado deverá encaminhar à Coordenação do Curso o programa de curso da disciplina que pretende oferecer na licenciatura. Esse procedimento objetiva garantir a realização do processo de matrícula semestral sem intercorrências.

²¹ A priorização em questão será garantida até que os demais cursos de licenciatura do IFG, campus Goiânia, ofertem disciplinas optativas abertas aos licenciandos em História.

²² A disciplina optativa poderá ser ofertada por até dois docentes, que dividirão suas atividades ao longo de um semestre letivo. Todavia, a oferta conjunta de uma optativa não implicará obrigatoriamente em redução de carga horária de disciplinas sob responsabilidade de qualquer um desses docentes.

Com o intuito de inibir que as disciplinas optativas se transformem em disciplina não eletivas deve-se constituir um sistema de rodízio entre as ofertas das optativas. Na prática, isso significa que uma mesma proposta de disciplina não pode ser ofertada em dois ou mais semestres consecutivos. Para além de oportunizar que cada vez mais docentes possam contribuir e estabelecer diálogos no curso de Licenciatura em História, esse sistema objetiva garantir o caráter eletivo das disciplinas optativas. Deste modo, sugere-se que a recondução de uma proposta de disciplina já ofertada no curso só ocorra após o intervalo de dois semestres.

Para os casos em que o docente tiver ofertado disciplina optativa e apresentar interesse em ofertar uma nova proposta de disciplina no semestre subsequente, ele terá sua proposta aceita pela Coordenação de Curso apenas na situação de não existir outro professor interessado em apresentar proposição de optativa. Abaixo, listam-se os tópicos especiais a serem ofertados:

- 1) Tópicos Especiais em História, Imaginário e Poder
- 2) Tópicos Especiais em História e Linguagens
- 3) Tópicos Especiais em História, Educação e Cultura
- 4) Tópicos Especiais em História e Ações Coletivas
- 5) Tópicos Especiais em História e Trabalho
- 6) Tópicos Especiais em História e Economia
- 7) Tópicos Especiais em História, Religião e Religiosidades
- 8) Tópicos Especiais em História e Diversidade
- 9) Tópicos Especiais em História, Meio Ambiente e Educação Ambiental
- 10) Tópicos Especiais em História e Filosofia
- 11) Tópicos Especiais em História e Ciências Sociais
- 12) Tópicos Especiais em História e Geografia
- 13) Tópicos Especiais em História Antiga Ocidental
- 14) Tópicos Especiais em História Medieval
- 15) Tópicos Especiais em História e Formação Integrada
- 16) Tópicos Especiais em História e Interdisciplinaridade

20. Coordenação do Curso de Licenciatura em História

A Coordenação do Curso de Licenciatura em História está subordinada à Coordenação de Ciências Humanas e Filosofia. O Coordenador do Curso é indicado no

âmbito do colegiado do curso de História, composto por todos os docentes que atuam no Curso de Licenciatura. Priorizam-se para a indicação à função, professores que possuam sua formação em História, que já tenham obtido o título de Doutor/a e possuam regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, além de considerar a experiência profissional de magistério superior e de gestão acadêmica. Em caso de mais de um nome indicado no interior do colegiado, haverá votação em reunião convocatória com pauta informada previamente.

O/a coordenador/a é membro nato do Conselho Departamental do Departamento de Áreas Acadêmicas I, bem como do Fórum de Licenciaturas do IFG. Além disso, também é obrigação da coordenação do curso cumprir carga horária mínima estabelecida conforme jornada de trabalho.

20.1. Estratégias Democrático-Participativas de Gestão

Quanto à relação com docentes e discentes e com o intuito de aperfeiçoar o processo de gestão do curso de Licenciatura em História, o presente PPC procura redimensionar a figura do coordenador e sua relação com o colegiado de professores do curso e com os estudantes, idealizando estratégias que visem transformar a todos em protagonistas na condução do PPC e na execução de políticas estabelecidas pelo colegiado. Cabe ressaltar que tanto a Constituição Federal, em seu artigo 206 inciso VI, quanto a LDB (Lei 9394/96), em seu artigo 3º, inciso I, estabelecem como princípios para a educação nacional a “gestão democrática do ensino público”, o que também se identifica no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), que afirma:

A gestão democrática da educação deve ser capaz de envolver os sistemas e as instituições educativas e de considerar os níveis de ensino, as etapas e as modalidades, bem como as instâncias e mecanismos de participação coletiva. Para tanto, exige a definição de conceitos como autonomia, democratização, descentralização, qualidade e propriamente a participação, conceitos esses que devem ser debatidos coletivamente para aprofundar a compreensão e gerar maior legitimidade e concretude no cotidiano.

Compreende-se que a discussão mais abrangente em torno da gestão democrática versa até mesmo sobre a administração dos recursos financeiros destinados às instituições públicas de ensino, o que extrapola as atribuições do coordenador e do colegiado de curso. No entanto, assumindo o coordenador pedagógico como gestor e problematizando seu papel na condução do processo de efetivação do projeto político do curso, a intenção é depreender da discussão teórica em torno da democratização e do

aumento da participação na gestão do ensino público elementos capazes de colaborar para a desejada coletivização na condução do projeto. Assim entende-se que a busca por uma gestão democrático-participativa deve se consolidar como um dos principais esforços do atual PPC, assumindo-se que tal esforço pode redundar em aprimoramentos das dinâmicas cotidianas do curso, como a compreensão mais qualificada dos esforços pelo êxito e pela permanência dos alunos e a efetivação de uma autoavaliação que permita o aperfeiçoamento constante das vivências internas. Segundo Veiga (2008, p. 21)

a gestão democrática implica em principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão [...]

De igual modo, Libâneo (2001, on line) pensa que uma gestão que se assuma como democrático-participativa se esforça por alcançar clareza sobre objetivos assumidos por todos e com decisões tomadas coletivamente e debatidas publicamente. Indica ainda que uma vez assumidas tais decisões, uma gestão que se guia por tais princípios conclama o envolvimento de cada membro do colegiado na parte do trabalho que lhe cabe, bem como a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das decisões tomadas.

É sob essas perspectivas que se concebe uma gestão participativa que objetiva ampliar os processos decisórios e sua efetivação no âmbito das reflexões e práticas que conduzem a experiência cotidiana de docentes e discentes do curso de Licenciatura em História do IFG. Para tanto, propõem-se as seguintes estratégias:

1) Grupos de Trabalho permanentes

No interior do colegiado existem dois Grupos de Trabalho (GTs) fixos: o da Prática como Componente Curricular e o de Estágio. Os dois GTs devem se reunir periodicamente envidando reflexões teóricas e propostas para a condução da PCC e do Estágio no interior do curso. Tais GTs são compostos obrigatoriamente pelos professores responsáveis pelas disciplinas de Estágio e PCCs a cada semestre, e voluntariamente por membros do colegiado que se interessarem pela discussão.

2) Representação Docente

A cada semestre os professores se reúnem por período ao início das atividades semestrais e elegem entre si um docente que serve como representante do período, apenas pelo tempo do semestre em questão. Ele tem a responsabilidade de articular o

compartilhamento dos Planos de Ensino, estimular o debate interdisciplinar e agendar a Reunião Pedagógica de Avaliação Semestral no início do 2º Bimestre. Nesta reunião, realizada exatamente na metade das atividades do semestre, é avaliada a proposta interdisciplinar estabelecida inicialmente, bem como se procede à identificação de situações de alunos que demandam maior atenção por parte da coordenação (dificuldades de aprendizagem, problemas quanto à permanência etc.). Além disso, o representante docente auxilia na aplicação dos processos autoavaliativos do curso, mediando sua realização junto aos discentes.

3) Representação Discente

Assegura-se também que cada período do curso possua um representante discente, eleito pelos alunos que compõem o respectivo período letivo ao início dos semestres letivos, compondo assim um grupo de oito representantes discentes. Todos esses representantes discentes devem compor o colegiado do curso, no semestre do exercício de sua representação. Além destes oito estudantes, participam do colegiado um representante do Centro Acadêmico e outro da Atlética do curso, sempre que tais organizações estiverem articuladas.

4) Reuniões de Colegiado

A coordenação organiza o horário de modo a assegurar um tempo mínimo de 1h30 semanal disponível a todos os períodos, o que oportuniza a que a maioria dos professores possa participar das reuniões de colegiado, sejam elas em caráter convocatório ou não, fortalecendo assim a oportunidade de debate e do envolvimento em torno das deliberações encaminhadas coletivamente.

5) Assembleia do Curso

Para além da representação discente no Colegiado, sempre que se fizer necessário assegura-se a realização de Assembleia Geral do Curso, com a presença de todos os docentes e discentes com direito a voz e voto, quando se apresentarem demandas de interesse coletivo que possuam aspectos delicados a serem considerados de forma mais ampla e abrangente.

6) Relação entre NDE e Colegiado

A organização e composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso obedece ao disposto na Resolução n 01/2010 do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES). Segundo tal resolução, o NDE constitui-se de um grupo de

docentes com a atribuição de acompanhar a concepção, consolidação e atualização do projeto pedagógico do curso, contribuindo para seu desenvolvimento e constante autoavaliação. A composição deste grupo deve levar em consideração membros docentes do colegiado do curso que exerçam liderança acadêmica percebida na produção de conhecimento referente à área. O grupo é composto de no mínimo 5 e no máximo 7 docentes, com titulação mínima de mestre, sendo que pelo menos 20% do total de membros deve trabalhar em regime de dedicação exclusiva. Quanto ao mandato, ele deve ser de no mínimo 3 anos – conforme Parecer nº 04/2010 do CONAES – com possibilidade de recondução por mais 3 anos. O mesmo parecer orienta a que não se proceda à substituição de todos os membros de uma única vez, garantindo-se assim a perspectiva da continuidade e da memória dos debates e deliberações. Nesse sentido, a recomposição do NDE deverá manter no mínimo 50% da composição em andamento, devendo sempre ser realizada no âmbito das reuniões de colegiado do curso, com informação prévia da pauta, e em caso de haver mais de uma indicação, realizar-se-á votação com o quórum presente na reunião.

A Resolução 01/2010 do CONAES que normatiza o NDE, coloca-o como instância soberana nos termos de avaliação e desenvolvimento do curso perante o seu Colegiado. Entretanto, a cultura institucional do curso estabelece que as deliberações mais abrangentes propostas pelo NDE também devam ser debatidas e socializadas com o Colegiado, fortalecendo a democratização do acesso às tomadas de decisão.

21. Corpo Docente

Tabela 1 – Corpo Docente do Curso Superior de Licenciatura em História

Nome	Formação inicial/Titulação	Regime de Trabalho
André Costa Aciole da Silva	História/Doutor	DE
Camila Costa de Oliveira Teixeira Álvares	Pedagogia/Mestre	DE
Denise Elza Nogueira Sobrinha	Pedagogia/Mestre	DE
Dianina Raquel Silva Rabelo	História/Mestre	DE
Fabiane Costa Oliveira	História/Doutora	DE
Flávia Pereira Machado	História/Mestre	DE
Gilda Guimarães	História/Doutora	DE
Gizele Geralda Parreira	Psicologia/Doutora	DE

Janira Sodré de Miranda	História/Mestre	40h
Josué Vidal Pereira	História/Mestre	DE
Joana Peixoto	Pedagogia/Doutora	DE
Luciene Maria Bastos	Pedagogia/Doutora	DE
Mad'Ana Desiree Ribeiro de Castro	História/Doutora	DE
Marcelo Lira Silva	Ciências Sociais/Doutor	DE
Maria Abadia Cardoso	História/Doutora	DE
Maria Eliane Rosa de Souza	Filosofia/Doutora	DE
Mariana Affonso Penna	História/Doutora	DE
Paulo Miguel Moreira da Fonseca	História/Doutor	DE
Rafael Gonçalves Borges	História/Doutor	DE
Rainer Gonçalves Sousa	História/Mestre	DE
Sebastião Cláudio Barbosa	História/Doutor	40h
Sônia Aparecida Lobo	História/Doutora	DE
Soraya Bianca Reis Duarte Gomes	Fonoaudiologia/Doutora	DE
Timóteo Madaleno Vieira	Psicologia/Doutor	DE
Walmir Barbosa	História/Doutor	DE

22. Técnico-administrativos

Tabela 2 – Pessoal Técnico-administrativo vinculado ao Curso Superior de Licenciatura em História

Nome	Cargo	Regime de Trabalho
Aryadne Caetano de Carvalho	Assistente de aluno	40h
Fatianny Didier Sampaio Monteiro	Assistente em administração	40h
Humberto Pires da Paixão	Técnico em Assuntos Educacionais	40h
Juliana Damando Vaz	Assistente em administração	40h
Maraíza Oliveira Costa	Psicóloga	40h
Marcos Paulo Barbosa dos Santos	Assistente de aluno	40h

23. Infraestrutura: Instalações e Equipamentos

Item	Especificação	Qd.
01	Computador Pentium 4,3 GHZ HT, com VIDEO OFFBOARD, com 1 MB de CACHE-BOX com cooler original e manual, placa mãe ASUS P4800 PC 800 Som/Rede - memória DDR %12 MB PC400/3200 - HD IDE 120 GB, placa de VDO AGP8X 564 MB, drive floppy 1.44MB, Gabinete, Teclado, Mouse óptico, CX de som, Monitor LCD de 19", com gravadora e leitora de CD e DVD, estabilizador.	20
02	HUB de 20 portas	01
03	Impressora a laser. Resolução 1024 x 1200 dpi. Velocidade de impressão mínima de 10 ppm (preto e branco) e 8ppm (colorido).	01
04	Scanner - 1200 x 1200 dpi, 48 bits, tecnologia CCD/OCR, painel frontal de 2 botões (digitalizar, copiar), conectividade USB, software HP Photo and Imaging (com HP Instant Share, admite plataformas Microsoft Windows e Mac). Resolução de digitalização por hardware 1200 x 1200 dpi. Resolução de digitalização óptica Até 1200 dpi. Profundidade de bits 48 bits. Tamanho máximo de digitalização 21.6 x 29,7 cm. Tipo de digitalização De mesa. Níveis escala de cinza 256 níveis de cinza. Digitalização em cores Sim. Modo de visualização prévia. Até 14 segundos. Conectividade padrão USB. Portas E/S externas 1 USB. Pronto para rede Nenhum. Cabo em caixa Sim, 1 USB.	01
05	Retroprojektor	05
06	Televisor de 40"	01
07	Filmadora digital com 3CCD e 2,3 MegaPixel. Monitor Lateral colorido, foto digital, flash embutido, controle remoto e zoom. Filmadora com tripé, com conexão através da porta USB. Este equipamento destina-se às filmagens das atividades do projeto (interações entre professores da escola, alunos, pesquisadores) que serão editadas e servirão como fonte empírica para a construção dos dados de investigação.	01
08	Máquina fotográfica digital. Com resolução de 6.0 Mega Pixel. 3X Zoom ótico, 6X zoom digital, Visor LCD de 2" colorido, silicone policristalino e flash embutido. 32MB de memória interna, Lentes Carl Zeiss, alta sensibilidade. Este equipamento destina-se ao registro fotográfico das atividades do projeto.	01
09	Mapa – Egito e Mesopotâmia: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01
10	Mapa – América Pré-Colombiana: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01
11	Mapa – África Pré-Expansão Marítima: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01
12	Mapa – Grécia Antiga: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01
13	Mapa – Roma Monárquica: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01
14	Mapa – Roma República: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01
15	Mapa – Roma Império: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01
16	Mapa – Baixa Idade Média: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01
17	Mapa – Guerras mundiais I e II: Telado, plastificado, com moldura em	01

	madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.					
18	Mapa – Alta Idade Média: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
19	Mapa – Europa Século XVI: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
20	Mapa – Europa Século XVII: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
21	Mapa – Europa Século XVIII: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
22	Mapa – Europa Século XIX: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
23	Mapa – Europa Século XX: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
24	Mapa – Europa Século XXI: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
25	Mapa – América Colonial: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
26	Mapa – América Século XIX: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
27	Mapa – América Século XX: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
28	Mapa – Brasil Colônia I: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
29	Mapa – Brasil Colônia II: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
30	Mapa – Brasil Império: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
31	Mapa – Brasil República: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
32	Mapa – Uma Era de Conflitos: Telado, plastificado, com moldura em madeira superior e inferior medindo aproximadamente 110x90cm.	01				
33	Cinemateca (cinema e vídeo conferência). Descrição: área de 200 m²; 80 cadeiras; projetor de vídeo; televisor LCD; caixas acústicas e amplificadas; mesa de mixagem; estação de vídeo conferência; tocador de DVD.	01				
34	Coordenação de Rádio e Vídeo. Descrição: Ilha de Edição de Vídeo; Salas Acústicas; Gravador Profissional Digital.	01				
35	Sala para laboratório de ensino de História com equipamentos específicos.	01				
36	Sala de pesquisa com dez computadores voltadas para o corpo docente	01				
37	Sala de aula com equipamento multimídia para atividades especiais, sobretudo, para apresentação de trabalhos acadêmicos e de projetos de estudo e pesquisa em andamento e concluídos.	01				
38	Biblioteca: O acervo da biblioteca é composto por 18.964 títulos e 40.857 exemplares de livros; 68 títulos e 268 exemplares de periódicos científicos, 214 títulos e 264 exemplares de DVD'S. Nas áreas de Ciências Sociais aplicadas possui 2.778 títulos e 5.714 exemplares e na de Ciências Humanas possui 3.824 exemplares de livros. Possui ainda 28 títulos e 55 exemplares na área de Ciências Sociais aplicadas e 19 títulos e 67 exemplares na área de Ciências Humanas em periódicos. A biblioteca tem atualmente uma área física disponível de 1.540 m². Descrição do Espaço Físico: <table> <tr> <td>Tipo de Espaço</td> <td>Quant.</td> <td>m² por espaço</td> <td>Área em m²</td> </tr> </table>	Tipo de Espaço	Quant.	m² por espaço	Área em m²	01
	Tipo de Espaço	Quant.	m² por espaço	Área em m²		

Módulos individuais de estudo	104	001 m ²	250
Biblioteca eletrônica – computadores	24	001 m ²	100
Salas de leitura e grupo	114	250	250
Atendimento da Biblioteca	03	Integrado ao Espaço do Acervo	100
Acervo	01	770	670
Secretaria da Biblioteca (Coordenação, referência técnica e processamento técnico).	01	Integrado ao Espaço de Leitura	170
TOTAL GERAL	247		1.540

24. Referências Bibliográficas e Resoluções, Leis e Decretos

24.1. Bibliografia

ABRECHT, Roland. **L'évaluation Formative**: une Analyse Critique. Bruxelles: De Boeck, 1991.

ALLAL, Linda. **Estratégias de avaliação formativa**: Concepções psicopedagógicas e modalidades de aplicação. In L. Allal, J. Cardinet & Ph. Perrenoud (Orgs.), *A Avaliação Formativa num Ensino Diferenciado*. Coimbra: Almedina, 1986, pp. 175-209.

BARREIRA, Carlos. **Avaliação das aprendizagens em contexto escolar**: estudo das atitudes dos docentes face ao modelo de avaliação do ensino básico. Tese de doutoramento não publicada. Universidade de Coimbra. 2001.

BERLAK, Harold. "The need for a new science of assessment". In: _____. et al (orgs). **Toward a New Science of Educational Testing and Assessment**. Albany, NY: State University of New York Press, 1992a, pp. 1-22.

BERLAK, Harold. "Toward the development of a new science of educational testing and assessment". In: _____. et al (orgs). **Toward a New Science of Educational Testing and Assessment**. Albany, NY: State University of New York Press, 1992b, pp. 181-206.

BITTENCOURT, C. M. F. (Org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorde Zahar, 2001.

CALDERANO, Maria da Assunção. O estágio curricular e os cursos de formação de professores: desafios de uma proposta orgânica. In: CALDERANO, Maria da Assunção (org.). **Estágio curricular**: concepções, reflexões teórico-práticas e proposições. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2012, p. 237-260.

- CORTESÃO, Luísa. **A Avaliação Formativa: Que Desafios?** Porto: ASA, 1993.
- CORTESÃO, Luísa & TORRES, Arminda. **Avaliação Pedagógica: Mudança na Escola, Mudança na Avaliação.** Porto: Porto Editora, 1996.
- DEMO, Pedro. **Avaliação sob o Olhar Propedêutico.** São Paulo: Papirus, 1996.
- DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. “Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais”. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2013.
- FERNANDES, Domingos. **Avaliação das Aprendizagens: Desafios às Teorias, Práticas e Políticas.** Cacém: Texto Editores, 2005.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História.** Campinas: Papirus, 2003.
- FREITAS, Luiz Carlos; SORDI, Mara Regina Lemes de; MALAVASI, Maria Marcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Avaliação educacional: caminho pela contramão.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.
- HADJI, Charles. *L'évaluation des Actions Éducatives.* Paris: PUF, 1992.
- LEITE, Carlinda & FERNANDES, Preciosa. **A Avaliação da Aprendizagem: Novos Contextos, Novas Práticas.** Porto: ASA, 2002.
- LIBÂNEO, José Carlos. “O sistema de organização e gestão da escola” In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2001. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LD_B_Gest%C3%A3o.pdf.
- LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** São Paulo: Cortez, 1995.
- MACHADO, Lucília. **Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional.** Brasília, MEC/SETEC, mimeo, 2008.
- MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA. M. A. da. (Org.) **Repensando a História.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- MENEZES, Paulo Henrique Dias. “Formação profissional prática específica do professor: reflexões sobre um modelo colaborativo de estágio curricular supervisionado”. In: CALDERANO, Maria da Assunção (org.). **Estágio curricular: concepções, reflexões teórico-práticas e proposições.** Juiz de Fora, MG: UFJF, 2012, p. 209-235.
- PERRENOUD, Philippe. **La part d'évaluation formative dans toute évaluation continue.** Retirado em 16 de Maio de 2004 de www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/, 1998b.

PERRENOUD, Philippe. **Évaluation formative et évaluation certificative: Postures contradictoires ou complémentaires?** Retirado em 16 de Maio de 2004 de www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lima. **Estágio e Docência**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

QUEIROZ, Rômulo Mota de. **A não conclusão no curso técnico de piano**: um estudo realizado na escola de música da Universidade Federal do Pará. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Doutorado Interinstitucional UFBA/UFPA. Belém: IFBA, 2012.

REIS, José Carlos. **Teoria e História. Tempo Histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Aula de história: evento, ideia e escrita. **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 83-103, jul./dez. 2015.

SANTOS GUERRA, Miguel. **Una Flecha en la Diana**: La Evaluación como Aprendizaje. Madrid: Narcea, 2003.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar História no século XXI**: em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007.

SILVA, Tadeu Lucena da. **Baixa taxa de conclusão dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma proposta de intervenção**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Juiz de Fora: 2013.

SOUSA, Sandra. "Avaliação da aprendizagem nas pesquisas no Brasil de 1930 a 1980". In: **Cadernos de Pesquisa**, 94, 1995, pp. 43-49.

SOUSA, Sandra. "Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo" escolar. **Cadernos de Pesquisa**, 119, 2003, pp. 175-190.

STOCO, Heloisa Pancieri. "A educação de jovens e adultos trabalhadores no PROEJA: acesso e permanência no CEFET-BA". In: **Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. Nº 01, Ano I, Agosto/2010. Disponível em: <<https://www.revistapindorama.ifba.edu.br>>.

TINTO, Vincent. Saída do ensino superior: uma síntese teórica de pesquisas recentes. In: **Revisão da Pesquisa Educacional**. Vol. 45, No. 1 (Winter, 1975), pp. 89-125.

VASCONCELLOS, Celso (2005). *Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança por uma Práxis Transformadora* (7.ª Edição). São Paulo: Libertad.ABREU, Martha. (Org.).

Ensino de História: conceito, temática e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. “Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva”. In: _____. **Projeto Político-Pedagógico da Escola:** uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 2008.

24.2. Resoluções, leis e decretos

BRASIL, MEC. DOCUMENTO ORIENTADOR PARA A SUPERAÇÃO DA EVASÃO E RETENÇÃO. Brasília, 2014.

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica.** Brasília: MEC/Inep, 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: portal.mec.gov.br/plano-nacional-de-formacao-professores-educacao-basica.

GOIÁS (GOVERNO DE). UFG. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia.** Goiânia: Governo de Estado de Goiás; IESA/UFG, outubro de 2017.

GOIÁS (GOVERNO DE). **O que é a Região Metropolitana de Goiânia.** www.secima.go.gov.br

IBGE. **Censo Demográfico.** 2010.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN).

Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Institui a obrigatoriedade do Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Decreto n. 5.224, de 1º de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.

Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2006. Regulamenta o Parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências.

Parecer CNE/CES n. 492, de 04 de julho de 2001. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Resolução CNE/CP 02, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.

Parecer CNE/CP nº 09/2001 de 08 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Parecer CNE/CES nº 15/2005, de 02 de fevereiro de 2005. Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

Parecer CNE/CP nº 28/2001, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

PNUD. FJP. IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas/

Resolução CNE/CP nº 02/2015, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

24.3. Sítios

Secretaria da Educação Básica. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 02/05/2008.

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 02/05/2008.

Secretaria da Educação Superior. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 02/05/2008.

Ensino Médio terá outro modelo – Projeto Pedagógico deve dar aos jovens visão mais ampla do mundo. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 02/05/2008.

24.4. Outros Documentos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Plano de Desenvolvimento Institucional – 2012-2016. Goiânia, mimeo, 2014.

Resolução CONSUP/IFG nº 31, de 02 de outubro de 2017. Aprovar as Diretrizes Curriculares para os cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica.

ANEXOS

ANEXO I

ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO

A disciplina de Estágio Curricular Supervisionado é obrigatória para os cursos de licenciatura. De acordo com as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96 e do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014 de 25 de junho de 2014, e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Professores da Educação Básica, aprovadas por meio de Resolução nº 2 de 01 de julho de 2015, definidas pelo Conselho Nacional de Educação e pela Câmara Superior do Ministério da Educação que referendam as orientações do Parecer CNE/CES 1.263/2001. Também se fundamenta na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) – Conselho Pleno 02 de 19 de fevereiro de 2002, Parecer CNE/CP nº 2, de 09 de junho de 2015. Fundamentado na Lei n. 11.788 de 25 de Setembro de 2008, a qual dispõe sobre o estágio de estudantes, o Estágio Curricular Supervisionado é definido como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior.

Este Regulamento, atendendo as leis acima supracitadas, assim como o disposto na Resolução CONSUP/IFG nº 31, de 02 de outubro de 2017, que define as Diretrizes para os cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Cultura de Goiás, e ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de História, divide o Estágio Curricular Supervisionado em I, II, III e IV e prevê uma carga horária de 405 horas de Estágio Curricular Supervisionado a partir do início da segunda metade do curso. Assim, o Estágio Curricular Supervisionado I, é ministrado no 5º período do curso, num total de 81 horas; Estágio Curricular Supervisionado II é ministrado no 6º período do curso num total de 81 horas; o Estágio Curricular Supervisionado III é ministrado no 7º período num total de 108 horas e, o Estágio Curricular Supervisionado IV é ministrado no 8º Período num total de 135 horas.

TÍTULO I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º – As disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado I, Estágio Curricular Supervisionado II, Estágio Curricular Supervisionado III e Estágio Curricular Supervisionado IV têm como objetivo possibilitar a reflexão teórico-metodológica acerca

do processo educativo, concebendo o mesmo como práxis, a fim de que o acadêmico possa: problematizar, refletir e propor ações a partir da investigação da realidade escolar e de outros espaços educativos não formais; compreender a produção do conhecimento histórico no âmbito da articulação entre ensino e pesquisa; identificar e problematizar os diversos procedimentos didáticos; desenvolver propostas de reflexão e intervenção que possibilitem a construção do conhecimento histórico escolar em diálogo com a pesquisa histórica e a produção historiográfica; compreender as dinâmicas do processo de ensino-aprendizagem em História, em diferentes espaços educativos, privilegiando as instituições escolares atuantes na Educação Básica (2ª fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de Formação Técnica Integrada de Nível Médio, preferencialmente da Rede Pública de Ensino (Redes Federal, Estadual e Municipal); que articulem ações condizentes ao trabalho docente; e ainda espaços educativos não formais como museus, memoriais, acervos documentais e/ou monumentais, arquivos públicos, entre outros espaços e projetos educativos.

Art. 2º – O Estágio Curricular Supervisionado em História é disciplina teórica e prática. A fundamentação teórica é ministrada em sala de aula, durante todo o ano letivo com carga horária de 4 h/a semanais, para as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado I, II, III e IV, de acordo com o Currículo Pleno do Curso de Licenciatura em História; assim como nas reflexões e ações oriundas da relação entre a Instituição Formadora e o campo de Estágio. O Estágio Curricular Supervisionado se constitui nas ações didático-pedagógicas e de pesquisa desenvolvidas em escolas de Ensino Fundamental e Médio da comunidade, assim como em outros espaços educativos, cumprindo carga horária conforme exigência legal do MEC (Ministério da Educação), do CNE e do CEE (Conselho Estadual de Educação), qual seja, 405 horas de Estágio Curricular Supervisionado. Estas estão distribuídas em Estágio Curricular Supervisionado I, num total de 81 horas; Estágio Curricular Supervisionado II num total de 81 horas; o Estágio Curricular Supervisionado III num total de 108 horas e, o Estágio Curricular Supervisionado IV num total de 135 horas. As duas partes de que trata este artigo, ou seja, teoria e prática/ ensino e pesquisa serão desenvolvidas concomitantemente e de forma articulada.

Art. 3º - O Estágio Curricular Supervisionado está submetido ao NDE do curso, ao Colegiado de Professores do Curso de Licenciatura em História e ao Grupo de Trabalho de Estágio, composto pelos (as) professores (as) que ministram as disciplinas de Estágio e demais membros (as) do colegiado interessados, e ainda pelo (a) Coordenador (a) do Estágio e pelo (a) Coordenador (a) do Curso de Licenciatura em História.

Art. 4º – Em cada período, cada professor (a) orientador (a) deve elaborar seu plano de ensino, de acordo com as dimensões aqui sugeridas.

I – Aulas expositivas dialogadas, leitura e problematização de textos concernentes aos Processos Educativos e ao Ensino de História, considerando suas especificidades, a relação com as reflexões histórica e historiográfica, os materiais didáticos, as fontes e metodologias do Ensino de História.

II – Orientação na elaboração dos projetos de pesquisa, ensino e intervenção, planos anuais, de unidades e de aulas, com base nos programas curriculares e modelos de planejamento adotados nas escolas parceiras e/ou diferentes espaços educativos. Os alunos deverão ter acesso aos diferentes materiais didáticos de história referentes às realidades nas quais estiver estagiando, para fundamentar seu planejamento.

III – Promover discussões com os alunos estagiários com vistas a socializar e problematizar a própria experiência na escola parceira ou espaços educativos não formais.

IV – Analisar com os alunos a importância do Ensino de História para compreensão das condições históricas do ensino e da educação em geral nos diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como nas instituições de ensino.

V – Elaboração e execução de ações diversas como projetos de pesquisa e de ensino, oficinas temáticas, produção de materiais didáticos, mostras, entre outras propostas de acordo com as necessidades e interesses identificados no âmbito da realidade em que os estagiários estejam inseridos (Estágio Curricular Supervisionado I, Estágio Curricular Supervisionado II e Estágio Curricular Supervisionado III) e de Projeto de Docência Compartilhada e de Regência (Estágio Curricular Supervisionado IV), com o intuito de refletir sobre a realidade observada e a proposição de indicativos de possibilidades de transformação da mesma.

VI – Orientar a redação do Relatório de Estágio ao final de cada etapa (Estágio Curricular Supervisionado I, II e III) e do Artigo de Relato de Experiência ao final do Estágio Curricular Supervisionado IV e socializá-lo por meio do Seminário de Estágio Curricular Supervisionado.

TÍTULO II

DA PARTE TEÓRICA

Art. 5º – A parte teórica do Estágio Supervisionado em História destina-se a propiciar os subsídios teóricos e metodológicos, elucidando a relação entre teoria e prática, ensino e

pesquisa no conhecimento dos processos educativos em geral, e em particular relacionados aos processos didáticos e metodológicos da disciplina História.

Art. 6º – A avaliação da parte teórica deverá ser feita priorizando a constituição da identidade docente e do perfil profissional conforme o PPP do Curso de História, utilizando os diversos instrumentos preconizados nos planos de trabalho.

Parágrafo 1º – O rendimento da parte teórica será avaliado por meio das atividades estabelecidas no plano de curso.

Parágrafo 2º – Serão aprovados os alunos que atingirem a média final estabelecida pelo IFG e com frequência mínima de 75%. Para a aprovação, os alunos deverão cumprir todas as atividades propostas, em termos teóricos e práticos, para o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado.

Parágrafo 3º – A avaliação se dará de modo processual e sistêmico, ao longo do semestre. O desenvolvimento dos princípios e atribuições profissionais previstas nas diretrizes curriculares deverão ser acompanhadas/orientadas individualmente pelos professores orientadores, recebendo menções avaliativas.

Alínea 1 – O(a) aluno(a) que não alcançar a menção média em cada uma das atividades deverá reeditá-la, num prazo estabelecido pelo(a) professor(a), caso contrário, ficará retido(a) na disciplina.

TÍTULO III

DA PARTE PRÁTICA

Art. 7º – O Estágio Curricular Supervisionado consiste no desenvolvimento, junto, às instituições de Educação Básica, públicas e privadas de Ensino Fundamental e Médio da comunidade e demais espaços educativos não formais, das atividades constantes deste regimento e regulamento e aquelas propostas no plano de trabalho do Estágio Curricular Supervisionado, o qual corresponderá a 405 horas.

Art. 8º – O Estágio Curricular Supervisionado será dividido nas seguintes fases:

I – INSERÇÃO INICIAL EM ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO FORMAIS (ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I) – esta fase se caracteriza pela presença do

estagiário em espaços educativos não formais como museus, memoriais, arquivos, acervos documentais e/ou monumentais. A fim de investigar as propostas e problemáticas de tal realidade por meio de diferentes instrumentos de pesquisa (aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas, observação participante, levantamento e análise de documentos pertinentes ao espaço/ projeto educacional, entre outros) e identificar questões problematizadoras para a reflexão sobre as concepções e práticas desencadeadas nestes espaços que serão norteadoras da proposição de um Projeto de Ensino pelos estagiários.

II – INSERÇÃO INICIAL NO ESPAÇO ESCOLAR (ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II) – nesta etapa do Estágio, o licenciando se insere no âmbito da instituição escolar formal a fim de investigar todos os elementos que compõem o cotidiano deste espaço como legislação educacional, o Projeto Político Pedagógico, gestão escolar, funcionamento e organização da instituição, comunidade escolar, entre outros. Por meio de diferentes instrumentos de pesquisa, os estagiários identificarão as necessidades e interesses da comunidade escolar como um todo para que seja elaborado um Projeto de Intervenção na escola, no sentido de situar o professor em formação como parte de uma totalidade que é a escola em relação com a sociedade.

III – INSERÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE FORMAÇÃO (ESTÁGIO SUPERVISIONADO III) – o licenciando, nesta etapa do Estágio Curricular Supervisionado, estará em contato direto com a sua área de formação ao acompanhar o cotidiano da sala de aula da disciplina de História, analisando o processo de aprendizagem histórica, o perfil socioeconômico da turma, percurso formativo e atuação profissional do professor regente, relação professor - aluno, materiais didáticos, concepção de história, metodologia de ensino, estratégias didáticas, relação ensino e pesquisa na atuação docente, proposta pedagógica do docente, trabalho com conceitos e fontes históricas, planejamento, avaliação, entre outros elementos; no sentido de propor ações (projetos de ensino, oficinas temáticas, produção de materiais didáticos e paradidáticos, mostras, elaboração de diferentes instrumentos para o Ensino de História, entre outros) a partir das necessidades e demandas identificadas na investigação;

IV – DOCÊNCIA COMPARTILHADA E PROJETO DE REGÊNCIA NA DISCIPLINA HISTÓRIA (ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV) – na última etapa do Estágio Curricular Supervisionado o licenciando, inserido na escola e nas aulas da disciplina História, vivencia a docência compartilhada, a partir da relação dialógica e

interativa entre professor regente e estagiário no decorrer do semestre letivo. A Docência Compartilhada é organizada por meio da construção do Plano de Trabalho, em que o estagiário poderá desenvolver junto ao professor regente diferentes ações/reflexões pertinentes ao trabalho docente (planejamento, levantamento de materiais didáticos, intervenções orientadas nas aulas ministradas pelo professor, elaboração e aplicação de atividades, entre outros). O Projeto de Regência envolve a construção e execução de propostas de intervenções orientadas e acompanhadas tanto pelo professor regente quanto pelo professor orientador da disciplina Estágio Curricular Supervisionado, desenvolvidas individualmente pelo estagiário. Finaliza-se a etapa com a participação do estagiário no Seminário de Estágio Curricular Supervisionado.

TÍTULO IV

DAS DISCIPLINAS

Art. 9º – As Disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado seguirão as seguintes ementas e objetivos e as respectivas cargas horárias para atividades teóricas e práticas, de acordo com as deliberações do NDE do curso, colegiado e do Grupo de Trabalho do Estágio:

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I

C/H – 81

Ementa: Formação docente e estágio com pesquisa: concepções de estágio e o conceito de professor pesquisador. Os sentidos do ensino de história: sujeitos da aprendizagem, cotidiano e práticas culturais. Professor em formação e o ensino de história: espaços e dimensões das práticas educativas. Educação, Memória e os Espaços Educativos não formais. A pesquisa no Estágio e a elaboração de Projetos de Ensino de História fora da sala de aula. Relatório parcial da etapa.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II

C/H – 81

Ementa: O campo de exercício profissional do professor: educação, escolarização e suas interfaces. Currículo em movimento: concepções de currículo, a Base Nacional Curricular Comum e a realidade escolar. Planejamento na escola: o Projeto Político Pedagógico e as ações no cotidiano da escola. Os sujeitos da escola: gestão escolar, trabalho docente e comunidade escolar. A interação professor-aluno no processo educativo. Projeto de

Intervenção no espaço escolar: investigação e ações educativas. Relatório parcial da etapa.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

C/H – 108

Ementa: Currículo e a formação de professores de História. Conhecimento histórico x conhecimento histórico escolar: fronteiras e diálogos possíveis. Aprendizagem histórica. Ensino de História: conceitos, categorias e usos didáticos de fontes históricas. Produção didática no campo do conhecimento histórico escolar: livro didático, jogos e outros materiais didáticos – reflexão e produção. Planejamento e avaliação no Ensino de História. Procedimentos metodológicos para o Ensino de História. Investigação dos elementos norteadores do Ensino de História na escola parceira. Projeto de Ensino de História na sala de aula: ações, reflexões e a produção de materiais didáticos e paradidáticos. Relatório parcial da etapa.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

C/H – 135

Ementa: Percursos formativos do professor: a constituição da identidade docente. Docência Compartilhada e Modelo Colaborativo de Estágio: reflexões e experiências. Literacia histórica e a sala de aula como campo e espaço de investigação. Escrita da história e o plano de aula: as sequências didáticas problematizadoras. Elaboração e execução do Plano de Trabalho em Docência Compartilhada e do Plano de Regência. Produção do artigo de relato de experiência: percurso formativo e as experiências do Estágio Curricular Supervisionado. Seminário de Estágio Curricular Supervisionado.

TÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 10º – Serão atribuições dos alunos estagiários:

I – Enfatizar a relação entre ensino e pesquisa no contexto escolar e nos espaços educativos não formais, para identificar os problemas e as possibilidades relacionados a estas realidades e específicos do ensino de História tais como: objetivos do processo de ensino e aprendizagem em história; usos públicos da história e as possibilidades para o ensino da história; a apropriação dos conceitos históricos e a empatia em relação aos sujeitos do passado; o trabalho docente e a relação teoria-prática no Ensino de História; desenvolvimento de atividades de pesquisa; procedimentos metodológicos e usos de

diferentes estratégias didáticas no Ensino de História; a construção do conhecimento histórico escolar e o processo avaliativo; assim como todas as dimensões que cercam o trabalho docente e a aprendizagem histórica.

II– Identificar as questões estruturais que envolvem o processo educativo por meio da articulação entre estado, sociedade e educação a partir das políticas educacionais, dos recursos destinados à Educação Básica, da política nacional de formação de professores, propostas curriculares para o Ensino de História, outros; assim como questões específicas do âmbito da escola parceira como os aspectos físicos, sociais, organizacionais e pedagógicos.

III – O aluno deverá contemplar no Projeto de Estágio Curricular Supervisionado todos os elementos elencados nos itens I e II, além daqueles estabelecidos em cada etapa.

IV - Apresentar-se no local do Estágio Curricular Supervisionado e nos encontros em sala de aula e nas orientações com o professor orientador, primando pela assiduidade e pontualidade.

V – Observar as normas internas da instituição parceira, conduzindo-se dentro da ética e atendendo ao desenvolvimento das proposições do Estágio Curricular Supervisionado.

VI – Realizar a investigação da realidade dos campos de estágio com o intuito de identificar as principais demandas e necessidades que nortearão a elaboração de projetos de ensino que possibilitem aos sujeitos envolvidos no processo de formação docente a constituição de espaços de reflexão e de interação, como oficinas, mostras, feiras, rodas de conversas, painéis interativos, entre outras propostas.

VII - Confecção de materiais didáticos e paradidáticos como mapas históricos, textos de apoio, jogos históricos e outras atividades lúdicas, roteiros para a análise de fontes históricas de diferentes tipologias, dossiês didáticos temáticos, guias para análise de livros didáticos, documentários, acervos documentais, roteiros para visita de museus e memoriais, entre outros recursos didáticos que serão utilizados nos espaços educativos em que os Estágios ocorrerão e doados para estas instituições como contrapartida. Estes materiais serão ainda destinados ao Laboratório de Ensino de História (LEHIS) para composição do acervo.

VIII – Elaboração de atividades de avaliação da aprendizagem.

IX – Estudo de diferentes metodologias e recortes temáticos para o Ensino de História que podem ser utilizados em sala de aula. Motivar a utilização de metodologias alternativas (visitas orientadas em arquivos, museus, memoriais, acervos documentais e monumentais; elaboração de projetos de pesquisa e execução por parte dos alunos; uso de diferentes linguagens; teatralização; produção de jornais, documentários, revistas,

entrevistas orais, entre outros) de modo a propiciar uma aprendizagem significativa para os alunos.

X – Participar de projetos científicos e culturais promovidos pelas instituições parceiras em que o Estágio Curricular Supervisionado esteja ocorrendo.

XI – Entregar o Termo de Compromisso assinado em três vias para o responsável da instituição parceira pelo Estágio Curricular Supervisionado, para o professor orientador da disciplina e arquivar a via assinada para comprovação futura. A entrega é obrigatória no início das atividades nas instituições parceiras.

XII – Elaboração de relatório parcial ao final de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado (Etapas I, II e III) de acordo com o modelo apresentado no Apêndice I. O arquivamento dos relatórios e da documentação comprobatória (termos de compromisso e fichas de frequência) de todas as etapas será de responsabilidade ÚNICA E EXCLUSIVA do estagiário.

XIII - No Estágio Curricular Supervisionado IV o aluno deverá produzir um artigo de relato de experiência evidenciando a reflexão sobre o seu percurso formativo enquanto professor e em articulação com as experiências vivenciadas em todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado, outro elemento a ser contemplado é a constituição da identidade docente neste processo. O artigo balizará a participação no Seminário de Estágio Curricular Supervisionado e ainda se constituirá como documento comprobatório das atividades de Estágio Curricular Supervisionado.

XIV – Ao final do Estágio Curricular Supervisionado IV o estagiário deverá entregar todos os relatórios e documentos comprobatórios (termos de compromisso e fichas de frequência) das etapas anteriores e o artigo de relato de experiência e os documentos do Estágio IV em formato digital.

XV – Apresentação obrigatória no Seminário de Estágio Curricular Supervisionado na Etapa IV. A participação dos alunos matriculados nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado I, II e III é obrigatória, na modalidade de ouvinte. O evento constará como Atividade Extracurricular para os alunos do curso de licenciatura que se inscreverem.

TÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 11º – Os professores das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado serão responsáveis pela orientação aos estagiários nas seguintes fases do Estágio Curricular Supervisionado: inserção inicial em espaços educativos não formais, inserção inicial no espaço escolar, inserção específica na área de formação, planos de trabalho de docência

compartilhada, projetos de regência, elaboração dos relatórios parciais e do artigo de relato de experiência do Estágio Curricular Supervisionado e organização do Seminário de Estágio Curricular Supervisionado, distribuídas nas cargas horárias exigidas.

Art. 12º – A formação teórica será ministrada em sala de aula semanalmente.

Parágrafo Único – Os Professores de Estágio Curricular Supervisionado deverão cumprir com os(as) seus(suas) alunos(as) orientandos(as) a seguinte carga horária em sala de aula:

Estágio Curricular Supervisionado I – 4 horas de conteúdo teórico e orientação, divididos a critério do professor da disciplina.

Estágio Curricular Supervisionado II – 4 horas de conteúdo teórico e orientação, divididos a critério do professor da disciplina.

Estágio Curricular Supervisionado III – 4 horas de conteúdo teórico e orientação, divididos a critério do professor da disciplina.

Estágio Curricular Supervisionado IV – 4 horas de conteúdo teórico e orientação, divididos a critério do professor da disciplina.

Art. 13º – Será função do professor orientador da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado:

I – Disponibilizar para os estagiários as cópias do Plano de Curso das aulas teóricas; o Projeto de Estágio Curricular Supervisionado com a orientação detalhada da carga horária e das atividades de estágio que serão desenvolvidas durante o semestre letivo, como também, o regimento do Estágio Curricular Supervisionado.

II – Orientar os estagiários na elaboração das propostas concernentes a cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado, na mobilização de referenciais teóricos e metodológicos e na produção de materiais didáticos a serem utilizados nas ações desenvolvidas nas etapas.

III – Elaborar o calendário para atendimento aos estagiários (as), fora do horário das aulas.

IV – Orientar na elaboração dos relatórios parciais e no artigo de relato de experiência do Estágio Curricular Supervisionado.

V – Acompanhar o desenvolvimento das atividades desenvolvidas nas instituições parceiras em todas as suas etapas. Manter contato com a coordenação pedagógica e/ou responsáveis das instituições parceiras, a fim de verificar o cumprimento do compromisso entre os estagiários e estes espaços.

VI – Informar aos estagiários sobre a obrigatoriedade da entrega dos termos de compromisso no início das atividades na instituição parceira. Coletar os termos e encaminhar para a Coordenação do curso de Licenciatura em História.

VII – Disponibilizar para cópias os termos de compromisso a serem encaminhados para a instituição parceira e as fichas de frequência em cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

VII – Orientar os alunos no arquivamento dos relatórios parciais e da documentação das etapas I, II e III, exigidas para comprovação do cumprimento das atividades que envolvem o Estágio Curricular Supervisionado.

VIII – Encaminhar à Coordenação do Curso de Licenciatura em História os arquivos em formato digital dos relatórios, documentos e artigos de relato de experiência ao final do Estágio Supervisionado IV.

IX – Orientação dos estagiários em atividades demandadas pelas instituições parceiras, como preenchimento de diários de classe, participação em conselhos de classe, correção de atividades avaliativas, visitas orientadas, organização de eventos, monitorias, entre outros.

Art. 14º – O acompanhamento dos professores orientadores do Estágio Curricular Supervisionado nas instituições parceiras deverá ser realizado no decorrer de todas as atividades realizadas pelos estagiários.

Art. 15º – A visita de acompanhamento feita pelo (a) professor (a) orientador (a), deverá ser registrada na ficha do(a) aluno(a) orientando(a).

TÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 16º - Conforme o disposto na Resolução nº 31, o Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado atuará junto aos professores orientadores das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado, no sentido de promover a integração entre estas, entre o IFG e as instituições parceiras.

Art. 17º - O coordenador é responsável pela organicidade do GT do Estágio, realizando reuniões periódicas entre os componentes, identificando problemáticas a partir do acompanhamento e desenvolvimento das atividades para que as mesmas sejam

analisadas pelo grupo, a divulgação dos eventos e atividades realizadas, o estabelecimento de parcerias e a definição de um cronograma de estudos em torno da legislação vigente e da literatura concernente ao estágio.

Art. 18º - O coordenador do Estágio Curricular Supervisionado será eleito entre os professores orientadores do Estágio Curricular Supervisionado. Cabe ao NDE do curso atribuir ao professor a respectiva pontuação para fins de comprovação da jornada de trabalho.

Art. 19º - O coordenador do Estágio Curricular Supervisionado, junto à coordenação do LEHIS e ao professor orientador do Estágio Curricular Supervisionado IV, deve organizar o Seminário de Estágio Curricular Supervisionado.

TÍTULO VIII

DA ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 20º – O Seminário de Estágio Curricular Supervisionado será uma atividade responsável pela conclusão de todas as atividades de Estágio Curricular Supervisionado, sendo o mesmo desenvolvido ao fim do Estágio Curricular Supervisionado IV.

Art. 21º – Tendo a configuração descrita no artigo anterior, o Seminário de Estágio Curricular Supervisionado será obrigatoriamente organizado pelo(s) professor(es) orientador(es) de Estágio Curricular Supervisionado IV e pelo coordenador do Estágio.

Art. 22º – Do mesmo modo, os alunos que cursam Estágio Curricular Supervisionado IV terão que participar obrigatoriamente do Seminário para finalizar suas atividades de estágio.

Art. 23º – O professor orientador de Estágio Curricular Supervisionado IV e o coordenador do Estágio deverão organizar o cronograma, reservar os espaços necessários e realizar a divulgação do Seminário de Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 24º – A realização do Seminário de Estágio Curricular Supervisionado deve ter sua realização assegurada no interior das atividades delimitadas para a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado IV.

Art. 25º – A realização do Seminário de Estágio Curricular Supervisionado deve garantir um momento de apresentação da reflexão do discente sobre seu percurso formativo em articulação com as experiências do estágio evidenciando a constituição da identidade docente. A apresentação será coordenada por um professor mediador, que realizará questões e apontamentos aos discentes.

Art. 26º – A participação dos alunos matriculados nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado I, II e III é obrigatória, na condição de ouvintes. Aos demais alunos da Licenciatura em História o evento se desenvolverá como atividade extracurricular.

TÍTULO IX

DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM MEMORIAIS, ARQUIVOS E MUSEUS

Art. 27º – O desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado em memoriais, arquivos e museus está previsto como atividade concernente a Etapa I.

Art. 28º – Na definição das instituições parceiras para a realização do Estágio Curricular Supervisionado devem ser contempladas, preferencialmente, instituições que possuam um projeto educativo e que possibilite o acompanhamento e orientação dos estagiários.

Art. 29º – A(s) instituição(ões) escolhida(s) deverão possibilitar que todos os discentes possam atuar em atividades diversas relacionadas ao conhecimento histórico, educação patrimonial, produção de memórias, entre outros.

Art. 30º – Ao realizar o Estágio Curricular Supervisionado I em memoriais, arquivos e museus, será preservada a mesma carga horária de atividades já descritas, sendo expressamente proibida a sua diminuição.

TÍTULO X

DO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO IFG

Art. 31º - O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser desenvolvido nas diferentes modalidades de ensino da Educação Básica do IFG, conforme disposto na Resolução nº 31.

Art. 32º - A realização do Estágio Curricular Supervisionado no IFG se dará mediante a elaboração do Projeto de Estágio pelo professor orientador da etapa, estabelecendo a proposta, os objetivos, as atividades a serem desenvolvidas e as atribuições e funções dos sujeitos envolvidos, professor orientador, professor regente e estagiários.

Art. 33º - O professor regente da Educação Básica do IFG que se vincular ao Projeto de Estágio Curricular Supervisionado será responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação do estagiário, junto com o professor orientador da disciplina.

Art. 34º - O professor regente do IFG contabilizará a supervisão do estágio curricular na jornada de trabalho, de acordo com a Resolução nº 09, de 01 de novembro de 2011. A comprovação da sua participação como supervisor do estágio curricular se dará por meio da Carta de Aceite de Supervisão do Estágio Curricular Supervisionado, emitida pela coordenação da Licenciatura em História.

Art. 35º - Serão atribuições do professor regente do IFG vinculado ao Projeto de Estágio Curricular Supervisionado enquanto Supervisor do Estágio na instituição:

- I – Prezar pela Docência Compartilhada mediante a elaboração do Plano de Trabalho junto ao estagiário sob sua supervisão e apresentado ao professor orientador da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado;
- II – Acompanhar, orientar e avaliar todas as atividades desenvolvidas pelo estagiário sob sua supervisão e previstas no Plano de Trabalho de Docência Compartilhada;
- III – Conhecer o projeto do Estágio Curricular Supervisionado e zelar pelo desenvolvimento do mesmo no âmbito de suas atribuições;
- IV – Conhecer e zelar pelo cumprimento das Orientações dispostas no presente documento.

Art. 36º - O professor orientador do Estágio Curricular Supervisionado que atuar no IFG enquanto escola parceira cumprirá com a carga horária designada para a disciplina, sendo expressamente proibida a redução da mesma, assim como cumprirá todas as funções definidas no presente regimento.

TÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37º – O (a) professor (a) do Estágio Curricular Supervisionado I, II, III, IV avaliará o(a) estagiário(a), levando em conta, o cumprimento de carga horária, o desempenho nas atividades estabelecidas para cada etapa.

Art. 38º – O número de estagiários(as) por professor(a) orientador(a) de Estágio Curricular Supervisionado será limitado ao número de dez alunos por turma, não extrapolando o número de quinze alunos por professor(a) orientador(a).

Art. 39º – O conceito final do licenciado para aprovação será o regulamentado pelo IFG. O critério de avaliação será o cumprimento total da carga horária de Estágio, estabelecida pela Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) – Conselho Pleno nº 02, de 01 de julho de 2015, que prevê 400 horas de Estágio Curricular Supervisionado a partir do início da segunda metade do curso. Será considerado apto o estagiário que cumprir:

I – a carga horária do Estágio Curricular Supervisionado, estabelecida pelo CNE.

II – elaborar e executar satisfatoriamente as atividades propostas no decorrer das aulas teóricas.

III – elaborar o Projeto de Estágio de acordo com as proposições de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

IV – desenvolver o Projeto de Estágio Curricular Supervisionado.

V – elaborar os Relatórios Parciais e o Artigo de Relato de Experiência do Estágio Curricular Supervisionado, descrevendo a atuação na instituição parceira e apresentá-lo no Seminário do Estágio Curricular Supervisionado.

VI – entregar os relatórios parciais e o artigo de relato de experiência, assim como a documentação comprobatória no formato digital, no dia marcado pelos (as) professores (as) orientadores (as).

Art. 40º – Os (as) alunos (as) estagiários (as) portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na Educação Básica, em consonância com a resolução do CNE/CP Nº 02/2015, capítulo V inciso 7º, poderão solicitar a redução de carga horária no Estágio Curricular Supervisionado em no máximo 100 horas de acordo com as deliberações do NDE do curso e do GT de Estágio Curricular Supervisionado. Porém, não serão dispensados das aulas teóricas, de serem avaliados (as) pelos (as) professores (as), das aulas do Estágio Curricular Supervisionado, de elaborarem o projeto de regência e da entrega dos relatórios parciais, artigo de relato de experiência e documentação comprobatória das disciplinas.

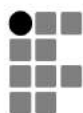
Art. 41º – Todas as atividades desenvolvidas pelo (a) estagiário (a) devem ser registradas pelo (a) mesmo (a) e rigorosamente controladas pela gestão da instituição parceira. Ao final das atividades de Estágio Curricular Supervisionado, o (a) aluno (a) deverá apresentar relatório parcial sobre o que foi desenvolvido, bem como, as fichas de controle devidamente assinadas pelo responsável pela instituição parceira, coordenador pedagógico ou pelo professor (a) regente da série na qual o (a) aluno (a) estagiou. Com exceção do Estágio IV no qual o aluno deverá apresentar o Artigo de Relato de Experiência do Estágio Curricular Supervisionado e apresentá-lo no Seminário de Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 42º – Na implementação do Projeto de Regência, a presença do(a) professor(a) regente da série em que o(a) aluno(a) estagia, em sala de aula, acompanhando todas as atividades do(a) estagiário(a), será fundamental, haja visto que o mesmo realizará a avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário.

Art. 43º – Os casos omissos, neste documento, serão resolvidos pelo NDE do curso, em reuniões do Colegiado do Curso de História, juntamente com os (as) professores (as) do Estágio Curricular Supervisionado I, II, III, IV.

APÊNDICE I

TERMO DE COMPROMISSO



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

Câmpus
Goiânia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
Departamento de Áreas Acadêmicas I
Coordenação do Curso de Licenciatura em História

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO – PESSOA JURÍDICA

Nº de Registro no Campus: _____
Data: ____/____/____

Termo de Compromisso de Estágio sem vínculo empregatício – instrumento jurídico de que trata o art. 7º inciso I da lei 11.788/2008 - vinculado ao Termo de Convênio nº ____ / ____.

Este termo tem de um lado _____, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº _____._____._____/_____._____._____, domiciliada no endereço _____, no município de _____, telefone: (____) _____, email: _____, neste ato representada por _____, CPF _____, RG _____, cargo _____, doravante denominada **CONCEDENTE**; do outro lado, o(a) aluno(a) _____, matriculado(a) sob o nº _____, no curso _____, residente à _____, no município de _____, CEP _____, telefone (____) _____, e-mail _____, doravante denominado **ESTAGIÁRIO(a)**; com interveniência do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS**, com sede em Goiânia-GO, denominado simplesmente **IFG**, representado neste ato por _____, Coordenador(a) da **Licenciatura em História** no campus **Goiânia**, celebram entre si o presente termo de compromisso de estágio pelas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Por este termo, fica instituída a realização de **Estágio Curricular Obrigatório**, pelo aluno supracitado, junto à **CONCEDENTE**, como forma de complementação do processo de ensino – aprendizagem, nos termos e condições da **Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DO ESTÁGIO

O Estágio curricular deve se dar em local que propicie o desenvolvimento de atividades práticas condizentes com a programação curricular estabelecida para o curso do aluno. Deverá, ainda, estar em consonância com o PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO, que integra este termo de compromisso (Anexo I).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA DURAÇÃO

I – Este **TERMO** terá vigência máxima de 6 (seis) meses, podendo ser renovado por igual período, mediante prévia autorização do **IFG**, a qual se dará pela avaliação de um novo PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO. A duração do estágio será de ____/____/____ a ____/____/____, perfazendo 12 dias úteis e um total de 24 h/a horas, sendo o regime de trabalho de 02 horas semanais, podendo ser rescindido pela **CONCEDENTE** ou pelo(a) **ESTAGIÁRIO(a)**, mediante comunicação prévia feita por escrito.

II – Para garantir o bom desempenho do estudante nas atividades acadêmicas, durante o período de avaliações de desempenho escolar a carga horária do estágio deverá ser reduzida em, pelo menos, 50% (cinquenta por cento).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

DA CONCEDENTE

I – Fixar horário e local de estágio adequados, respeitando as obrigações acadêmicas do **ESTAGIÁRIO(a)** (horário de aula, período de provas, etc).

II – Indicar funcionário do seu quadro de pessoal com formação ou experiência profissional na mesma área de conhecimento desenvolvida no curso do **ESTAGIÁRIO(a)**, para orientar e supervisionar o aluno no desenvolvimento das atividades mencionadas no PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO (anexo I).

III – Aplicar ao **ESTAGIÁRIO(a)** a legislação relacionada à saúde e segurança do trabalho.

IV – Entregar, por ocasião do desligamento do **ESTAGIÁRIO(a)**, o termo de realização do estágio, informando o período de estágio efetivamente realizado e resumidamente as atividades desenvolvidas.

DO ESTAGIÁRIO

I – Cumprir os horários e normas acordados neste termo de compromisso de estágio.

II – Apresentar ao final do estágio, ou a cada 6 (seis) meses, caso as atividades se estendam por mais tempo, um RELATÓRIO DE ATIVIDADES que será avaliado pelo professor Orientador do IFG.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente **TERMO** poderá ser interrompido automaticamente quando:

- a) O(A) **ESTAGIÁRIO(a)** abandonar o Curso e/ou trancar a matrícula.
- b) O(A) **ESTAGIÁRIO(a)** ou a **CONCEDENTE** não cumprir o que está convencionado neste documento.
- c) Quando o convênio ao qual se vincula este termo expirar ou for extinto.

E, por estarem de inteiro e comum acordo com as condições do presente termo, as partes assinam o mesmo em 03(três) vias de igual teor.

Goiânia,

____/____/____.

CONCEDENTE
(ASSINATURA E CARIMBO)

IFG
(ASSINATURA E CARIMBO)

ESTAGIÁRIO
(ASSINATURA)

APÊNDICE II

FREQUÊNCIA DE ESTÁGIO

--	--	--	--

ANEXO II

**ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO E
APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

Câmpus
Goiânia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
Departamento de Áreas Acadêmicas I
Coordenação do Curso de Licenciatura em História

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Apresentação

O presente regimento regula o padrão de orientação, elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), constituído como disciplina obrigatória do curso de Licenciatura em História, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), câmpus Goiânia. O regimento em questão segue as Resoluções nº 013, de 02 de junho de 2014*, e nº 028, de 11 de agosto de 2014**, e está de acordo com as diretrizes curriculares propostas no Projeto Pedagógico do referido curso. Em conformidade com as determinações expressas na documentação citada, a elaboração e a defesa pública do TCC são tidas como requisitos para diplomação.

Essa atividade no curso de Licenciatura em História/IFG está vinculada às disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC - I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC - II), perfazendo um total de 108h. E, essa condição de disciplina subordina a atividade às orientações, normas acadêmicas e administrativas do Instituto, sobretudo no que se refere ao controle de frequência, lançamento de notas e cumprimento de carga horária. As demais normas que orientam a atividade estão previstas neste regimento.

O projeto de TCC envolve a realização de pesquisa e estudo com posterior sistematização na forma de artigo científico ou de monografia ou de relatório de projeto de implementação – seja qual for a modalidade de apresentação do trabalho final, indica-se, preferencialmente, a elaboração individual. Trata-se de investigação sobre um objeto de estudo pertinente à profissão e à realidade social em suas diferentes expressões. A

* Essa resolução “define as diretrizes pedagógicas e institucionais para a formação de professores por meio da oferta de cursos de Licenciatura no IFG”.

** Essa resolução “dispõe sobre o regulamento de Trabalho de Conclusão dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás”.

Resolução nº 013, de 02 de junho de 2014, traz como indicativo a priorização de pesquisas que contemplem a abordagem dos conteúdos e métodos do processo ensino-aprendizagem na área de História, bem como de temáticas da educação básica, contextualizadas nos níveis e modalidades de ensino de História. O processo deve ser desenvolvido mediante orientação e avaliação docente.

O regimento, definindo responsabilidades e procedimentos, permite que o processo pedagógico que envolve o TCC seja claramente conhecido de professores e alunos, além de estabelecer bases comuns de rotina acadêmica.

CAPÍTULO I

Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 1. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é disciplina obrigatória do curso de Licenciatura em História e está dividido em duas etapas, cada uma totalizando 54h: Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC - I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC – II).

Parágrafo único. As etapas do TCC seguirão as seguintes ementas:

- a) TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I:** Elaboração do projeto de pesquisa em História.
- b) TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II:** Submissão do projeto de pesquisa e de seus resultados ao Seminário de Qualificação. Redação do Trabalho de Conclusão de Curso. Defesa pública do texto final.

Art. 2. Para o desenvolvimento do TCC, será assegurado ao(à) aluno(a) o acompanhamento de sua pesquisa por um(a) orientador(a) a partir de sua matrícula em TCC – I.

Parágrafo único. Nenhum(a) aluno(a), no gozo de seus direitos acadêmicos, ficará sem orientação.

Art. 3. O TCC deverá ser preferencialmente desenvolvido de forma individual.

Art. 4. O texto final do TCC poderá assumir a forma de um artigo científico ou de uma monografia ou de um relatório de projeto de implementação.

§1. Recomenda-se que o(a) aluno(a) desenvolva preferencialmente o seu texto no formato de monografia.

§2. Em sendo um artigo, deverá respeitar o mínimo de 20 e o máximo de 25 páginas e contemplar a seguinte formatação:

- TÍTULO
- IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR, ACOMPANHADA DE IDENTIFICAÇÃO DO ORIENTADOR E DA VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL
- RESUMO, SEGUIDO DE PALAVRAS-CHAVE
- APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO

- DESENVOLVIMENTO – O mesmo deverá ser feito por tópicos
- CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS
- REFERÊNCIAS (conforme ABNT)

§3. Em sendo uma monografia, deverá respeitar o mínimo de 35 e o máximo de 60 páginas (sem contar os anexos ou apêndices) e contemplar a seguinte formatação:

a) ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS (conforme ABNT):

- Capa
- Folha de rosto
- Folha de aprovação
- Resumo na língua vernácula
- Sumário
- Dedicatória(s) - opcional
- Agradecimento(s) - opcional
- Epígrafe - opcional
- Lista de ilustrações – se for o caso
- Lista de tabelas – se for o caso
- Lista de abreviaturas e siglas – se for o caso

b) ELEMENTOS TEXTUAIS (conforme ABNT)

- › Introdução (ou Apresentação)
- › Desenvolvimento – Organizado por capítulos (mínimo de dois capítulos)
- › Conclusão (ou Considerações Finais)
- › Referências

c) ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS – Opcional (conforme ABNT)

- › Apêndice
- › Anexo

§4. Em sendo um relatório de projeto de implementação, deverá respeitar o mínimo de 10 e o máximo de 15 páginas e contemplar a seguinte formatação:

CAPA (conforme ABNT)

FOLHA DE ROSTO (conforme ABNT)

FOLHA DE APROVAÇÃO (conforme a ABNT)

RESUMO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - Elementos a serem contemplados:

- › Apresentação da proposta
- › Diálogo com a literatura especializada
- › Justificativa

OBJETIVOS

- › Geral
- › Específicos

FONTES E MÉTODOS

DESCRIÇÃO DO TRABALHO EXECUTADO

RESULTADOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS (conforme ABNT)

ANEXOS

§5. Aos(Às) alunos(as) que optarem por desenvolver projetos de implementação, considera-se o trabalho em dupla uma possibilidade.

Art. 5. A proposta de projeto e o trabalho final deverão observar as regras da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

CAPÍTULO II

Do funcionamento das etapas do TCC

Art. 6. A disciplina TCC – I deverá ficar sob responsabilidade do(a) Coordenador(a) de TCC, que assumirá o compromisso de orientar os(as) alunos(as), em horários estabelecidos para a disciplina em questão, em relação:

- aos(às) possíveis orientadores(as), de forma a adequar proposta de trabalho à linha de pesquisa dos(as) professores(as)-orientadores(as).
- aos prazos e exigências para o cumprimento do TCC.
- à normatização proposta pelo regulamento de TCC dos cursos de graduação do IFG e pelo regimento interno de TCC do curso de Licenciatura em História.

Parágrafo único. A avaliação das propostas de projetos elaboradas pelos(as) alunos(as) deverá ocorrer de forma partilhada entre Coordenador(a) de TCC e orientador(a). Todavia, serão de responsabilidades dos(as) orientadores(as) o acompanhamento e a orientação dos(as) alunos(as), no decorrer do processo de pesquisa e de redação dos projetos.

Art. 7. A proposta de projeto a ser desenvolvida na etapa TCC – I deverá contemplar o modelo a seguir:

- **Introdução ao tema** – Esta primeira parte deverá apresentar o tema da proposta de pesquisa, ao mesmo tempo em que circunstanciará as motivações que levaram à sua escolha e à delimitação do objeto.
- **Revisão da Literatura e Justificativa** - Esta segunda parte cumpre a função de apresentar e justificar a relevância do tratamento do seu objeto. Para tal, faz-se imprescindível o diálogo com a bibliografia do tema e dos subtemas que cercam o objeto de análise – delimitação do estado da arte.
- **Objetivos** - Os objetivos, sejam eles gerais ou específicos, devem guardar uma relação direta com o problema. E, em alguma medida, devem estar contemplados na organização das propostas dos capítulos que integrarão a redação do TCC.
- **Problema e Hipótese** - Nessa parte, caberá a apresentação do problema central da pesquisa, bem como da(s) hipótese(s). Enquanto ponto de partida da análise histórica, o problema tem a função de evidenciar a originalidade da pesquisa. O mesmo deve estar articulado aos objetivos pretendidos na realização da proposta de trabalho. A sua formulação é realizada com base no material/fonte mobilizado para a investigação do objeto. Enquanto possível ponto de chegada de sua análise, a(s) hipótese(s) ajuda(m) a demarcar o caminho a ser projetado para a concretização do tratamento do problema proposto pela pesquisa. Assim como o problema, a hipótese deve ser formulada com base no que o material/fonte permite responder em relação à investigação do objeto.
- **Pressupostos teórico-metodológicos** - A teoria deve auxiliar nos procedimentos de análise do problema, bem como indicar caminhos e

respostas para a investigação do objeto como um todo. No concernente aos aspectos metodológicos, esses devem auxiliar na definição de meios adequados para o tratamento do material-fonte mobilizado para a investigação do objeto.

- **Tipologia das fontes** – Apresentação das fontes históricas e da relevância que essas assumem para o desenvolvimento da proposta de pesquisa.
- **Cronograma** – Especificação do tempo que se pretende empregar em cada fase do processo de pesquisa posterior à elaboração do projeto. O mais adequado é elaborá-lo na forma de um quadro que relaciona as atividades a serem desenvolvidas ao longo da pesquisa e o período existente para a concretização dessas mesmas atividades.
- **Bibliografia** - A seleção de uma bibliografia deve ter por princípio norteador o objeto da pesquisa, bem como os temas que o circunscrevam. A bibliografia e a capacidade de promover um diálogo com a mesma são fundamentais tanto para construir o objeto quanto para justificar e atribuir relevância para a escolha do mesmo dentro da produção científica. Nesse sentido, uma bibliografia atualizada corrobora a afirmação da inovação da pesquisa frente ao debate que já está posto.

Art.8. A proposta de projeto deverá ter no mínimo 5 e no máximo 10 páginas de texto. Isto significa que o cronograma e as referências não entram nessa contagem.

Art. 9. A disciplina TCC – II exige que o aluno:

- se inscreva e participe do Seminário de Qualificação.
- desenvolva sua pesquisa e redija um texto final que evidencie a sistematização dos resultados alcançados pelo processo investigativo.
- ao optar por executar um projeto de implementação, exponha, em anexo, os instrumentos didático-pedagógicos, as ferramentas audiovisuais ou as metodologias de ensino-aprendizagem criadas para contemplação de sua proposta.
- seja submetido à defesa pública de seu trabalho.

Parágrafo único. O(a) Coordenador(a) de TCC ficará responsável por organizar o Seminário de Qualificação, por publicizar as informações necessárias sobre prazos e normas/regras para a defesa do trabalho final, por redigir as atas de defesa, por lançar notas e por apresentar a documentação do(a) aluno(a) junto a CORAE. Todavia, serão de responsabilidades exclusivas dos(as) orientadores(as) o acompanhamento, a orientação e a leitura/revisão dos textos dos(as) alunos(as), no decorrer do processo de pesquisa e de redação dos trabalhos que serão aguidos em defesa pública.

CAPÍTULO III

Das Linhas de Pesquisa

Art. 10. O corpo docente das Coordenações de Ciências Humanas e Filosofia e do curso de Licenciatura em História, do Departamento I, do IFG, está organizado em duas linhas: a) História, Trabalho e Educação; b) Sociedade, Interculturalidades e Teorias do Conhecimento.

Parágrafo único. Essas linhas de pesquisa estão sujeitas a alterações, cabendo aos colegiados das Ciências Humanas e Filosofia e do curso de Licenciatura em História a

responsabilidade em promover a discussão em torno da questão e propor e deliberar sobre as alterações necessárias.

Art. 11. É de responsabilidade do(a) Coordenador(a) de TCC obter junto aos professores-orientadores as suas indicações de linhas de pesquisa e áreas de orientações.

§1. Ao apresentarem suas áreas de interesse de orientação, os professores-orientadores deverão respeitar a indicação de no mínimo duas e no máximo quatro temáticas.

§2. A divulgação dos(as) possíveis orientadores(as), organizados(as) por linha de pesquisa e por áreas de orientações, visa garantir ao(a) aluno(a) ferramentas que o(a) auxiliarão na escolha de um professor(a)-orientador(a), que evidencie certa aproximação de interesse com a sua proposição de tema para a pesquisa no TCC.

CAPÍTULO IV

Da matrícula no TCC

Art. 12. O TCC está constituído no Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em História como disciplina e, por essa razão, a matrícula é realizada diretamente na plataforma do Q-Acadêmico.

§1. A aprovação na disciplina Elaboração de Projeto de Pesquisa em História, Ensino de História e Educação (27h) é pré-requisito para matrícula em TCC – I.

§2. A aprovação na disciplina TCC – I é pré-requisito para matrícula em TCC – II.

§3. Ao serem iniciadas as atividades do TCC – II, o(a) aluno(a) deverá entregar cópia digital do projeto de pesquisa desenvolvido no TCC – I para arquivamento em sua pasta.

CAPÍTULO V

Da Coordenação de TCC

Art. 13. O(a) Coordenador(a) de TCC terá garantido 8h em sua carga horária, sendo 4h para as atividades desenvolvidas na disciplina de TCC – I e outras 4h em TCC – II.

§1. A Coordenação de Curso poderá, se assim considerar necessário e oportuno, indicar dois(duas) professores(as) para trabalharem juntos(as) e dividirem a carga horária do TCC, podendo um(a) ficar responsável pela disciplina de TCC – I e outro(a) pela de TCC – II.

§2. Para o caso mencionado no parágrafo primeiro, fica estabelecido que a Coordenação de TCC passe a ser de responsabilidade de ambos(as) os(as) professores(as) indicados(as) pela Coordenação de Curso, estando a carga horária de 8h dividida entre eles(as).

Art. 14. São atribuições do(a) Coordenador(a) de TCC:

9. elaborar e tornar público o calendário semestral para o TCC.
10. empreender ações no sentido de ampliar o número de professores(as)-orientadores(as) de TCC.
11. informar alunos(as) e professores(as) sobre prazos, normas e procedimentos próprios ao TCC.
12. orientar os(as) alunos(as) no processo de escolha do professor(a)-orientador(a).

- 13.intervir junto aos casos em que ocorram conflitos de interesses entre orientando(a) e orientador(a).
- 14.organizar o Seminário de Pesquisa semestralmente.
- 15.redigir as atas de defesa.
- 16.publicizar as bancas de defesa junto à comunidade acadêmica.
- 17.receber e arquivar as cópias das versões finais do TCC entregues pelos(as) alunos(as), com vistas à publicização desses trabalhos.
- 18.lançar notas e frequências das disciplinas TCC – I e TCC – II.
- 19.entregar junto à CORAE toda documentação necessária dos(as) alunos(as) aprovados(as) em banca de defesa, dentro dos prazos estabelecidos pelo calendário institucional.
- 20.ler, avaliar e atribuir nota às propostas de projeto apresentadas no TCC – I.

Art. 15. O(a) Coordenador(a) de TCC está submetido(a) à Coordenação de Curso e ao NDE – Núcleo Docente estruturante do curso.

CAPÍTULO VI

Do acompanhamento e orientação dos TCCs

Art. 16. O(a) professor(a)-orientador(a) deverá pertencer preferencialmente ao quadro efetivo de docentes em exercício no IFG e possuir formação mínima de pós-graduação *lato sensu*.

§1. O(a) professor(a) substituto(a) poderá assumir o compromisso de orientação desde que o tempo de vínculo com o(a) aluno(a) seja compatível ao seu tempo de contrato na instituição.

§2. Professores(as) externos(as) ao quadro efetivo do IFG poderão figurar como orientadores(as) desde que assumam por escrito tal encargo e observem o pleno atendimento a todas as exigências e procedimentos constantes do presente regimento interno e do regulamento de TCC dos cursos de graduação do IFG.

§3. Conforme expresso em regulamento de TCC dos cursos de graduação do IFG, a co-orientação de um professor do IFG ou de outra instituição de nível superior é permitida desde que este assuma por escrito tal encargo, com o devido parecer do NDE e anuência da Coordenação de Curso e de TCC.

Art. 17. Será permitido a cada professor(a) do quadro efetivo do IFG orientar no máximo 4 (quatro) TCC's.

Art. 18. Compete ao(à) professor(a)-orientador(a):

1. tomar ciência das orientações.
2. participar das atividades relacionadas ao TCC.
3. assinar termo de compromisso de orientação.
4. observar e cumprir as normas e os procedimentos previstos no presente regimento e no regulamento de TCC dos cursos de graduação do IFG.
5. registrar os encontros de orientação.
6. orientar a elaboração dos projetos de TCC por parte de seus(uas) orientandos(as).

7. atribuir nota às propostas de projetos de seus(uas) orientandos(as).
8. acompanhar e orientar o desenvolvimento da pesquisa por parte de seus(uas) orientandos(as).
9. compor e dirigir as bancas de avaliação final do TCC.
10. encaminhar ao Coordenador de TCC os dados necessários do(a) aluno(a) e da banca para redação de ata com o mínimo de 7 (sete) dias de antecedência da realização da defesa.
11. proceder à entrega de duas vias da ata de defesa ao(à) Coordenador(a) de TCC.
12. quando for o caso, encaminhar à Coordenação de TCC pedido justificado de desligamento de orientação.
13. se solicitado, apresentar ficha de registro de acompanhamento de orientação.

Art. 19. Compete aos(às) orientandos(as) de TCC:

1. tomar ciência das orientações.
2. participar das atividades relacionadas ao TCC.
3. observar e cumprir as normas e os procedimentos previstos no presente regimento e no regulamento de TCC dos cursos de graduação do IFG.
4. cumprir as atividades previstas pelas disciplinas TCC - I e TCC – II.
5. comparecer aos encontros de orientação.
6. zelar pelo atendimento das sugestões encaminhadas pelo(a) seu(ua) professor(a)-orientador(a).
7. prezar pelo desenvolvimento da pesquisa.
8. participar das reuniões propostas pela Coordenação de TCC.
9. informar os dados de contato pessoal à Coordenação de TCC.
10. estar atento aos informes encaminhados pela Coordenação de TCC.
11. respeitar prazos, normas e procedimentos próprios ao TCC.
12. realizar as correções exigidas pela banca examinadora dentro do prazo previsto.
13. quando for o caso, encaminhar à Coordenação de TCC pedido justificado de desligamento de orientação.

CAPÍTULO VII

Do Seminário de Qualificação

Art. 20. O Seminário de Qualificação objetiva:

- funcionar como mecanismo de integração dos(as) alunos(as) de TCC à instituição e, em especial, ao curso de Licenciatura em História.
- fomentar nos(as) alunos(as) o entendimento de que a pesquisa se dá de forma continuada, não estando, portanto, limitada a entrega de um texto final.
- criar um espaço para o debate e a divulgação das propostas de pesquisas empreendidas pelo alunado do curso de Licenciatura em História.
- fazer com que o(a) aluno(a) de TCC se veja impelido a pensar no projeto de escrita do trabalho logo no início do semestre letivo e não somente ao final.

Art. 21. O Seminário de Qualificação será organizado pela Coordenação de TCC e deverá ser realizado em até 30 dias após o início do semestre letivo para garantir ao(à) aluno(a) e ao(à) orientador(a) tempo hábil para possíveis adaptações e correções da proposta inicial de pesquisa.

Parágrafo único. O referido seminário ocorrerá semestralmente.

Art. 22. A inscrição no seminário se dará por meio da submissão do projeto de pesquisa do(a) aluno(a) e de um sumário comentado.

§1. O projeto de pesquisa será o mesmo projeto apresentado na disciplina de TCC I, seguindo as orientações do Art. 7 destas orientações.

§2. O sumário comentado implica na apresentação da prévia da estrutura do TCC que evidencie o projeto de escrita do trabalho final, seja em formato de artigo ou de monografia ou de relatório de projeto de implementação.

Art. 23. O trabalho submetido ao seminário terá a avaliação de pelo menos um(a) arguidor(a).

Art. 24. O(a) professor(a) responsável pela arguição avaliará o texto submetido ao seminário como aprovado ou reprovado.

§1. O(a) aluno(a) que tiver seu texto reprovado no seminário terá 15 dias de prazo para revisar e submeter seu trabalho a uma nova avaliação.

§2. É de responsabilidade do(a) arguidor(a) o preenchimento da ficha de avaliação do trabalho submetido ao seminário. Após preenchimento da ficha, o(a) arguidor(a) deverá entregá-la à Coordenação de TCC.

Art. 25. A defesa do TCC está condicionada à participação e aprovação no Seminário de Qualificação.

Art. 26. A inscrição no Seminário de Qualificação é uma atividade obrigatória da disciplina de TCC – II. Portanto, cada vez que o(a) aluno(a) se matricular nessa disciplina, ele(a) terá que cumprir essa atividade ainda que tenha sido aprovado(a) em outro seminário.

Parágrafo único. O(a) aluno(a) estará dispensado(a) da participação em uma outra edição do Seminário de Qualificação se, e somente se, tiver obtido aprovação em edição anterior e, ao se matricular pela segunda vez em TCC – II, defender o trabalho final antes da abertura do processo de inscrição para esse evento.

CAPÍTULO VIII

Da avaliação/aprovação dos TCCs

Art. 27. A banca examinadora atribuirá nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos para o(a) aluno(a), que será calculada pela média aritmética entre as notas conferidas por cada membro integrante da banca examinadora do TCC.

Art. 28. O(a) aluno(a) que obtiver no mínimo nota 6,0 será considerado(a) aprovado(a) no TCC.

Art. 29. Em conformidade com o regulamento de TCC dos cursos de graduação do IFG, não caberá recurso às decisões tomadas pela banca examinadora no ato de avaliação do trabalho final.

Art. 30. A banca examinadora deverá ser composta por três membros: o(a) orientador(a) e outros(as) dois(uas) professores(as) convidados(as).

Parágrafo único. Os(as) professores(as) convidados(as) podem ser internos(as) ou externos(as) ao quadro de docentes do IFG e deverão possuir formação mínima de pós-graduação *lato sensu*.

Art. 31. A sessão de avaliação do TCC terá três momentos:

- I- no primeiro, o(a) aluno(a) apresentará uma síntese do seu trabalho, destacando as razões da escolha da temática, os objetivos do trabalho, o referencial teórico escolhido, os procedimentos metodológicos e os resultados do estudo. Esta etapa durará no máximo 15 minutos.
- II- no segundo momento, cada membro da banca apresentará o resultado de sua avaliação, com suas apreciações e justificativas.
- III- por fim, a palavra voltará para o(a) aluno(a) para que tenha oportunidade de responder aos questionamentos e esclarecer as dúvidas apresentadas pelos(as) arguidores(as).
- IV- sugere-se que toda a sessão de avaliação não ultrapasse a duração de uma hora e trinta minutos.

Art. 32. Para a defesa do trabalho final, o(a) aluno(a) deverá observar:

- a preparação de 4 (quatro) cópias impressas e encadernadas em espiral do texto que será submetido à avaliação e distribuídas entre os participantes da banca examinadora.
- a entrega do texto final para os membros da banca com o mínimo de quinze dias de antecedência da data de defesa.
- quando for o caso, a realização de revisão do texto em conformidade com as sugestões encaminhadas pela banca.
- o depósito da cópia final (impressa e digital) junto à Coordenação de TCC, com a anuência do(a) professor(a)-orientador(a), dentro do prazo estabelecido.

CAPÍTULO IX

Do plágio acadêmico

Art. 33. É considerado plágio acadêmico toda ação usurpadora da essência criativa de obra anterior praticada por um autor.

Parágrafo único. Avaliar-se-á como plágio o ato de o autor de um trabalho retirar os conceitos, as ideias e/ou frases de outro autor sem lhe dar o crédito devido.

Art. 34. Identificado e comprovado pela banca examinadora o plágio do TCC ou outra forma que descaracterize a sua autoria, será aberto um processo acadêmico para aplicação das penalidades previstas no regimento do corpo discente da Instituição.

APÊNDICE I

CARTA DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO

ACEITE DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____,
aceito orientar o(a) aluno(a) _____,
_____, matrícula
nº _____, regularmente matriculado(a)
no curso de Licenciatura Plena em História, do Instituto Federal de
Goiás, câmpus Goiânia.

Goiânia _____, de _____, de 20_____.

Assinatura do(a) Orientador(a)

Assinatura do(a) Aluno(a)

APÊNDICE II

AVALIAÇÃO DO PROJETO

FICHA DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA

Nome do(a)aluno(a): _____

Título do Projeto de Pesquisa:

Modalidade da Proposta de Pesquisa:

() Monografia () Artigo Científico () Projeto de Implementação

EIXOS	ITENS AVALIADOS	NOTA
Objeto (1,5)	▸ Delimitação do objeto ▸ Clareza da proposta de pesquisa	
Debate bibliográfico e Justificativa (1,5)	▸ Relação direta entre autores selecionados e fundamentação da pesquisa ▸ Organização e clareza teórica ▸ Capacidade de construção de uma justificativa com relevância acadêmica	
Problema de pesquisa (1,5)	▸ Competência em desenvolver um problema que se circunscreva às fontes	
Objetivos (1,0)	▸ Clareza na definição dos objetivos	
Fontes e Metodologia (1,5)	▸ Seleção adequada das fontes à proposta de pesquisa ▸ Capacidade de construção da tipologia das fontes ▸ Emprego apropriado da proposta metodológica à natureza das fontes e à proposição analítica	
Referências (1,0)	▸ Adequação entre bibliografia e tema/subtemas da pesquisa	
Normas técnicas (1,0)	▸ Atendimento das normas técnica previstas pela ABNT	
Escrita (1,0)	▸ Adequação ao registro da norma culta da língua portuguesa	
TOTAL		

Observações:

Avaliador:

APÊNDICE III

SEMINÁRIO DE QUALIFICAÇÃO

Ficha de Inscrição

**FICHA DE INSCRIÇÃO
SEMINÁRIO DE QUALIFICAÇÃO**

Identificação do autor

Nome:

Número da matrícula:

Endereço eletrônico:

Celular:

Dados do trabalho que será submetido à avaliação

Título:

Orientador(a):

OBS.: O aluno deverá anexar junto à ficha de inscrição o projeto de pesquisa e o sumário comentado.

APÊNDICE IV

SEMINÁRIO DE QUALIFICAÇÃO

Orientações Gerais para a Elaboração do Sumário Comentado

ORIENTAÇÕES GERAIS

ELABORAÇÃO DE UM SUMÁRIO COMENTADO

Qual a função de um sumário comentado na elaboração do TCC?

O sumário comentado funciona como um guia para o desenvolvimento de cada capítulo de um TCC ou mesmo de cada tópico de um artigo. Afinal, ele é um projeto de escrita, tido como imprescindível à orientação de uma escrita que pretende apresentar resultados de uma pesquisa científica.

Como construir um sumário comentado?

Primeiro, é preciso pensar e propor uma distribuição, ainda que provisória, dos capítulos que comporão o TCC ou dos tópicos que organizarão o artigo. Feito isso, o segundo passo é expor os conteúdos que serão abordados em cada capítulo/tópico. Para tal, sugere-se a apresentação do objeto de discussão do capítulo/tópico, bem como dos objetivos pretendidos com a discussão proposta. Faz-se necessário também a indicação da bibliografia a ser utilizada no capítulo/tópico e das fontes (quando for o caso).

Qual a especificidade do sumário comentado para os trabalhos desenvolvidos na forma de Projeto de Implementação?

A proposta de Projeto de Implementação para o ensino de História consiste em sugerir a criação: I) de instrumentos didático-pedagógicos; II) de ferramentas audiovisuais; III) de metodologias de ensino-aprendizagem. A aplicação prática de qualquer uma dessas proposições pode ou não estar prevista no desenvolvimento do Projeto de Implementação – isto dependerá dos objetivos pretendidos. Em razão da especificidade própria a modalidade em questão, considera-se necessário descrever os procedimentos metodológicos avaliados como fundamentais para a realização de sua proposta. Daí a importância de se colocar em evidência os recursos/materiais utilizados, a concepção teórica e/ou historiográfica, a descrição do grupo a que se destina o trabalho, dentre outros aspectos que considerar pertinentes.

APÊNDICE V

SEMINÁRIO DE QUALIFICAÇÃO

Ficha de Avaliação

CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA E DO SUMÁRIO COMENTADO	
Críticos de Avaliação	Pontuação
Relevância, pertinência e clareza do tema proposto	0 a 1 PONTO
Coerência entre o título, objetivos e o desenvolvimento do trabalho	0 a 1 PONTO
Definição do problema da pesquisa	0 a 1,5 PONTOS
Fontes	0 a 1 PONTO
Metodologia	0 a 1 PONTO
Domínio da bibliografia	0 a 1,5 PONTOS
Estrutura do Sumário Comentado	0 a 1 PONTO
Coerência entre a proposta e o sumário comentado	0 a 0,5 PONTO
Adequação ao registro da norma culta da língua portuguesa	0 a 1 PONTO
Adequação às normas científicas (NBR)	0 a 0,5 PONTO
Pontuação Total*	
*Serão aprovados os trabalhos com pontuação mínima de 6,0 pontos	
Avaliação final do trabalho	
Aprovado () Reprovado ()	
Nome do(a) aluno(a):	
Título do Trabalho:	
Nome do(a) Arguidor(a):	
Data:	Assinatura

APÊNDICE VI

ATA DE DEFESA

ATA Nº ____/201__

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

DEFESA PÚBLICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia ____ de _____ de 201__, às ____h, na sala _____, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, situado à Rua 75, nº. 46, Setor Central, Goiânia-GO, teve lugar a **DEFESA PÚBLICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**, como requisito obrigatório para a conclusão do **curso superior de Licenciatura Plena em História**, vinculado à Coordenação de Filosofia e Ciências Humanas. O(a) aluno(a) _____, matrícula _____, submeteu o trabalho intitulado “_____” como exigência para a obtenção do título de Licenciado em História. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes membros: _____(orientador(a)), _____e _____.

Em conformidade com a matriz curricular do curso e tendo em vista ser o TCC disciplina do mesmo, compondo carga horária, deverá a avaliação de TCC ser definida com nota de zero a dez, estando a aprovação do aluno condicionada a média igual ou maior que 6,0, conferida pela soma das notas atribuídas pelos membros da banca e sua divisão por três.

Graduando	Matrícula	ASSINATURA

Após a apresentação, o(a) acadêmico(a) foi argüido(a) pela banca examinadora e o TCC foi avaliado como:

Reprovado ()

Aprovado com correções ()

Aprovado sem correções ()

Nota Final - _____

Goiânia, ____ de _____ de 201__.

BANCA EXAMINADORA - MEMBROS

Nome do(a) orientador(a) e Instituição de origem

Nome do(a) arguidor(a) e Instituição de origem

Nome do(a) arguidor(a) e Instituição de origem

APÊNDICE VII

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DO TCC

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DO TCC

CRITÉRIOS A SEREM CONSIDERADOS ACERCA DO TRABALHO ESCRITO	
Delimitação adequada do objeto	0 a 1 ponto
Relevância do desenvolvimento do objeto	0 a 1 ponto
Abordagem adequada do problema objeto da pesquisa	0 a 1 ponto
Domínio do conteúdo	0 a 1 ponto
Abordagem teórica-crítica, analítica e propositiva	0 a 1 ponto
Clareza e objetividade	0 a 1 ponto
Coesão e unidade do trabalho	0 a 0,5 ponto
Análise interdisciplinar	0 a 0,5 ponto
Observância dos aspectos formais da língua	0 a 0,5 ponto
Respeito às diretrizes técnicas e formais definidas pela ABNT	0 a 0,5 ponto
CRITÉRIOS A SEREM CONSIDERADOS ACERCA DA ARGUIÇÃO ORAL	
Controle e organização do tempo de apresentação	0 a 0,5 ponto
Domínio do conteúdo/Clareza e objetividade	0 a 0,5 ponto
Adequação das idéias ao discurso	0 a 0,5 ponto
Consistência das respostas aos questionamentos da banca examinadora	0 a 0,5 ponto
PONTUAÇÃO TOTAL	0 a 10 pontos

APÊNDICE VIII

TERMO DE SOLICITAÇÃO DE DESLIGAMENTO DE ORIENTAÇÃO

TERMO DE SOLICITAÇÃO DE DESLIGAMENTO DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____, solicito
desligamento do vínculo de orientação até então estabelecido com

_____.

São elementos motivadores desse pedido:

Goiânia, ____ de ____ de 20 ____.

Assinatura do(a) Solicitante

APÊNDICE IX

TERMO DE CIÊNCIA DE DESLIGAMENTO DE ORIENTAÇÃO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Departamento de Áreas Acadêmicas I
Coordenação de Ciências Humanas e suas Tecnologias
Coordenação do Curso de Licenciatura em História

TERMO DE CIÊNCIA DE DESLIGAMENTO DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____,
professor (a) do curso de Licenciatura em História, vinculado ao Departamento de Áreas Acadêmicas I, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, declaro que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do(a) aluno(a) _____,
matrícula _____ não está mais sob minha orientação.

Goiânia, ____ de _____ de 20__

Assinatura do(a) Professor(a)

APÊNDICE X

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, professor(a) do curso de Licenciatura em História, vinculado ao departamento de Áreas Acadêmicas I, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, autorizo a entrega da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do (a) aluno (a) _____, matrícula _____, à Coordenação de TCC.

Goiânia, ____ de _____ de 20__

Assinatura do(a) Orientador(a)

APÊNDICE XI

FICHA DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL DE ORIENTAÇÃO DE TCC

FICHA DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Orientador(a): _____

Nome do(a) Orientando(a): _____

Tema do trabalho: _____

Instruções Gerais:

- É recomendável que haja orientação pelo menos uma vez por mês letivo.
- Caso o(a) aluno(a) não compareça a alguma orientação marcada ou não obedeça a periodicidade acordada entre as partes, o(a) orientador(a) possui total autonomia de escolher não mais orientar o(a) aluno(a).

DATA DO ENCONTRO	ASSUNTO OBJETO DO COLÓQUIO	ASSINATURA DO(A) ORIENTANDO(A)	OBSERVAÇÃO

[illegible]

Data da defesa pública: ____/____/____

Banca examinadora:

Avaliação Final: _____

ANEXO III

**ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA
COMO COMPONENTE CURRICULAR DO CURSO DE
LICENCIATURA EM HISTÓRIA DO IFG**

ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DO IFG

Apresentação

O presente regimento regula a oferta de Prática como Componente Curricular (PCC), entendida no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História como sendo “o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência” (PARECER CNE/CES Nº 15/2005). Além de estar em acordo com as diretrizes curriculares propostas no Projeto Político do referido curso, o regimento em questão segue: os Pareceres CNE/CES nº 09/2001, CNE/CP nº 28/2001 e CNE/CES nº 15/2005; as Resoluções CNE/CP nº 01/2002, 02/2002, nº 02/2015; a Resolução nº 13, de 02 de junho de 2014 que “define as diretrizes pedagógicas e institucionais para a formação de professores por meio da oferta de cursos de Licenciatura no IFG”; e a Resolução nº 31/2017 que define as “Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura do IFG”.

Em conformidade com as determinações expressas na documentação citada, o cumprimento de 405 (quatrocentos e cinco) horas em Prática como Componente Curricular, vivenciada ao longo do curso, é tido como requisito para diplomação.

As atividades caracterizadas como PCC estão vinculadas às ementas estabelecidas neste PPC, em debate com o Núcleo de PCC, composto pela coordenação do curso e pelos professores responsáveis pela PCC a cada semestre. Ressalta-se que a definição destas ementas leva em consideração os elementos norteadores para o percurso formativo dos alunos por período, posicionando-se como instância articuladora em cada um deles.

O regimento, definindo responsabilidades e procedimentos, permite que o processo pedagógico que envolve a PCC seja claramente conhecido de professores(as) e alunos(as), além de estabelecer bases comuns de rotina.

CAPÍTULO I

Da Prática como Componente Curricular

Art. 1. A Prática como Componente Curricular (PCC) é atividade obrigatória do curso de Licenciatura em História e está organizada a partir dos elementos norteadores do processo formativo por período.

Parágrafo único. A carga horária total da PCC é de 405 (quatrocentas) horas, vivenciadas ao longo de todo o processo formativo no curso, e desenvolver-se-á em horários estabelecidos em cada período, por semestre letivo.

Art. 2. As 405 horas da PCC, estão assim distribuídas.

- 1º período – PCC I - Carga horária: 54h
- 2º período – PCC II - Carga horária: 54h
- 3º período – PCC III - Carga horária: 54h
- 4º período – PCC IV - Carga horária: 54h
- 5º período – PCC V - Carga horária: 54h
- 6º período – PCC VI - Carga horária: 54h
- 7º período – PCC VII - Carga horária: 54h
- 8º período – PCC VIII - Carga horária: 27h

Parágrafo único: É de responsabilidade do(a) professor(a) responsável pela prática curricular de cada período lançar a carga horária do(a) aluno(a) no sistema acadêmico.

Art. 3. A prática curricular foi organizada considerando-se os elementos formativos dos discentes a cada período, guiando-se pelos seguintes temas:

- PCC I – Os cursos de Licenciatura e a formação de professores no Brasil
- PCC II – Espaços educativos, modalidades e níveis de ensino
- PCC III – Formação e trabalho docente no contexto da educação escolar e do movimento dos profissionais da educação
- PCC IV – Livros didáticos e prática docente
- PCC V – Fontes históricas e a prática docente
- PCC VI – As diversas linguagens na prática docente
- PCC VII – Formação de professores, educação e respeito às diferenças
- PCC VIII – Educação, Formação Humana e Tecnologias

Parágrafo único. O(a) aluno(a) deverá, obrigatoriamente, participar e desenvolver atividades em todas as práticas curriculares de acordo com o período em que estiver matriculado.

Art. 4. As ementas das PCCs são:

I. PCC I – Os cursos de Licenciatura e a formação de professores no Brasil

Perspectiva histórica/sociológica sobre os cursos de Licenciaturas no Brasil; O debate político-pedagógico em torno das Licenciaturas; A legislação referente às Licenciaturas hoje; A formação do professor: os modelos de formação docente e os enfrentamentos para sua formação após a promulgação da LDB; A especificidade dos Cursos de Licenciatura na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Dimensões práticas das atividades discentes*: a Licenciatura enquanto objeto de pesquisa; pesquisa sobre as Licenciaturas no IFs, enquanto estudos de caso.

II. PCC II – Espaços educativos, modalidades e níveis de ensino

Processos educativos: espaços educativos formais e não formais. Concepção de comunidade educativa (atores partícipes do processo educacional) e a relação escola-comunidade. Reflexão sobre as diferentes modalidades (Educação para Jovens e Adultos - EJA; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Escolar Indígena; Educação à Distância - EaD; Educação do Campo; Educação Quilombola, entre outras modalidades). Práticas educativas e processos educacionais nos diferentes espaços educativos e modalidades de ensino. Educação Básica em questão: identificação dos sujeitos e percursos formativos no Ensino Fundamental e Ensino Médio. *Dimensões práticas das atividades discentes*: pesquisa sobre os protagonistas dos diferentes espaços educativos, modalidades e níveis de ensino; investigação e proposição de metodologias de ensino e produção de materiais didáticos a serem utilizados diversos espaços educativos, modalidades e níveis de ensino.

III. PCC III – Formação e trabalho docente no contexto da educação escolar e do movimento dos profissionais da educação

Dimensão ético-política da prática docente como práxis social; Intercursos do trabalho docente: entre o ajustamento/adequação e a autonomia na formação dos discentes e na produção do conhecimento; a construção identitária do professor na trajetória da educação e dos educadores no Brasil; os trabalhadores da educação: unidade e diversidade do trabalho escolar e da luta dos trabalhadores da educação. *Dimensões práticas das atividades discentes*: a relação entre a formação docente e a atuação profissional do professor nos níveis e modalidade de ensino; dilemas do trabalho docente na formação de jovens e de jovens e adultos trabalhadores da EJA, a partir do testemunho de professores; condições de trabalho e carreira, violência e adoecimento no cotidiano dos profissionais da educação, estudo de caso; os enfrentamentos políticos da escola e dos profissionais da educação nos projetos e nas políticas de educação: escola sem partido, escola laica x interferência religiosa, educação e trabalho.

IV. PCC IV – Livros didáticos e prática docente

As abordagens sobre os livros didáticos e sua dimensão histórica. As especificidades da produção do conhecimento histórico e sua construção nos livros didáticos: temporalidades, conceitos e fontes. Livros didáticos e diálogos interdisciplinares. Livro didático como objeto cultural. Livro didático frente aos saberes (disciplinares, curriculares, formação e atuação docente). Livro didático e cultura escolar. Livros didáticos e representação dos diferentes grupos sociais. *Dimensões práticas das atividades discentes*: possibilidades temáticas e

metodológicas dos livros didáticos como objetos de reflexão: autoria, compreensão e problematização das propostas das coleções, aproximação/distanciamento com a historiografia, uso de documentos em termos de textos e de imagens e diálogos com o professor.

V. PCC V – Fontes históricas e a prática docente

Reflexões sobre o uso das fontes no ensino de História; o documento como suporte informativo e fonte; a construção do conhecimento histórico a partir da fonte; a constituição de uma observação crítica dos discentes; possibilidades de uso em sala de aula; tipologias, classificações, suportes e instrumentos de pesquisa. *Dimensões práticas das atividades discentes*: produção de material didático e paradidático; roteiro de análise de fontes; plano de aula centrado em fonte histórica.

VI. PCC VI – As diversas linguagens na prática docente

Articulação entre múltiplas linguagens (cinema, televisão, pintura, teatro, literatura, quadrinhos, música etc.) e o ensino de história. As possibilidades para o ensino de história a partir da especificidade das linguagens. A importância da educação estética no ensino de história. Dinâmicas dialógicas entre artefatos culturais em seus contextos de produção e recepção como possibilidade para o ensino de história. A historicidade da relação entre forma e conteúdo e suas possibilidades na diversidade de linguagens. Linguagens e interdisciplinaridade. *Dimensões práticas das atividades discentes*: elaboração de projetos de ensino ou de implementação com base em múltiplas linguagens.

VII. PCC VII – Formação de professores, educação e respeito às diferenças

Educação e direitos humanos. Estado, políticas públicas, igualdade social e diversidade. Construção sócio-histórica das lutas dos movimentos sociais por uma educação inclusiva através do respeito às diferenças. Relação entre discriminação e trajetória escolar. Desafios da educação inclusiva num contexto escolar de inclusão e exclusão sociocultural. Estratégias pedagógicas para a transformação de práticas no sentido do reconhecimento e do respeito às diferenças, que valorizem, de um lado, a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, e, de outro, que sejam comprometidas com as políticas de acessibilidade atitudinal, comunicacional, pedagógica e arquitetônica. *Dimensões práticas das atividades discentes*: 1) propor e executar um *projeto de pesquisa* em ambiente educacional com objetivo de mapear políticas educacionais voltadas para o respeito às diferenças; 2) propor *projeto de implementação* que tenham por princípio o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização do respeito às diferenças.

VIII. PCC VIII – Educação, Formação Humana e Tecnologias

Fundamentos teórico-metodológicos das relações entre as tecnologias e a educação. Processos formativos mediados pelas tecnologias digitais em rede. Educação em rede, mídias e formação de professores. Educação à distância e ambientes virtuais de aprendizagem. Culturas digitais juvenis. Grandes mídias e mídia alternativa. *Dimensões práticas das atividades discentes*: 1) apresentação de plano de aula no qual o ambiente virtual ou as mídias sejam parte dos recursos; 2) projeto de intervenção (ciclo de palestras, oficinas, workshops, exposições etc.) voltado para a questão da educação, formação humana e tecnologias; 3) produção de material didático que envolva o debate em torno das tecnologias digitais.

Art. 5. A PCC não pode ser confundida como disciplina e, por essa razão, deve superar a sua lógica interna de funcionamento.

§ 1. Em conformidade com as orientações do MEC, a PCC é entendida como o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência.

§ 2. Todas as ementas das práticas contemplam dimensões práticas das atividades discentes que devem ser seguidas pelo(a) professor(a) responsável, de modo que a variedade dessas dimensões prevista originalmente seja oferecida ao aluno.

§3. O tratamento teórico deverá ocupar no máximo 30% das PCC, com as dimensões práticas das atividades discentes devendo contemplar o mínimo de 70% da carga horária da prática.

Art. 6. Em havendo interesse por parte do(a) aluno(a), recomenda-se que ocorram a continuidade e o aprofundamento das atividades promovidas nas Práticas Curriculares na proposição de projetos de pesquisa, de ensino ou de implementação, a serem desenvolvidos no Estágio ou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

CAPÍTULO II

Da oferta e do funcionamento da PCC

Art. 7. A Prática como Componente Curricular será conduzida do 1º ao 8º período do curso garantindo, contudo, a correspondência entre o grau de exigência da atividade e a maturidade intelectual dos(as) licenciandos(as).

Art. 8. Todas as práticas serão ofertadas semestralmente, devendo o licenciando se matricular naquela que concerne ao seu período.

Art. 9. Recomenda-se que a responsabilidade pelas práticas curriculares seja compartilhada entre todos os docentes do curso de Licenciatura em História.

Parágrafo único. Uma forma de compartilhar essa responsabilidade é o revezamento na condução dos projetos.

Art. 10. Recomenda-se que os projetos de prática curricular contemplem ações a serem desenvolvidas junto ao Laboratório de Ensino de História.

Parágrafo único. Como consequência dessa vinculação, deverá ser desenvolvido semestralmente o Seminário de PCC, sob a responsabilidade do Laboratório de Ensino de História e dos professores de PCC.

CAPÍTULO III

Dos projetos de Práticas Curriculares

Art. 11. Os(as) professores(as), individualmente ou em articulação com outros docentes, deverão desenvolver os seus respectivos projetos de prática levando em consideração o princípio da formação da identidade docente.

§1. O desenvolvimento dos projetos de PCC caberá aos professores que assumirem as práticas em cada semestre, podendo, sempre que houver oportunidade e interesse, envolver docentes de outros saberes.

§2. Os professores poderão trabalhar a partir da proposição de projetos temáticos, de projetos interdisciplinares, de proposição de análise de material didático, dentre outros apresentados nas dimensões práticas das atividades discentes. Seja qual for a ação a ser desenvolvida, considera-se fundamental:

- o incentivo à pesquisa;
- a correlação entre teoria e prática;
- a interdisciplinaridade.

Art. 12. No interior do projeto deverão ser previstos os critérios de aprovação para o aluno, devendo contemplar o mínimo de 75% de presença e o cumprimento das dimensões práticas das atividades discentes.

CAPÍTULO IV

Do Seminário de PCC

Art. 13. O Seminário de PCC deverá se configurar como culminância dos projetos de Práticas desenvolvidos a cada semestre, envolvendo obrigatoriamente a apresentação das pesquisas dos alunos realizadas a partir das dimensões práticas das atividades discentes previstas nas ementas.

Art. 14. O Seminário de PCC acontecerá sempre ao final de cada semestre letivo, com data definida previamente ao início de cada semestre.

Art. 15. A realização e organização do Seminário de PCC estão sob a responsabilidade da supervisão do Laboratório de Ensino de História e dos professores responsáveis pelas práticas a cada semestre.

CAPÍTULO V

Da matrícula na PCC

Art. 13. A matrícula na PCC será realizada pelo(a) aluno(a) diretamente no Q-Acadêmico.

Parágrafo único. O aluno deverá se matricular na prática prevista para o seu período em questão, tendo em vista que a PCC figura como âmbito articulador de cada período.

Art. 14. Para efeito de contabilização das 405 (quatrocentas e cinco) horas, o(a) aluno(a) deverá ter se matriculado em todas as etapas de PCC e ter sido considerado(a) aprovado(a)/apto(a) em todas elas.

CAPÍTULO VI

Da competência dos professores responsáveis pelo Núcleo de Prática Curricular

Art. 15. Compete aos(às) professores(as) responsáveis pelo núcleo de prática curricular:

- zelar pelo cumprimento do presente regimento.
- planejar, redigir e propor um projeto de prática curricular em conformidade com as orientações presentes nesse regimento e em consonância com as decisões tomadas pelos envolvidos nos projetos.
- acompanhar semanalmente as atividades desenvolvidas pelos(as) alunos(as) no âmbito da prática curricular.
- prezar pelo controle de frequência, lançamento de conceito (apto/não apto ou aprovado/reprovado) e cumprimento de carga horária.
- orientar e avaliar os as dimensões práticas das atividades discentes.
- auxiliar na organização e realização do Seminário de PCC.

Art. 16. Os professores que estiverem responsáveis pelos projetos de Práticas Curriculares terão asseguradas as horas semestrais respectivas em sua carga horária por período letivo.

CAPÍTULO VII

Da competência do aluno

Art. 17. Compete ao(a) aluno(a) matriculado(a) em PCC:

- zelar pelo cumprimento do presente regimento.
- matricular-se na prática curricular correspondente ao seu período.
- prezar pelo desenvolvimento de todas as atividades propostas pelos projetos de práticas curriculares.
- fazer-se presente nas atividades desenvolvidas semanalmente.

CAPÍTULO VIII

Das disposições gerais

Art. 23. Os casos não previstos nesse regimento serão avaliados e terão suas soluções encaminhadas pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante do curso de Licenciatura em História.

ANEXO IV

ORIENTAÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA (LEHIS)

ORIENTAÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA (LEHIS)

Apresentação

O Laboratório de Ensino de História (LEHIS) é uma instância da Coordenação de Ciências Humanas e Filosofia que congrega diretamente todos os envolvidos na Licenciatura em História e, indiretamente, todos os que atuam na Área das Humanidades. O LEHIS trabalhará em parceria com os professores, partilhando saberes, construindo, a partir das experiências e pesquisas, novos conhecimentos que propõem reflexão e mudanças na prática cotidiana educacional.

Um laboratório é um lugar onde, a partir de procedimentos científicos, se trabalha com um objetivo prévio definido para produzir resultados que podem ser materiais (objetos, coisas, artefatos) ou imateriais (ideias, fórmulas, esquemas). Em se tratando de um laboratório de ensino de história dentro da estrutura de um curso de licenciatura, sua existência incorpora outros elementos importantes, além dos já mencionados. Ele deverá produzir, também, materiais didáticos, paradidáticos, que contribuirão para o aprimoramento técnico do exercício docente, no sentido de torná-lo mais significativo para os envolvidos.

Aprimoramento técnico, a técnica, historicamente, confunde-se com a arte, apesar de não sê-la. Ao longo do tempo, por causa da ação transformadora do homem e das várias formas que a cultura tem assumido, arte e técnica foram se separando, o que não quer dizer se excluindo mutuamente. Os vários sentidos que a palavra razão assumiu (instrumental, crítica, funcional, transgressora) tem contribuído para que esta separação se torne em muitos casos, um fosso. O LEHIS visa contribuir para superar esse fosso, proporcionando ou assumindo projetos e procedimentos que visam a integralidade entre aprimoramento técnico e o fazer artístico. Significa dizer que seus procedimentos não excluirão a criatividade, a busca pela originalidade, como fatores importantes para o aprimoramento técnico. A ideia é contribuir para superar a reprodutibilidade, que se restringe a “fazer mais do mesmo”. A técnica surge de sua relação com o meio e se caracteriza por ser consciente, reflexiva, inventiva e fundamentalmente submetida à continuidade pública. A perspectiva no LEHIS é que os indivíduos desenvolvam e aprendam técnicas e as façam progredir, com trabalho e imaginação, criando algo que possam concretizar na realidade educacional, seu lugar de atuação.

A criação do LEHIS busca também superar um grave prejuízo que se estabeleceu ao longo do tempo na Didática da História e nas demais disciplinas escolares. Temos um longo histórico que relata o apartamento radical entre os processos de produção e transmissão de conhecimento histórico. Observamos que as reflexões sobre a constituição do pensamento histórico, no contexto de sua aprendizagem, estiveram relegadas pelos próprios sujeitos constituintes da Ciência Histórica. Mesmo que, desde a Antiguidade e até meados do século XVIII, os primeiros indivíduos interessados em registrar o passado, o fizeram preocupados com as formas e justificativas de transmissão desse saber, percebe-se que a Didática da História foi defenestrada de seu próprio lugar de origem e, conseqüentemente, alocada em outros campos de saber, como por exemplo, a pedagogia, que não estão organicamente vinculados aos debates da constituição e desenvolvimento da própria disciplina História.

Sendo assim, acreditamos que o LEHIS possa ser uma rica oportunidade de produzir dados sobre os usos que a História assume dentro e fora do ambiente escolar. Tendo em vista que, para fundamentar uma técnica capaz de produzir bons resultados, devemos ter o cuidado e o interesse em investigar os meandros pelos quais os indivíduos acessam o passado, como o interpretam e de que modo manifestam sua própria reflexão a respeito de tais experiências consumadas e potencialmente capazes de fornecer sentido de orientação para a vida. Para tanto, necessitamos da organização de pesquisas comprometidas em produzir uma reflexão sistemática sobre esses indivíduos que, dentro e fora do ambiente da escola, se relacionam com a História. Paralelamente, devemos entender como tais elementos tem potencial para reorientar as preocupações e diretrizes dos discentes que, com o passar do tempo, podem assumir papel fundamental na transmissão de conhecimento histórico no exercício docente.

Justificativa

O Laboratório de Ensino de História busca congrega ações que permitam uma maior reflexão sobre a História e ensino de História. Para isso agrega todas as atividades que no Curso estão direta ou indiretamente ligadas a essa área de conhecimento, tais como: o Programa Institucional de Bolsas de Incentivo a Docência – PIBID; Projetos sobre ensino de História dentro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC; a Prática como Componente Curricular; o Estágio Supervisionado e as disciplinas que na matriz curricular estão relacionadas ao ensino da História.

Como espaço de reflexão desenvolve projetos na área do Ensino, Pesquisa e Extensão e busca atender tanto aos licenciandos vinculados ao Curso quanto aos

profissionais que já atuam na área no Ensino Fundamental e Médio, em diferentes modalidades de Ensino, como a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional.

O diálogo continuado sobre as experiências de ensino de História entre licenciandos e professores já em exercício na profissão tem como objetivo o compartilhamento de experiências e o aprofundamento do debate sobre a prática do ensino da História, bem como a superação da dicotomia entre teoria e prática no que diz respeito ao conhecimento histórico e o fazer do professor.

Objetivo Geral

Desenvolver ações na área do Ensino, Pesquisa e Extensão que permitam o aprofundamento da discussão entre História e ensino de História e o compartilhamento das práticas pedagógicas dos licenciandos e profissionais ligados ao ensino da História.

Objetivos Específicos

- a) Contribuir para a formação acadêmica dos licenciandos do Curso de História;
- b) Articular ações que permitam o compartilhamento de atividades e experiências dos diferentes elementos que dentro da Matriz Curricular ou dentro do Curso promovam a discussão sobre o ensino da História, tais como: PIBIC, PIBID, Estágio, Prática Como Componente Curricular e as disciplinas voltadas para a discussão do ensino de História. Esse compartilhamento pode se dar na forma de seminários, palestras, mesas redondas, grupos de estudo ou desenvolvimento de pesquisa na área de ensino com temáticas que possam ser agregadoras das discussões em curso;
- c) Desenvolver projetos de pesquisa que contemplem a relação entre História e ensino de História, seja através da discussão teórica ou do estudo, do desenvolvimento e da experimentação de práticas pedagógicas relativas ao mesmo;
- d) Desenvolver projetos de extensão que busquem o compartilhamento de experiências sobre o ensino de História entre os licenciandos, os docentes do Curso e os docentes do Ensino Fundamental e Médio, atendendo o princípio da formação continuada;
- e) Envolver os licenciandos nos projetos de ensino, pesquisa e extensão buscando atender o princípio da formação de um professor-pesquisador;
- f) Divulgar as ações do Laboratório por meio de um boletim eletrônico ou impresso, da manutenção do site e da realização de Seminários.

Duração

O LEHIS é um projeto institucional da Coordenação de Ciências Humanas, por isso, deve ser desenvolvido de maneira permanente.

Organização

O Laboratório de Ensino de História possui um supervisor indicado pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História, em reunião convocada para esse fim nomeado a cada um ano, podendo ser reconduzido por mais um ano. O supervisor terá carga horária de 4 (quatro) horas semanais destinadas à supervisão do Laboratório.

A equipe colaboradora do Laboratório é composta pelos professores envolvidos em Programas Institucionais que se relacionem com ao ensino de História (PIBIC/PIBID), por aqueles professores que ministram componentes curriculares ou disciplinas relacionadas a essa temática, por aqueles que desenvolvam pesquisas relacionadas ao tema e pelos discentes envolvidos nas atividades do Laboratório.

A incorporação dos alunos às atividades do LEHIS se dará por meio de monitoria, participação como bolsista nos Programas Institucionais (PIBID/PIBIC), do desenvolvimento de projetos vinculados à Prática como Componente Curricular e do trabalho voluntário junto ao Laboratório, podendo, no último caso, ser contabilizadas horas complementares ao seu currículo.

É permitido a qualquer professor ou aluno vinculado ao Curso de Licenciatura em História ou a Rede pública ou particular de ensino, que tenha interesse nas discussões e pesquisas relacionadas ao laboratório, a participação no mesmo.

Atribuições do Supervisor do LEHIS

- Realizar o levantamento, publicização e organização das atividades do Laboratório
- Estabelecer um cronograma anual das ações a serem desenvolvidas pelo LEHIS;
- Fazer a gestão do espaço físico e dos materiais pertencentes ao laboratório;
- Desenvolver ações perante a Instituição e, juntamente com a coordenação do curso, no sentido de consolidar a existência e as ações do Laboratório;

- Acompanhar o desenvolvimento dos projetos propostos;
- Representar o Laboratório em atividades internas e externas ao IFG.
- Apresentar à Coordenação do Curso e da Área de Ciências Humanas e Filosofia relatórios semestrais das atividades do LEHIS.

Atribuições do Monitor do LEHIS

- Organização do espaço físico e catalogação do material didático-pedagógico do laboratório;
- Cuidar do espaço físico e materiais pertencentes ao laboratório;
- Abrir e permanecer no laboratório no horário indicado para o seu funcionamento;
- Manter a página do LEHIS atualizada na WEB;
- Atender as demandas que lhe forem solicitadas pelo supervisor.

Funcionamento

O atendimento ao público ocorrerá de segunda a sexta-feira das 8 as 12 horas por um aluno estagiário supervisionado pelo supervisor do laboratório.

Bibliografia

ASHBY, Rosalyn. *Desenvolvendo um conceito de evidência histórica: as idéias dos estudantes sobre testar afirmações singulares*. Revista Educar, Curitiba, Especial, p.151-170, 2006.

BARCA, Isabel. *Investigação em Educação Histórica*. In. SCHMIDT, Maria Auxiliadora e BRAGA, Tânia. (orgs.) *Perspectivas em Educação Histórica: Atas das VI Jornadas Internacionais de Educação Histórica*, Curitiba, UFTPR, 2007.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. In: ADORNO et al. *Teoria da Cultura de massa*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.

BERGMANN, Klaus. *A História na reflexão didática*. Dossiê História em Quadro-Negro: escola, ensino e aprendizagem. Revista Brasileira de História. São Paulo: vol.9, n. 19, p. 29-42, set.1989/fev.1990.

CERRI, Luis Fernando. *Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história*. *Revista de História Regional* 6(2): 93-112, 2001.

GUSDORF, Georges. *A palavra*. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1952.

_____. *Professores para quê? Para uma pedagogia da pedagogia*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. *Origens da Filosofia Burguesa da história*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEE, Peter. *Em direção a um conceito de literacia histórica*. In. *Educar em Revista*. Curitiba; EdUFPR, p.131-150.

MARCUSE, Herbert. *A dimensão estética*. Lisboa: Edições 70, 2007.

NIKITIUK, Sônia M. L. *Repensando o ensino de História*. São Paulo: Cortez, 2001.

RUSEN, Jorn. *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, 16, jul.-dez. 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Cognição Histórica situada: que aprendizagem histórica é esta?* In: BARCA, Isabel & SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.) *Aprender História: Perspectivas da educação histórica*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. pp. 21-51.

ANEXO V

Quadro Comparativo Entre Antiga e Nova Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em História – Campus Goiânia

Disciplina na Matriz Antiga	Período	Aulas	Carga Horária	Núcleo	Disciplina na Nova Matriz	Período	Aulas	Carga Horária	Núcleo
Filosofia da Educação	1º	72	54h	NC	Filosofia da Educação	1º	72	54h	II
Introdução aos Estudos Históricos	1º	72	54h	NE	Introdução aos Estudos Históricos	1º	72	54h	I
História Antiga	1º	72	54h	NE	História Antiga	1º	72	54h	I
Língua Portuguesa	1º	72	54h	NC	Leitura e Produção Textual de Gêneros Acadêmicos	1º	72	54h	I
História Medieval	1º	72	54h	NE	História Medieval	1º	72	54h	I
Prática Como Componente Curricular I	1º	72	54h	PCC	Prática Como Componente Curricular I	1º	72	54h	I
História do Brasil Colonial	2º	72	54h	NE	História do Brasil Colonial	2º	72	54h	I
Prática Como Componente Curricular II	2º	72	54h	PCC	Prática Como Componente Curricular II	2º	72	54h	I
História da América I	2º	72	54h	NE	História da América Colonial	2º	72	54h	I
História Moderna I	2º	72	54h	NE	História Moderna I	2º	72	54h	I
História da Educação	2º	72	54h	NC	História da Educação	2º	72	54h	II

Teorias e Metodologias da História I	2º	72	54h	NE	Teorias e Metodologias da História I	2º	72	54h	I
Libras	2º	72	54h	NC	Libras	2º	72	54h	II
Teorias e Metodologias da História II	3º	72	54h	NE	Teorias e Metodologias da História II	3º	72	54h	I
História Moderna II	3º	72	54h	NE	História Moderna II	3º	72	54h	I
Sociologia da Educação	3º	72	54h	NC	Sociologia da Educação	3º	72	54h	II
Metodologia Científica	3º	36	27h	NC	Metodologia Científica	1º	36	27h	I
História do Brasil Império	3º	72	54h	NE	História do Brasil Império	3º	72	54h	I
História da América Independente	3º	72	54h	NE	História da América Independente	3º	72	54h	II
Prática Como Componente Curricular III	3º	72	54h	PCC	Prática Como Componente Curricular III	3º	72	54h	I
_____	_____	_____	_____	_____	Ensino, Memória e Educação Patrimonial	3º	72	54h	I
Didática da História	4º	36	27h	NE	Didática da História	4º	72	54h	I
_____	_____	_____	_____	_____	Ensino, Historiografia e Teoria da História	4º	72	54h	I
Psicologia da Educação I	4º	72	54h	NC	Psicologia da Educação	5º	72	54h	II
Prática Como Componente Curricular IV	4º	72	54h	PCC	Prática Como Componente Curricular IV	4º	72	54h	I

Didática	4º	72	54h	NC	Didática	4º	72	54h	II
Historiografia Brasileira	4º	72	54h	NE	Historiografia Brasileira	4º	72	54h	I
História da América Contemporânea	4º	72	54h	NE	História da América Contemporânea	4º	72	54h	I
História do Brasil Contemporâneo I	4º	72	54h	NE	História do Brasil Contemporâneo I	4º	72	54h	I
Tópicos Especiais em História, Imaginário e Poder	4º	36	27h	NComp	Tópicos Especiais em História, Imaginário e Poder	5º	72	54h	I
Tópicos Especiais em História e Linguagens	4º	36	27h	NComp	Tópicos Especiais em História e Linguagens	5º	72	54h	I
Tópicos Especiais em História, Educação e Cultura	4º	36	27h	NComp	Tópicos Especiais em História, Educação e Cultura	5º	72	54h	I
_____	_____	_____	_____	_____	Tópicos Especiais em História Antiga Ocidental	5º	72	54h	I
Tópicos Especiais em História e Ações Coletivas	5º	36	27h	NComp	Tópicos Especiais em História e Ações Coletivas	6º	72	54h	I
Tópicos Especiais em História e Trabalho	5º	36	27h	NComp	Tópicos Especiais em História e Trabalho	6º	72	54h	I
Tópicos Especiais em História e Economia	5º	36	27h	NComp	Tópicos Especiais em História e Economia	6º	72	54h	I
_____	_____	_____	_____	_____	Tópicos Especiais em História Medieval	6º	72	54h	I

Estágio Supervisionado I	5º	72	54h	NE	Estágio Supervisionado I	5º	108	81h	II
História do Brasil Contemporâneo II	5º	72	54h	NE	História do Brasil Contemporâneo II	5º	72	54h	I
História Contemporânea I	5º	72	54h	NE	História Contemporânea I	5º	72	54h	I
Políticas de Educação	5º	72	54h	NC	Políticas de Educação	5º	72	54h	II
Psicologia da Educação II	5º	72	54h	NC	Psicologia da Educação	5º	72	54h	II
Prática Como Componente Curricular V	5º	72	54h	PCC	Prática Como Componente Curricular V	5º	72	54h	I
Elaboração de Projetos	6º	36	27h	NComp	Elaboração de Projetos de Pesquisa em História, Ensino de História e Educação	6º	36	27h	I
Prática Como Componente Curricular VI	6º	72	54h	PCC	Prática Como Componente Curricular VI	6º	72	54h	I
Gestão e Organização do Trabalho no Espaço Educativo	6º	36	27h	NC	Gestão e Organização do Trabalho no Espaço Educativo	6º	36	27h	II
Estágio Supervisionado II	6º	108	81h	NE	Estágio Supervisionado II	6º	108	81h	I
História Contemporânea II	6º	72	54h	NE	História Contemporânea II	6º	72	54h	I
Educação de Jovens e Adultos	6º	72	54h	NC	Educação de Jovens e Adultos	8º	72	54h	II
Tópicos Especiais em História, Religião e Religiosidades	6º	36	27h	NComp	Tópicos Especiais em História, Religião e Religiosidades	7º	72	54h	I
Tópicos Especiais em História	6º	36	27h	NComp	Tópicos Especiais em História	7º	72	54h	I

e Diversidade					e Diversidade				
Tópicos Especiais em História e Meio Ambiente	6º	36	27h	NComp	Tópicos Especiais em História, Meio Ambiente e Educação Ambiental	7º	72	54h	I
_____	_____	_____	_____	_____	Tópicos Especiais em História e Formação Integrada	7º	72	54h	I
Tópicos Especiais em História e Filosofia	7º	36	27h	NComp	Tópicos Especiais em História e Filosofia	8º	72	54h	I
Tópicos Especiais em História e Ciências Sociais	7º	36	27h	NComp	Tópicos Especiais em História e Ciências Sociais	8º	72	54h	I
Tópicos Especiais em História e Geografia	7º	36	27h	NComp	Tópicos Especiais em História e Geografia	8º	72	54h	I
_____	_____	_____	_____	_____	Tópicos Especiais em História e Interdisciplinaridade	8º	72	54h	I
Estágio Supervisionado III	7º	144	108h	NE	Estágio Supervisionado III	7º	144	108h	II
Educação, Mídias e Tecnologias Digitais	7º	36	27h	NComp	Prática Como Componente Curricular VIII	8º	36	27h	I
Trabalho de Conclusão de Curso I	7º	72	54h	NComp	Trabalho de Conclusão de Curso I	7º	72	54h	I
História da África e Cultura Afro-brasileira e Indígena	7º	72	54h	NComp	História da África e da Cultura Afro-brasileira	7º	72	54h	I
_____	_____	_____	_____	_____	Educação para as Relações Étnico-Raciais	7º	72	54h	II

					Ensino de História e Cultura Indígena	7º	72	54h	II
Prática Como Componente Curricular VII	7º	72	54h	PCC	Prática Como Componente Curricular VII	7º	72	54h	I
Formação Socioespacial do Brasil	7º	72	54h	NComp	Tópicos Especiais em História e Geografia	7º	72	54h	I
Trabalho de Conclusão de Curso II	8º	72	54h	NComp	Trabalho de Conclusão de Curso II	8º	72	54h	I
Prática Como Componente Curricular VIII	8º	36	22h	PCC	Prática Como Componente Curricular VIII	8º	36	27h	I
História de Goiás	8º	72	54h	NE	História de Goiás	6º	72	54h	I
Estágio Supervisionado IV	8º	216	157h	NE	Estágio Supervisionado IV	8º	180	135h	II
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	1º ao 8º	---	200h	NComp	Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular	1º ao 8º	---	200h	III
Carga Horária Total			2.971h		Carga Horária Total			3.224h	

Antiga Matriz			Nova Matriz		
Sigla	Núcleo	Carga Horária	Sigla	Núcleo	Carga Horária
NE	Núcleo Específico	1399h	I	Núcleo de Estudos de Formação Geral	2079h
NC	Núcleo Comum	594h	II	Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional	945h
NComp	Núcleo Complementar	578h	III	Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular	200h
PCC	Prática Como Componente Curricular	400h			
Total		2.971h	Total		3.224h

